DIDAKTOS

Colectânea de esquematizações lectivas e referências pedagógicas de Filosofia

José António Campelo de Sousa Amaral

2022

www.lusosofia.net

LusoSofia:press

Covilhã, 2022

FICHA TÉCNICA

Título: *DIDAKTOS: Colectânea de esquematizações lectivas e referências pedagógicas de Filosofia*
Autor: José António Campelo de Sousa Amaral
Colecção: Artigos LUSOSOFIA
Design da Capa: António Rodrigues Tomé
Universidade da Beira Interior
Covilhã, 2022

DOI: 10.25768/L-22-004

António Campelo Amaral

DIDAKTOS

Colectânea de esquematizações lectivas e referências pedagógicas de Filosofia

LUSOSOFIA.NET

2022

Índice

I – Portfolios de seminários e sessões formativas (2011-2020)……..2

Ética e Moral: o desafio de uma diferenciação……3
A semântica da acção em Aristóteles……..30
A lógica da acção em Aristóteles……46
Razão e Fé: no limiar da Violência e da Religião……57
Formas de vida e escolha deliberada em Aristóteles……68
Doutrina Social da Igreja e Democracia cristã……76
A Arquitectónica da Razão Pura em Kant……86
Aristóteles e a espiritualidade cristã……103

II – Planos de módulos lectivos (2009-2020)……134

Metodologia Científica & Filosofia……135
Medicina & Filosofia……152
Bioética & Filosofia……189

III – Verbetes de pedagogos da filosofia portuguesa contemporânea…..208

Joaquim CASSIANO dos Santos ABRANCHES……209
João FERREIRA……214
Lúcio CRAVEIRO DA SILVA……221

IV – Pintura & Filosofia……232

Aristóteles perante o busto de Homero……233
Filósofo lendo……235

I – Portfolios de seminários e sessões formativas (2011-2016)

ÉTICA E MORAL. O (IM)PERTINENTE DESAFIO DE UMA DIFERENCIAÇÃO

Acção de formação a grupo de doutorandos por convite do Director da Unidade de Investigação CLEPUL da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Quinta do Crestelo – Seia, 15-16 Setembro 2011

MÓDULO 1

Aproximação fenoménica

Texto base > um exemplo de moralismo religioso…

JOÃO CÉSAR DAS NEVES, A perda do perdão
in Diário de Notícias: naohaalmocosgratis@ucp.pt [5 Set 2011]

Nos últimos 500 anos o Ocidente viveu o maior ataque cultural da história. Seguindo o magno processo contra a cultura cristã, nas suas três fases, entende-se a situação actual. Primeiro atacou-se a Igreja em nome de Deus. Depois descartou-se a divindade mantendo a moral cristã. Hoje desmantela-se a ética. A primeira fase seguiu dois passos. Primeiro, com Lutero, Calvino e outros reformadores, agrediu-se a estrutura eclesial conservando o Cristianismo. A fé em Cristo era preciosa, apesar dos perversos eclesiásticos. Depois, através de Hume, Voltaire e outros teístas, o cientifismo deísta rejeitou a doutrina e ritos, acenando à divindade longínqua e apática d'"O Grande Arquitecto" e distorcendo a História para apagar o papel da Igreja. A segunda fase do ataque dirigiu--se ao transcendente. Recusava-se Deus e a eternidade, pretendendo conservar as regras cristãs de comportamento social. O primeiro passo, de Feuerbach, Comte e outros ateus, quis demonstrar filosoficamente a inexistência formal de Deus na sociedade humanista ideal. O falhanço dos esforços teóricos levou Thomas Huxley, Bertand Russell e outros agnósticos ao ateísmo prático simplesmente desinteressado da questão religiosa. A fase actual é de ataque frontal à moral cristã. Primeiro, com Saint-Simon, Marx e outros revolucionários, visou-se uma moral exclusivamente humana. Mas, como Nietzsche e Sartre tinham explicado, eliminando a referência metafísica, vivemos

"Para lá do Bem e do Mal". […] O resultado está à vista. A moral oficial, em filmes, romances, séries e telejornais, é uma amálgama de regras, princípios e procedimentos, sem fundamento, coerência ou justificação. Do libertarismo mais acéfalo salta-se ao moralismo totalitário sem lógica ou razão. Aborto e adultério tornavam-se de crimes em direitos, enquanto tabaco e touradas passaram de hábitos a infâmias. Os enredos da moda exaltam os valores pagãos, mágicos, bárbaros, orientais, ocultistas, libertinos, vampiros. Todos, menos cristãos. […]

Apresentação

"Brain storming"

- Tom apocalíptico // acusatório
- Visão maniqueísta // litigante
- Atitude reactiva // defensiva
- Leitura unívoca história cultura
- Anacronismos
- Confusão conceptual planos [ética / moral / valores / religião]
- Sintoma cultural > limiar crítico > reconfiguração modelos interpretativos [emergência paradigma reticular]
- Novos desafios éticos [complexidade/globalidade]: n/lineares > oscilantes // n/ individuais > relacionais // n/ passado > futuro >> Genética (eugenia…) // Neurobiologia // Espaço público (violação privacidade, abstenção…) // Sustentabilidade económica (especulação, cartelização, endividamento...) //

Dinâmica organizacional (assédio, incúria gestão…) // Redes sociais (intrusão, alienação, ciberataques) // Direitos autor (plágio, pirataria…) // Ecumenismo religioso

- Rede conceitos a clarificar [Moral / Ética / Deontologia / Axiologia]
- Tentação do moralismo [input normativo / vectorialização unívoca comportamental]
- Desafiante transição ética ser > estar // eu > nós // individualidade > reciprocidade // culpa > compromisso // justificação > responsabilidade

MÓDULO 2

Incursão etimológica

Textos base > acercamentos à noção de ética

EVANGELHOS

Mt 12,1-8 // Mc 2,23-28

Em certa ocasião, Jesus passava, num dia de sábado, através das searas. Os seus discípulos, que tinham fome, começaram a arrancar espigas e a comê-las. Ao verem isso, os fariseus disseram-lhe: «Repara! Porque fazem eles ao sábado o que não é permitido?» Ele disse: «Nunca lestes o que fez David, quando teve necessidade e sentiu fome, ele e os que estavam com ele? Como entrou na casa de Deus e comeu os pães da oferenda, que apenas aos sacerdotes era permitido comer, e também os deu aos que estavam com ele?» E disse-lhes: «E, se compreendêsseis o que significa: *Prefiro a misericórdia ao sacrifício*, não teríeis condenado estes que não têm culpa. O sábado foi feito para o homem e não o homem para o sábado…

PAUL RICOEUR , «Éthique et Morale»

in *Révue de l'Institut Catholique de Paris* 34 (1990) pp. 131-142; reprod. dans «Éthique et morale», in *Revista Portuguesa de Filosofia* 46 (1990) 1, 5-17

Haverá necessidade de distinguir entre ética e moral? Verdade seja dita, nada na etimologia ou na história do uso das palavras o impõe: uma provém do grego, a outra do latim, e ambas remetem para a ideia de costumes (*ethos*, *mores*); podemos,

todavia, vislumbrar uma subtil diferença consoante se acentua o que se *considera bom* ou o que se *impõe* como *obrigatório*. É por convenção que reservarei o termo «ética» para o desígnio ético de uma vida sob o signo das acções consideradas boas, e o de «moral» para a vertente obrigatória, marcada por normas, obrigações e interdições, caracterizadas simultaneamente por uma exigência de universalidade e por um efeito de necessidade. Nesta distinção […] facilmente se reconhecerá a oposição entre duas heranças: a herança aristotélica, onde a ética é caracterizada pela sua perspectiva *teleológica* (de *telos*, que significa «fim»); e uma herança kantiana onde a moral é definida pelo carácter de obrigação da norma e, portanto, alicerçada numa base *deontológica* (deontológico significando precisamente «dever»).

Sem preocupação pela ortodoxia aristotélica ou kantiana, proponho-me defender:

1) o primado da ética sobre a moral;

2) a necessidade para a ética de, apesar de tudo, passar pelo crivo da norma;

3) a necessidade de um recurso da norma ao desígnio ético, dado que a norma conduz a conflitos para os quais não existe outra saída que não a de uma *sabedoria prática* que remete para aquilo que exige uma maior atenção à singularidade das situações.

Eu definiria o desígnio ético pelos três termos seguintes: 1. *alcance de uma vida boa*, 2. *com e para os outros*, 3. *em instituições justas*. As três componentes da definição são igualmente importantes.

Referindo-me em primeiro lugar à vida boa, gostaria de sublinhar a forma gramatical desta expressão tipicamente aristotélica. Trata-se ainda do *optativo* e já

não do *imperativo*. No sentido mais forte do termo, trata-se de um voto: «Possa eu, possas tu, possamos nós viver bem» […] em «cuidado»: cuidado de si, cuidado do outro, cuidado da instituição.

O cuidado de si […] que eu gostaria de associar ao de «estima» num plano ético fundamental […] não se confunde de forma alguma com o «eu», ou seja com uma posição egológica que o encontro com o outro viria necessariamente subverter. […] Nesse sentido, a estima de si é o momento reflexivo da *praxis*: é avaliando as nossas acções que nós próprios nos poderemos sentir seus autores, e portanto algo de distinto de simples forças da natureza ou de simples instrumentos. […]

Passemos ao segundo momento: viver bem *com e para os outros*. […] A estima de si […] já contém a segunda componente do desígnio ético, evocada pelo belo termo «solicitude» […] *a partir de uma implícita dimensão dialógica*. Estima de si e solicitude não podem ser vividas e pensadas uma sem a outra. Dizer «si» […] implica o outro além de si, a fim do qual podemos dizer de quem quer que seja que se considera um si próprio como um outro. A bem dizer, apenas por abstracção é que se pode falar de estima de si, se não a colocarmos no contexto de uma busca de reciprocidade […].

Viver bem, com e para outro, *em instituições justas*. Que o desígnio do bem-viver envolve de algum modo o sentido da justiça, tal encontra-se implicado na própria noção de outro. O outro é também o outro para além de ti. Correlativamente, a justiça excede o face-a-face. Duas asserções encontram-se aqui em jogo: de acordo com a primeira, o bem-viver não se restringe às relações interpessoais, mas estende-se à vida nas instituições; de acordo com a segunda, a justiça exibe traços éticos que não se encontram contidos apenas na solicitude […].

<O desafio consiste em> […] mostrar de que modo os conflitos suscitados pelo formalismo, intimamente solidário com o momento deontológico, deslocam-se da moral à ética, ainda que a uma ética enriquecida pela travessia através da norma e inscrita no juízo moral em situação. […]

Apresentação temática

- termo "ética" grego **ethos** através raiz indo-europeia *sw**edh**- = sentido originário "si" >> 1. reflexo ["a si"], 2. relacional ["entre si"], 3. determinativo ["de si"] e 4. possessivo ["para si"]
- experiências elementares de "auto-referencialidade" e de "pertença" (atributiva, possessiva e demonstrativa)
- noções relacionais > **ethnos** [tribo, povo, nação]
- Émile Benveniste > termo "ética" evoca
    - polaridade "eu-tu"
    - reciprocidade entre "si mesmos" iguais e "si próprios" diferentes
    - horizonte domiciliário = espaço vital simbiose
- épica homérica > "local de permanência" = partilha espaço vital animais (reunidos em abrigo / local de alimentação) e humanos (função de guarda e cuidado)
- termo **êthos** sofreu uma metamorfose semântica >> a ideia de abrigo e refúgio cedeu lugar à de "carácter", "estado de espírito" ou "disposição" = "interioridade humana" actos comportamentais

- o homófono **éthos** adquire gradualmente sentido de "marca" ou "característica" pela repetição sucessiva de actos até à formação de um padrão comportamental designado de "hábito" >> mais tarde o "agir habitual" ou "o que é costume fazer"
- textos éticos Aristóteles adaptados exigências jurídico-tribunício da romanidade > dois sentidos originários uniformizados termo **éthos** mediação ciceroniana nominativo singular *mos* [*mores* na forma plural] = "hábito", "costume", "preceito" > sentidos conservados ainda hoje termo **moral**
- sentido moral de **éthos** [mos = costume] transporta implícita significação ética de "estilo-de-vida"/"forma-de-agir" visada no termo original **êthos** [domicílio] que a tradução latina ciceroniana e a tradição jurídica romana eclipsou
- longo e complexo processo cultural de reconfiguração semântica > termo "moral" conotado
    - padrões comportamentais induzidos por habituação
    - instâncias prescritivas formuladas ou formalizadas em 1.mandamentos religiosos 2.preceitos sociais 3.normas jurídico-morais
- tradição cultural Ocidente > esquecimento da diferença originária entre êthos e éthos >> compensado teoria da acção bipolarizada paradigmas
    - aristotélico >> concepção teleológica das virtudes > formação de bons hábitos > vida feliz > bem comum

- kantiano >> fundamentação deontológica dos costumes > conformidade vontade boa / leis práticas > razão prescreve obrigações realizadas por puro dever > imperativo categórico

- desafio contemporâneo > simbiose filosofia da acção 1.aristotélica (eudemónica) e 2.kanteana (deontológica) > reconvocar a esquecida diferença originária entre ética e moral > acção discursiva compatibiliza eu/tu = nós // princípio universal / caso particular = decisão

Sugestões bibliográficas

GONZÁLEZ Ana María, «Ética y moral. Origen de la diferencia conceptual y su trascendencia en el debate ético contemporáneo», in *Anuario Filosófico* 33 (2000) 3, 797-832

POWELL Jonathan, «Cicero's Translations from Greek», in *Cicero the philosopher*, ed. by Jonathan Powell, Oxford – New York: Oxford University Press, 2002 [reprint], pp. 273-300

RICOEUR Paul, «Éthique et Morale», in *Révue de l'Institut Catholique de Paris* 34 (1990) pp. 131-142; reprod. dans «Éthique et morale», in *Revista Portuguesa de Filosofia* 46 (1990) 1, 5-17 [reed. in *Lectures 1. Autour du Politique*, Paris, Seuil, 1991, pp. 256-269]

RICOEUR Paul, «Les structures teleologique et déontologique de l'action: Aristote et/ou Kant», in *Cahiers d'Études Pastorales* [6], Faculté de Théologie, Québec: Fides (1989) pp. 15-27

MÓDULO 3

Sistematização histórico-conceptual

Texto base

JOSÉ MANUEL SANTOS, *Ética*

Há momentos históricos em que a ética, que e uma reflexão sobre questões de orientação na vida individual e social, se torna mais importante do que noutros. A época em que vivemos faz parte daquelas em que se assiste a um aumento da procura de ética. Todas as culturas têm uma tradição moral que é transmitida de pais para filhos. Há épocas em que essa tradição é aceite sem questionamento e satisfaz plenamente as necessidades em matéria de critérios orientadores. Noutras, contudo, as normas de comportamento legadas pela tradição são sentidas como frágeis e incertas na sua função orientadora. Este mal-estar relativamente aos valores, nomeadamente aos de ordem moral herdados da tradição, pode ter várias causas.

Uma causa possível reside no facto de os actores sociais se orientarem prioritariamente por valores de "sucesso" social – acumulação de riqueza, estatuto social, carreira, etc. – secundarizando valores de caracter moral ou ideais éticos para se concentrarem na realização de objectivos puramente materiais. Em caso de necessidade, em situações de urgência em que está em perigo a realização dos valores primários de que depende o sucesso material, para quê respeitar valores "secundários" que poucos respeitam? O problema, neste caso, está ligado a uma

dinâmica do comportamento social cuja lei é a *mimesis*, a imitação do que "se faz". Todavia, a lei da *mimesis* social nunca é absoluta. Mesmo perante comportamentos de massa, há sempre quem se inquiete e ponha a questão de saber se o que fazem "os outros" é de facto o que se deve fazer, se as prioridades do sucesso (material) são de facto *a prioridade* da vida. Esta *inquietude* atinge o seu pico justamente nas épocas em que a moral parece ser inactual e em que há muitos, talvez até a maioria, que pensam que "a ética não dá que comer", sendo, portanto, coisa sem nenhuma importância. É esta inquietude que em certas épocas faz com que se verifique precisamente um aumento da procura de reflexão ética.

Uma outra causa possível poderá ser a perda da *crença* nas normas e valores herdados que ainda aspiram a uma certa validade e que não perderam totalmente a credibilidade. Estes últimos estão muitas vezes intimamente ligados à crença religiosa: uma perca da fé religiosa levaria, neste caso, à ruína da validade das normas éticas nela fundadas. Como dizia Dostoievski, "se não há Deus, então tudo é permitido", isto é, deixaria de haver um fundamento para criticar e condenar as acções mais bárbaras e inumanas. Numa tal situação cultural, em que nem toda a gente é crente no sentido religioso do termo, é natural que se assista a uma maior procura de ética, na medida em que esta tenta responder a questão da justificação de valores com argumentos independentes de crenças religiosas.

De um modo geral, deixar de acreditar na validade de normas morais vigentes pode-se dever simplesmente ao facto de a tradição moral herdada se limitar a formular normas sem a mínima preocupação em justificá-las, ou seja em responder a questão do "porquê?". Com efeito, (…) como já notava Hegel (1770-1831) no seu tempo, (…) "aquilo que nos nossos dias pretende ser válido já não o pode ser apenas por obra da violência, do hábito ou dos costumes, mas por evidência e

razões". Esta exigência de "evidencias e razões" pode explicar, em diversas épocas, um recrudescimento da procura em matéria de teoria ética.

Finalmente, uma última causa possível do recrudescimento da procura de ética reside em desafios exteriores à evolução das culturas e das crenças individuais ou colectivas. Na nossa época em particular, surgiram desafios completamente inéditos, literalmente impensáveis mesmo num passado ainda recente, ligados ao desenvolvimento da técnica moderna e às suas implicações para a vida humana na Terra. O facto de os comportamentos da geração presente, nomeadamente no uso de técnicas susceptíveis de manipular as bases da matéria (energia nuclear) ou da vida (biotecnologia), poderem pôr em causa a sobrevivência de gerações futuras, constitui um desafio a ser reflectido numa perspectiva ética.

Apresentação temática

- trinómio ethos > oikos > polis
- 3 razões necessidade histórica reflexão ética
    - a) subestimação critérios de orientação ética [= "valores"] > porque acreditar e aplicar valores que poucos acreditam e respeitam?
    - b) suspeita fundamento solido dos valores
    - c) percepção insuficiência orientadora normas vigentes face novos desafios
- 3 momentos críticos história do Ocidente convocação urgente reflexão ética
    - 1) Antiguidade greco-romano-cristã (séculos IX aC - IV dC)
        - Protogénese reflexão ética > épica homérica

- Debate Sócrates-Sofística
- Ponto de situação Aristóteles
- Confronto Helenismo – Cristianismo > moral cristã judaico-estóica

- 2) Modernidade iluminista (séculos XVII-XVIII)
  - Debate legitimação poder > Maquiavel
  - Querela Heteronomia-Autonomia
  - Desfecho resolutivo Kant
- 3) Contemporaneidade (séculos XX-XXI)
  - Crise "Mestres suspeita" > Nietzsche / Freud / Marx
  - Efeito borboleta Darwin / Comte
  - Hegemonia tecnociência base positivista
  - Problemas potenciados "globalização" > ubiquidade // ambiguidade

ETIMOLOGIA DE "ÉTICA" E "MORAL"		
grg	***êthos***: carácter, modo de ser	***éthos***: hábito, costume
lat	***mos, mores***: costumes, hábitos, deveres, preceitos	
port	***o*** *moral* *o ético = eticidade* > fenómeno moral > dimensão ética da existência	***a*** *moral* *a ética = moralidade* > normas morais vigentes numa sociedade

SIGNIFICADOS DE "MORAL" (substantivo)	
Sentidos	Exemplos
1. Sistema de normas ou valores [= axiologia] vigentes numa dada sociedade	A moral da sociedade chinesa antiga
2. Conjunto de princípios e normas de conduta de uma pessoa ou comunidade	Uma moral aristocrática ou ascética
3. Conjunto de princípios ou normas morais válidas universal e incondicionalmente	A "verdadeira" moral
4. Doutrina moral baseada numa tradição ou cosmovisão (religiosa, filosófica, ideológica)	A moral judaico-cristã
5. Disposição emocional do ânimo; estado de alma ou de espírito	O moral da equipa
6. Esfera de orientação da existência	O moral não coincide inteiramente com o jurídico; o moral pode coincidir com o político; o religioso e o moral não são necessariamente coincidentes

SIGNIFICADOS DE "MORAL" (adjectivo)	
Sentidos	Exemplos
Índole "moral" > acto conforme ao código normativo e ao imperativo de consciência	X age rectamente de acordo com princípios orientadores e a sua consciência > X é moral
Índole "imoral" > acto não conforme ao código normativo e ao imperativo de consciência	X age incorrectamente contra princípios orientadores e a sua consciência > X é imoral
Índole "amoral" > acto alheio ou indiferente à dimensão moral	X é completamente desprovido de senso moral > X é amoral

- Configurações éticas da moralidade
    - Ética da convicção > agir por dever > moral deontológica [legalista > risco perfeccionismo]
    - Ética da aspiração > agir em vista de um fim supremo > moral teleológica [finalista > risco eudemonismo]
    - Ética da responsabilidade > agir com benevolência > moral relacional [intersubjectiva > desafio interfacialidade]

- ACÇÃO MORALMENTE ÉTICA >> TEXTURA ÉTICA DA ACÇÃO MORAL >> ETICIZAR A MORAL >> ACÇÃO DISCURSIVA = SEMÂNTICA DA ACÇÃO
    - Discurso sobre a acção "moral" > dizer o que se faz (descrever, explicar, justificar, teorizar)
    - Realização "moral" do discurso > fazer o que se diz (cumprir, efectivar, vincular)
    - NARRATIVA ÉTICA DA ACÇÃO > ler a acção (vivenciar)

Sugestões bibliográficas

CORTINA Adela, *Ética sin moral*, Tecnos, Madrid, 1990

GIUSTI Miguel, «¿Puede haber conciliación entre moralidad y eticidad?», in *Areté* 8 (1996) 1, 25-64

KEARNEY Richard – DOOLEY Mark (eds.), *Questioning Ethics. Debates in Contemporary Philosophy*, London – New York: Routledge, 1999

MOURGEON Jacques, *Les droits de l'homme*, Paris: PUF, 1985

PIEPER Annemarie, *Ética y Moral. Un introduccción a la filosofia prática*, Barcelona: Editorial Crítica, 1991

RENAUD Michel – RENAUD Isabel, «Fundamentos éticos: ética e moral», in *Bioética, coord. Luís ARCHER – Jorge BISCAIA – Walter OSSWALD, Lisboa-São Paulo: Editorial Verbo (1996) 34-41*

RICOEUR Paul, «Avant la morale: l'éthique», in *Encyclopedia Universalis* [*Symposium*], Supl II: Les enjeux, Paris, 42-45

RICOEUR Paul, «Éthique. De la morale à l'éthique et aux éthiques», in *Dictionnaire d'éthique et de philosophie morale*, dir. Monique CANTO-SPERBER, Paris: PUF, 2001 (3ed.), pp. 580-584]

SINGER Peter (ed.), *A Companion to Ethics*, Oxford: Blackwell, 1991

MÓDULO 4

Demanda prospectiva

Textos base

PAUL RICOEUR, «Éthique et Morale»

in *Révue de l'Institut Catholique de Paris* 34 (1990) pp. 131-142; reprod. dans «Éthique et morale», in *Revista Portuguesa de Filosofia* 46 (1990) 1, 5-17

O recurso da norma moral ao desígnio ético é suscitado pelos conflitos que nascem da própria aplicação das normas às situações concretas. Sabemos desde a tragédia grega […] que os conflitos ocorrem precisamente no momento em que caracteres obstinados e inflexíveis se identificam tão completamente com uma regra particular que se tornam cegos para tudo o mais […], numa atitude moral desvinculada da sua motivação ética mais profunda. […] É para obviar tal situação que é exigida uma *sabedoria prática*, sabedoria ligada ao juízo moral em situação e relativamente à qual a convicção afigura-se mais decisiva do que a própria regra. Tal convicção não é todavia arbitrária na medida em que lança mão de recursos de um sentido ético mais originário que não passou pela norma.

Na Europa Ocidental, nós somos testemunhas, e frequentemente os actores, de conflitos desse género onde se confrontam a moral dos direitos humanos e a apologia das diferenças culturais. O que não vemos é que a pretensão universalista vinculada à proclamação dos direitos humanos se encontra ela mesma manchada de particularismo, mercê da longa coabitação entre esses direitos e as culturas

europeias e ocidentais onde pela primeira vez foram formulados. […] Só uma longa discussão entre as culturas – discussão que ainda mal começou – fará germinar o que verdadeiramente merece ser chamado de «universal». […]

<Noutro plano> poderia ainda evocar os casos da verdade devida ao indivíduo em estado terminal ou da eutanásia, ou a controvérsia do direito ao aborto nos primeiros meses de gestação. Não teria, nesse caso, deixado de invocar a sabedoria prática nas situações singulares que normalmente se identificam com situações de angústia e de conflito no interior de uma subtil dialéctica entre a solicitude dirigida a pessoas concretas e o respeito pelas regras morais e jurídicas indiferentes a situações de infortúnio. […] Para o médico individual, a opção joga-se entre aplicar sem concessões os compromissos assumidos no Juramento Hipocrático […] e consentir com um mínimo de excepções compatíveis com o respeito por si, o respeito pelo outro e o respeito pela regra […]. Não existe nenhuma regra para decidir entre regras, mas antes e de novo o recurso a uma sabedoria prática muito próxima daquela que Aristóteles designava com o termo *phronesis* (traduzida por *prudência*), em relação à qual a *Ética a Nicómaco* refere que ela representa para a ordem prática aquilo que a sensação singular representa para a teórica. O mesmo ocorre exactamente com o juízo moral em situação. […] No plano político da aplicação da justiça o problema mantém-se. A experiência histórica mostra com efeito que não existe uma regra imutável para classificar numa ordem universalmente convincente reivindicações tão válidas como as da segurança, da liberdade, da legalidade, da solidariedade, etc. Apenas mediante debate público, cujo desfecho permanece aleatório, é possível suscitar uma certa ordem de prioridades. Tal ordem, porém, valerá apenas para um povo, durante um certo

período da sua história, sem nunca implicar uma convicção irrefutável válida para todos e para sempre. […] O juízo político pertence portanto ao domínio do juízo em situação. […] É neste ponto que a equidade é considerada superior à justiça abstracta. Ao referir-se ao equitativo (*épiéikês*) e à superioridade deste perante o justo, Aristóteles observa: «a razão disso é que a lei é sempre algo de geral, sendo que há determinados casos para os quais não é possível estabelecer um enunciado geral que se aplique a eles com exactidão». E conclui: «Tal é a natureza do equitativo: ser um correctivo da lei, precisamente aí onde a lei perdeu capacidade para estatuir em virtude da sua generalidade» (*Ética a Nicómaco*, V. 14, 1137b 26-27). […]

HANS KÜNG, Uma ética global para a política e a economia mundiais
Petrópolis: Vozes (1999)

Nunca é demais insistir que todos os homens são possuidores de direitos, os Direitos do Homem: direito à segurança de vida, direitos a ser tratado com justiça, direito de obter um sustento digno e propiciador de bem-estar, direito de participar na ordem política em todos os planos, direito de acesso livre à informação e aos bens comuns globais… Todavia, é estranho que ainda não exista uma codificação de deveres conexos aos direitos, uma espécie de Carta dos Deveres Humanos, mediante a qual uma Sociedade Civil global visse consagrada a responsabilidade ética de

- Contribuir pessoalmente para o bem comum
- Levar em conta o efeito das acções individuais na segurança e bem-estar dos demais

- Promover a igualdade de direitos em todas as esferas da vida humana, bem como a defesa dos mais vulneráveis
- Preservar os interesses das gerações vindouras
- Cuidar da herança cultural e espiritual da humanidade
- Participar activamente na vida cívica e política
- Empenhar-se na eliminação da corrupção

(…) Em termos sociológicos, a Economia (assim como o mercado) é apenas um *subsistema* da sociedade, ao lado de outros, como o Direito, a Política, a Ciência, a Cultura e a Religião. O princípio da racionalidade económica tem a sua razão de ser, mas não pode ser absolutizado. A sua razão de ser é sempre relativa. No ultraliberalismo reside o perigo – agora à vista de todos com maior clareza – de se elevar o subsistema da economia de mercado à condição de um sistema total, no qual o Direito, a Política, a Ciência, a Cultura e a Religião passam, por um lado, a ser analisados como instrumentos económicos (o que até é legítimo) cuja valência, na prática, se encontra subordinada e domesticada à economia e, nesse sentido, despotencializados por ela. Sucede, porém, que uma ética despotencializada põe em risco os seus valores e normas fundamentais, passa a ter apenas uma função de alibi, permanecendo por isso ineficaz. Ora, uma economia de mercado total possui consequências desastrosas:

- o Direito, em lugar de se basear sobre o fundamento universalmente válido da dignidade humana, dos direitos e deveres humanos, pode ser formulado e manipulado em função de pressões económicas e de interesses corporativos;

- a Política pode capitular perante os humores do mercado e dos interesses privados em jogo, tornando o sistema monetário vulnerável à ambição predatória dos especuladores;
- a Ciência pode subjugar-se aos interesses económicos dos financiadores, perdendo a sua histórica função cultural de instância crítica e objectiva do conhecimento;
- a Cultura e a Arte podem degenerar em mercadoria;
- o Ethos pode ser sacrificado ao poder e ao lucro e ser substituído por aquilo que é "eficaz" e oferece "resultados"
- a Religião pode ser exposta como bem de consumo no hipermercado das ideias e transformada ao gosto de cada um como ingrediente de um cocktail sincrético capaz de saciar a sede religiosa que também assalta o *homo oeconomicus*

(…) Assim, o que muitas vezes nos é apresentado pelos especialistas da Economia como constituído por "leis próprias" e "pressões concretas" não precisa de ser assumido cegamente pelos cidadãos e seus representantes democraticamente eleitos. (…) Face à "religião do mercado" (J. Moltmann) torna-se necessária uma desmistificação: quando deixada entregue a si própria, a "mão invisível" da oferta e da procura, da concorrência e da maximização do lucro, não leva necessariamente ao bem de todos. (…)

Apresentação temática

- Casa comum > ecúmena > synoikia

- Retórica «nova ordem mundial» > 3 oportunidades históricas perdidas
    - Liga das Nações pós 1ª Guerra (1919) > não evitou recrudescimento pulsões nacionalistas // emergência ideologias totalitárias (comunismos, fascismos…)
    - Organização das Nações Unidas pós 2ª Guerra (1945) > não evitou a bipolarização EUA/URSS // escalada armamento // espectro destruição escala global
    - Queda Muro Berlim pós-comunismo soviético (1989) > não evitou subversão ideal europeu «casa comum» // subjugação cultural > político (burocratismo) > económico (monetarismo) > financeiro

- Necessidade ética global > política = ethos ponto grande
    - Evitar dois extremos
        - Realpolitik amoral > H. Kissinger [insp. Maquiavel / Richelieu / Bismark / Disraeli > dinâmica geopolítica da eficácia do poder >> política sem "sentimento moral" = passagem "razão estado" -> interesses nacionais
        - Idealismo político moralizante > Woodrow Wilson (1918) proclama 14 Pontos Programa de Paz Americano > novo paradigma ordem mundial 3 pontos: 1. Liberdade para todos os povos; 2. Justiça para amigos e inimigos; 3. Criação Liga das Nações = ficção pacifista irrealista e inconsequente
    - Reconfiguração ética da dicotomia
        - Idealistas > deveriam ter em conta 1. subordinação da política à moral conduz normativismo ineficaz; 2. cruzadas moralistas geram miopia analítica >> recomenda-se objectivismo contextuado

        - Realistas > deveriam ter em conta separação entre valores morais e factos positivos conduz amoralismo inimputável; 2. obsessão eficácia dissolve reflexão crítica >> recomenda-se pragmatismo responsável
    - Ética mediacional entre política real e política ideal >> ethos global = paradigma reticular da nova ordem mundial
        - Já não serve tirania dos resultados > realismo político > fins justificam todos os meios [mentira, difamação, corrupção…]
        - Já não serve a diletância das boas intenções > idealismo político > proclamar nobres finalidades morais [paz, prosperidade, igualdade…]
        - Desafio da ética da responsabilidade [// Hans Jonas] >> 1. Pressupõe convicções axiológicas [faz contas]; 2. Antecipa consequências [faz de conta]; 3. Acompanha e avalia [follow-up] a par-e-passo o processo em curso [prestação contas ≠ ajuste contas]> conjugando cálculo político (realistas) e avaliação moral (idealistas)

- Indicadores éticos consciência política moralmente responsável
    - discurso prospectivo [e não apocalíptico]
    - bem comum fim ético [e não bem geral pretexto moral]
    - impulso aperfeiçoamento [e não pulsão perfeccionista]
    - janela [e não espelho / ecrã]
    - estar ao serviço = missão orgânica [e não servir-se de = estatuto funcional]
    - autor = poder para representar rostos > autoridade [e não actor = poder de usar máscara para representar um papel > domínio]

- Regra de ouro tradição sapiencial-religiosa >> património civilizacional humanidade > gérmen proclamação global primado ético da pessoa = ser-em-relação

- Confúcio (550 aC): «O que não desejas para ti mesmo não o faças aos outros» [Discursos, 15, 23]
- Rabbi Hillel (20 aC): «Não faças aos outros o que não queres que te façam a ti» [Sabbat, 31a)
- Jesus Nazaré: «Tudo o que desejares que alguém te faça, fá-lo a ele também» [Mt 7, 12]
- Islamismo: «Nenhum de vós se tornará crente enquanto não desejar para o outro o que deseja para si mesmo» [an-Nawawi, 40 ditos, 13]
- Budismo: «Se uma situação não é agradável ou satisfatória para mim, como posso impô-la ao outro?» [Samyuta Nikaya, V, 354.2]
- Hinduísmo: «Não nos devemos comportar relativamente aos outros de um modo que quando toca a nós consideramos desagradável» [Mahabharata, XIII, 114.8]
- Implicação ética global > contributo das religiões paz mundial >> desafio ecumenismo = diálogo inter-religioso [// Europa > guerra das religiões precedente politológico das teorias soberanistas Estado (elo decisivo processo longo laicização e secularização cultura ocidental)]

- Desafios críticos potenciados globalização > cidadania responsável > ambiguidade socialização (link interacção) / alienação (não comprometimento = não inscrição)
  - Crise de identidade
  - Crise de participação
  - Crise de representação

- Operacionalização ética global
  - Não ideologia // religião
  - Consenso básico [*minima ethica*] sobre valores/padrões acção superem proclamações genéricas moralizantes [regra de ouro respeito outro; verdade; justiça; humanismo…]
  - Evitar 3 armadilhas: 1. Repetição prescritiva Declaração Direitos Humanos (ocidentalista; individualista) > ética envolve deveres

globais/interculturais; 2. Pregação moral casuística dedo em riste > ética deve enfrentar questões religiosamente incómodas / socialmente fracturantes (genética, sexualidade, família, aborto, eutanásia, testamento vital…); 3. Proclamação fanático-religiosa princípios sagrados > perder o Sábado salvando a pessoa

- Concretização: 1. Axiologia enraizada (transformar o jurídico em moral e o moral em ético) > legalidade > licitude > legitimidade; 2. Discursividade acessível a todos > sem encriptação detalhe técnico/jargão científico/prosápia académica; 3. Consensualidade tomada decisão > ouvir / propor / reconsiderar / modelar; 4. Elaboração Carta Universal dos Deveres Éticos (não o que devemos dar ao homem, mas o que o homem deve dar de si…)
- Redimir "7 pecados capitais do mundo actual" (Mahatma Gandhi):
  - Riqueza sem trabalho (e trabalho sem enriquecimento integral)
  - Prazer sem consciência (e consciência sem prazer de estar com)
  - Conhecimento sem carácter (e carácter sem conhecimento de si)
  - Negócios sem moral (e moral sem negociação com as situações)
  - Ciência sem humanidade (e humanidade sem conhecimento)
  - Religião sem misericórdia (e misericórdia sem superação)
  - Política sem princípios (princípios sem discussão pública)

Sugestões bibliográficas

BRACCI Sharon – CHRISTIANS Clifford (ed.), *Moral engagement in public life: theorists for contemporary ethics*, New York [etc.]: Peter Lang, 2002

CANGIOTTI Marco, *L'uomo giusto. Esperienza etica ed esperienza politica*, Brescia: Morcelliana, 1999

CAPPELLETTI Angel, «Ética, política y bien común», in *Atlantida* 3 (1976) 28-32

DORIS John, «Persons, Situations and Virtue Ethics», in *Nous* 32 (1998) 4, 504-530

KÜNG Hans, *Uma ética global para a política e a economia mundiais*, Petrópolis: Vozes, 1999

LENOIR Frederic, *Le temps de la responsabilité*, Paris: Fayard, 1991

LUCAS John – GRIFFITHS Michael, *Ethical Economics*, New York, Macmillan, 1997

MARCIANO Alain, *Ethiques de l'économie*, Balises: De Boeck, 1999

RYN Claes, *Democracy and Ethical Life*, Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1977

SELLIER François, *Morale et vie économique*, Paris: PUF, 1959

SEN Amartya, *On Ethics and Economics*, Oxford: Blackwell, 1993

A SEMÂNTICA DA ACÇÃO NA FIGURA DO HOMEM PRUDENTE (PHRONIMOS) À LUZ DA FILOSOFIA PRÁTICA DE ARISTÓTELES

Seminário de Doutoramento em Filosofia – IFP / Universidade da Beira Interior – Covilhã, 30 Maio 2013

TEXTOS PROTOCOLARES

A **virtude** é uma **disposição electiva**, consistindo numa **mediedade** relativa a nós, determinada pela razão e pelo modo como a determinaria o **homem prudente** (…); por isso (…) **a virtude é uma mediedade**, mas <subent. é> também uma elevação [= saliência, eminência] respeitante ao que é excelente e bom.

ARIST., *EN*, II, 6, 1106b 36 – 1107a 8

Em primeiro lugar, digamos que essas disposições <subent. a prudência e a sabedoria> são necessariamente elegíveis por si mesmas, dado serem cada uma delas as virtudes de cada uma das partes <subent. da alma dotada de razão>, ainda que nenhuma delas nada **produza**. Apesar disso, também é certo que **produzem algo**. Não do modo como a medicina <subent. **produz**> a saúde, mas sim como a saúde <subent. a **produz** ela mesma>: tal é a forma como a sabedoria **produz** a felicidade, pois sendo uma parte da virtude como um todo, a sua aquisição e o seu exercício **produzem** felicidade. Para além do mais, **a obra <subent. do homem> só se aperfeiçoa de acordo com a prudência e a excelência de carácter**, pois enquanto a virtude **faz** recto o alvo [i.e. **produz** um fim recto = **torna** recto o fim] a prudência, por seu lado, [subent. **faz** rectos = **torna** rectos] os meios para o atingir.

ARIST., *EN*, VI, 12, 1144a 1-9

La *phronèsis* se trouve ainsi encadrée dans une liste de cinq «états», liste ramenée finalement à deux termes, *phronèsis* et *sophia*, l'*epistèmè* se laissant réduire à la *sophia* en vertu du critère épistémique du nécessaire. On retombe donc sur la coupure entre nécessaire et contingent, introduite précédemment par la division en parties de l'âme. Mais, cette fois, l'intérêt de la coupure est de faire se rejoindre l'*Éthique* et les *Analytiques*, autrement dit le pratique et l'épistémique: ce qui n'a rien de choquant pour un usage souple de la notion de vérité, usage familier aux logiciens contemporains qui ont rompu avec la rigueur frégéenne. Restent donc en lice deux séries: la série nécessaire – scientifique – démonstrative; et la série contingent – calculatrice – *orthos logos*. Mais Aristote ne tient pas le cap: (…) il fait intervenir un autre système de division, qui ne procède ni de la psychologie (âme), ni de l'épistémologie (science versus calcul) mais de la **constitution du champ pratique lui-même, à savoir le couple *praxis-poièsis***. La transition trouve sa **légitimité** dans le fait que **ces deux modalités du champ pratique relèvent de la même catégorie du contingent**. Cette **parenté épistémologique** apparait plus clairement lorsqu'on montrera que **le jugement prudential est singularisant**; or **la poièsis, la production, ne l'est pas moins**. Sont également **en partage, entre pratique, au sens moral et politique du mot, et production, le rôle de la délibération, du raisonnement, de l'*orthos logos*, donc précisément l'intellectif**. Bien plus, une même visée véritative appartient aux deux modalités: (…) dans un cas comme dans l'autre, on se meut dans le **domaine du contingent**. Mais qu'est-ce que la **vérité du contingent**?»

RICOEUR Paul, «À la gloire de la phronèsis (Éthique à Nicomaque, Livre VI)», in *La vérité pratique. Aristote: Éthique à Nicomaque, Livre VI, op. cit.*, 17-18

PROTOCOLO DE ANÁLISE TEXTUAL:

- **escolha** exercida **no limite da contingencialidade**
- **limiar mediacional** da **experiência deliberante**
- **racionalidade prática** como **"prática da razão"**
- **acção discursiva** explicita um **logos com sentido**
- **semântica da acção** do **prudente**
- campo contextuado > as **virtudes dianoéticas**
- realce para a **configuração mesomorfológica da prudência**

SINOPSE TOPOGRÁFICA

LIVRO VI *ETHICA NICOMACHEA*

DIVISÃO ORGÂNICA **COTA TEXTUAL**	**CONTEÚDO FORMAL**
I [1138b 18 – 1139a 17]	**O horizonte mediacional da recta razão**
1 <1138b 20-26>	O papel estocástico e mensurador da recta razão na delimitação mesomorfológica da virtude entre o excesso e o defeito
2 <1138b 35 – 39a 17>	Tipificação praxiológica da alma
a (1139a 1)	Diferenciação de dois tipos de virtudes: 1. éticas e 2. dianoéticas
b (1139a 5)	Divisão da alma em duas partes: 1. racional e 2. desprovida de razão
c (1139a 8-10)	A subdivisão da parte dotada de razão (1) pela qual percebemos: 1. os princípios necessários e 2. as coisas contingentes
3 <1139a 11-15>	Classificação da parte racional de acordo com a especificidade do conhecimento de cada objecto que lhe é apropriado por semelhança e afinidade: a) parte científica; e b) parte calculadora (= opinativa = reflexiva = ponderadora)

II [1139a 17 – 1139b 13]	**Realização veritativa da alma na sua tríplice operatividade dianoética: 1. teorética, 2. prática e 3. produtiva**
1 <1139a 17-18>	Três potências da alma que determinam a verdade e a acção
a (1139a 18)	sensação
b (1139a 18)	intelecto
c (1139a 18)	desejo
2 <1139a 32-35>	A boa acção [e o seu contrário] decorre da mediação da disposição electiva entre a inteligibilidade e o carácter
3 <1139a 35 – b 14>	A verdade como obra da inteligência 1. prática e 2. produtiva
III [1139b 14 – b 36]	**As virtudes dianoéticas**
1 <1139b 15>	Definição genérica de virtude dianoética: disposição pela qual a alma veritiza [= realiza a verdade]
2 <1139b 16-17>	Enumeração das cinco [virtudes dianoéticas]
a (1139b 16)	arte
b (1139b 16)	ciência
c (1139b 16)	prudência
d (1139b 17)	sabedoria
e (1139b 17)	intelecto
IV <1139b 18-29>	**Caracterização da ciência**
1 <1139b 23-24>	Conhecimento do necessário, eterno, ingénito e incorruptível
2 <1139b 25-26>	Saber capaz de ser ensinável e aprendível
3 <1139b 26-29>	O ensino parte do já conhecido por inferência ou por indução: 1. a inferência parte do universal; 2. a indução é princípio do universal
4 <1139b 31-32>	A ciência é uma disposição demonstrativa
V [1140a 1-23]	**Caracterização da arte**
1 <1140a 1-2>	O domínio do fáctico e o do prático têm por objecto o que pode ser de outra maneira (= contingente)
2 <1140a 7-10>	A arte é uma disposição racional para a produção; toda a disposição produtiva acompanhada de razão verdadeira é arte
3 <1140a 11-14>	Exercer uma arte implica produzir algo que a) pode ser ou não ser e b) cujo princípio está no executante e não no que é produzido
4 <1140a 20-23>	A arte é uma disposição produtiva acompanhada de razão verdadeira que tem por objecto o que é contingente
VI [1140a 24 – b 30]	**Caracterização da prudência**
1 <1140a 24-25>	Compreende-se a prudência contemplando o prudente
2 <1140a 26-28>	Deliberar bem sobre o que é conveniente para viver bem
3 <1140a 31-33>	Não se delibera a) sobre o que não pode ser de outra maneira nem b) sobre o que é impossível realizar

4 <1140b 2-6>	A prudência a) não é nem ciência nem arte, mas b) uma disposição racional verdadeira e prática c) acerca do que é bom e mau para o homem d) em vista do agir bem
5 <1140b 8-11>	É uma qualidade própria de administradores e políticos (p. ex. Péricles)
6 <1140b 11-12>	A moderação preserva a prudência
7 <1140b 25-28>	A prudência é a virtude da a) parte da alma b) dotada de razão que c) forma opiniões ponderadas no que se refere ao d) contingente
VII [1140b 31 – 1141a 8]	**Caracterização do intelecto**
1 <1140b 31-32>	A ciência é conhecimento do universal e necessário
2 <1140b 34>	O princípio do conhecimento científico não pode ser ciência
3 <1140b 35>	O conhecimento científico é demonstrável
4 <1140b 34 - 1141a 1>	O princípio da ciência não pode ser nem arte nem prudência porque estes incidem sobre o contingente
5 <1141a 7-8>	Resta o intelecto como disposição relativa aos princípios da ciência
VIII [1141a 9 – b 7]	**Caracterização da sabedoria**
1 <1141a 16-17>	A mais exacta das ciências é a sabedoria [= filosofia]
2 <1141a 17-18>	Ser sábio consiste em a) conhecer a partir dos princípios e simultaneamente b) pronunciar-se com verdade acerca dos princípios
3 <1141a 19-20>	A sabedoria é uma combinação de intelecto e ciência, ou seja uma ciência capital acerca dos objectos mais estimáveis
4 <1141a 20-21>	Limitações da arte política e da prudência face à sabedoria
a (1141a 24-25)	1. O sábio mantém-se sempre o mesmo no seu conhecimento; 2. o prudente varia na sua avaliação
b (1141a 27-28)	Certos bichos são dotados de prudência devido à capacidade de antecipação inteligente
c (1141a 29-30)	1. Sabedoria e política não são o mesmo: 2. a sabedoria não é conhecimento do útil para si mesmo
d (1141b 3-7)	Os sábios 1. não procuram bens humanos, mas procuram 2. conhecer o que há de mais admirável, difícil e sobre-humano, 3. mesmo que inútil [exs. Tales e Anaxágoras]
IX [1141b 7 - 23]	**Reexame prospectivo da prudência**
1 <1141b 8-9>	A prudência refere-se ao domínio a) das coisas humanas e b) da deliberação
2 <1141b 9-10>	A obra do prudente consiste em deliberar bem
3 <1141b 13-14>	Uma boa deliberação é certeira se visar a) o domínio prático e b) o que é melhor para o homem c) com razoabilidade

4 <1141b 14-15>	A prudência deve conhecer a) não só o universal b) mas também o particular
5 <1141b 17-18>	A prudência é a) prática porque b) a acção diz respeito b.1) ao particular
6 <1141b 17-18>	No domínio da acção os que são a) desprovidos de saber mas que possuem b) experiência c) são mais práticos dos que os que sabem
7 <1141b 18-21>	Exemplo "poiético" [campo clínico] >> a) os que sabem [abstractamente] que as carnes ligeiras são saudáveis a.1) mas não conhecem quais as que são ligeiras a.2) não produzem saúde b) os que sabem [por experiência] que aves b.1) fornecem as carnes ligeiras b.2) produzem saúde
8 <1141b 21-22>	A prudência é prática porque deve possuir ambos os conhecimentos [a) o do universal e o do particular com b) mais ênfase no do particular]
X [1141b 23 – 1142a 30]	**Modos diferenciados de prudência na esfera política**
1 <1141b 24-27>	A prudência no tocante à cidade pode ser a) legislativa em sentido arquitectónico e b) política <segundo a designação comum> no sentido dos casos particulares, tendo esta um carácter b.1) prático e deliberativo
2 <1141b 27-29>	Exemplo poiético [analogia manufactural do campo legislativo // lei = artefacto] >> O decreto político realiza o sentido prático da acção ao extremo: o político actua como um operário manual [= artífice = artesão] na produção de decretos
3 <1141b 31-32>	Tridimensionalidade da prudência: a) económica, b) legiferante e c) política, assumindo nesta uma bidimensionalidade c.1) deliberativa ou judicial
4 <1141b 33 – 1142a 21>	Tipificação e limites da prudência
a (1141b 33 - 1142a 8)	forma de conhecimento do saber de si próprio e das coisas que lhe dizem respeito
b (1142a 9-10)	fundamento relacional: o bem de cada um em si mesmo [= ética] não existe sem esfera 1. económica [= administração da casa] e 2. política [= organização da cidade]
c (1142a 12-13)	os jovens podem tornar-se sábios [= geómetras ou matemáticos] mas não prudentes

d (1142a 14-16)	a prudência tem por objecto o particular; o particular é conhecível pela experiência; a experiência requer muito tempo
XI [1142a 31 – b 33]	**Qualidades da boa deliberação**
1 <1142b 9-15>	A boa deliberação é a) uma deliberação b) dotada de rectitude dianoética para investigar e calcular c) que não é científica nem opinativa
2 <1142b 16-28>	Caracterização da rectitude deliberativa
a (1142b 18-27)	não se trata de 1. calcular bem para atingir um mal [ex. incontinente] porque deliberar bem implica uma deliberação recta que atinge um bem; nem de 2. alcançar o que se deve pelos meios não devidos [ex. pseudo-silogismo prático > atingir o termo do que se deve mediante um termo médio falso]; nem de 3. decidir com rapidez [visto que a rapidez não implica boa deliberação] mas com tempo dilatado
b (1142b 27-28)	a rectitude na boa deliberação consiste 1. numa conformidade com o útil relativamente 2. ao que é devido; 3. ao modo e 4. ao momento
3 <1142b 31-33>	O deliberar rectamente a) é próprio dos prudentes e por isso b) a boa deliberação será b.1) uma rectitude em conformidade ao que convém b.2) relativamente a um fim b.3) de que a prudência é uma conjectura verdadeira
XII [1142b 34 – 1143a 18]	**Definição de entendimento**
1 <1143a 1-2>	Não se identifica com ciência ou opinião
2 <1143a 6>	Âmbito específico: domínio da dificuldade e da deliberação
3 <1143a 14-15>	Definição específica de compreensão: ajuizar bem sobre as coisas relativas à prudência
XIII [1143a 19-24]	**Definição de razoabilidade**
1 <1143a 19-20>	Diz-se daquele que por tê-la é compreensivo
2 <1143a 20>	Trata-se de um discernimento recto do equitativo
3 <1143a 21-22>	Chamamos equitativo ao que possui compreensão acerca de certos casos
XIV [1143a 25 – 1144a 36]	**Relação da prudência com as disposições dianoéticas supramencionadas**
1 <1143a 30-32>	Índole crítica e relacional da prudência: a) saber discernir acerca do que se ocupa o prudente implica ser a.1) entendedor, a.2) sensato ou a.3) compreensivo, porque a b) o equitativo é b.1) comum a todos os homens de bem b.2) na relação de uns com os outros
2 <1143a 32-34>	O prudente tem de conhecer as coisas práticas que têm a ver com o particular

3 <1143b 11-14>	Deve-se prestar atenção às palavras e opiniões indemonstráveis dos experimentados, anciãos e prudentes não menos do que às demonstrações, dado que eles vêem rectamente pelo olho da experiência
XV [1144a 1-29]	**Utilidade da prudência**
1 <1144a 1-4>	Horizonte poiético > Parece que a prudência não produz nada de concreto, embora de facto realize uma espécie de produção
2 <1144a 6-9>	A prudência "produz" [= "possibilita"] uma obra <humana>
3 <1144a 23-25>	A destreza [= habilidade] é uma faculdade [de índole "poiética"] pela qual estabelece e visa um alvo
4 <1144a 28-29>	A prudência não é destreza [= habilidade], mas não existe sem ela

VECTORES DE DIRECCIONAMENTO HERMENÊUTICO

> manter na periferia da análise

* focalização na problemática aretiológica da natureza, alcance e inter-conexão das virtudes

* relação triádica entre bem / fim / felicidade

> acepção de virtude "a-propriada" > ambiguidade semântica

* não como propriedade = recurso que se tem para fazer "o" bem [adequacionismo moral]

* mas como apropriação de si na acção = como obra a-fazer = fazer "bem" auto-realizativo [logóica e relacional > carácter arquitrectónico da política] em vista da felicidade [= estar bem]

> 3 instâncias semânticas [“tri-logia”] do agir significante “com-sentido”

1. Discurso sobre a acção “moral” > dizer o que se faz (descrever, explicar, justificar, teorizar)

2. Realização “deontológica” do discurso > fazer o que se diz (cumprir, efectivar, vincular)

3. Narrativa ética da acção [= acção discursiva] > ler a acção no texto da onto-poiese prudencial [= estocástica – hilemórfica – ergonómica]

> horizonte mesomorfológico [intermediário/mediacional] da prudência

* tríplice sentido de meson > 1. meio através (via) 2. meio entre (conexão) meio em que (estado)

* mesotes = mediedade ontologicamente saturada

* phronesis = activador/operador ontopraxiológico da mediação

> Teleologia imanente/domiciliada > elevação do desejo de perfeição estatuto moral > condição crítica de um estado ético de aperfeiçoamento

* finalidade interna > virtude hábito adquirido > virtude explicitada em eleição [= escolha = airesis] > ponderação [= deliberação = bouleusis] > em vista da decisão [= eleição ponderada // ponderação electiva = proairesis] > círculo inter-remissivo “decidir ter virtude para ser bom” // “ser virtuoso para decidir bem”

* finalidade aberta > desígnio aberto > in fieri até à morte

> A realização da prudência pelo prudente [= phronimos]

* narrativa > texto modo de agir testado e atestado > legibilidade dos critérios explicitados "in vivo" na acção

* paradigma incarnado > fundamento onto-praxiológico exemplaridade vivida > exige uma leitura não mimética [ser como ele / fazer o que ele faz] mas poiética [fazer como ele]

LIÇÃO CONCLUSIVA

ENTRE O VER FAZER E O FAZER VER: A SEMÂNTICA DA ACÇÃO NO DISCURSO VIVIDO DO PRUDENTE EM ARISTÓTELES

Comecemos por captar os ecos longínquos do sentido primordial do termo **prudência** [φρονησις] a partir do qual se polariza o foco teórico da presente comunicação, a figura do **prudente** [φρωνιμος]. A tabela que se segue pretende dar conta das flutuações semânticas desse peculiar campo conceptual, procurando recortá-las no horizonte histórico-literário em que foram gradualmente emergindo:

lexema	acepção primordial	emprego derivado	significado
φρον–εω	**HOMERUS**, *Ulyssea*, 7, 75 **HOMERUS**, *Iias*, 17, 286	**AESCHYLUS**, *Agamemnon*, 176 **SOPHOCLES**, *Oedipus rex*, 617 **EURIPIDES**, *Iphygenia in Aulis*, 924 **PLAT.**, *HpMi.*, 371a; *Phlb.*, 11b; *Phdr.*, 266b; *Lg.*, 712a **XENOPHN**, *Cyropaedia*, 5, 44 **ISOCRATES**, *Panegyricus*, 50	**entender** **meditar** **aconselhar** **reflectir** **considerar** **ponderar**
φρον–ησις	**SOPHOCLES**, *Oedipus rex*, 664; *Philoctetes*, 1078 **EURIPIDES**, *Supplices mulieres*, 216	**HERACLITUS**, *frgm.* 2 Diels-Kranz **ISOCRATES**, *Antidosis*, 61 **ARIST.**, *Metaph.*, 1009b 18	**> faculdade** **propósito** **pensamento** **senso** **ajuizamento** **pretensão**
	XENOPHON, *Mem.*, 1, 2, 10	**ISOCRATES**, *Panathenaicus*, 204; *Ad Demonicum*, 6, 40; *Antidosis*, 209 **PLAT.**, *Phlb.*, 63 a; *Smp.*, 202 a; 209 a; *R.*, 461 a; *Lg.*, 665 d **ARIST.**, *EN*, 1140a 24; 1141b 23	**> tipo de saber** **sabedoria prática** **prudência** **sagacidade**
φρων–ιμος	**SOPHOCLES**, *Ajax*, 259; *Electra*, 1058	**XENOPHON**, *Anabasis*, 2, 6, 7; *Cyropaedia*, 1, 6, 15; 3, 3, 57; 5,2, 17; *Symposium*, 8, 14; **PLAT.**, *La.*, 192 e; *Phdr.*, 235 e; *Sph.*, 247a; *Plt.*, 263 d; *Grg.*, 490 b; *R.*, 586 d **ARIST.**, *HA*, 488b15; *PA*, 648a8; 687a8; *GA*, 753a11; *EN*, 1107a 1	**discreto** **circunspecto** **avisado** **prudente** **sensato** **sabedor**

Tentando vislumbrar na sinopse terminológica um denominador comum susceptível de unificar a polissemia da noção, chega-se à conclusão de que existe, desde os alvores da cultura literária grega, uma nítida e forte propensão para vincular semanticamente o termo φρονησις a uma actividade prospectiva [propósito, intenção...] de teor mental e/ou reflexivo [mente, pensamento...], dotada de uma sagacidade crítica de discernimento [compreensão, entendimento, ponderação...] capaz de se modelar decisionariamente às circunstâncias concretas [resolução, desígnio...] mediante experiência adquirida [senso prático...].

Platão e Aristóteles ilustram, cada uma a seu modo, até que ponto é possível inscrever a rica e complexa policromia semântica desse campo terminológico no domínio da actividade filosófica. Ambos partem de um prévio manuseamento clássico (épico, lírico, dramatúrgico, historiográfico, retórico, etc.) que vincula ao termo φρονησις um conhecimento prático, associando-lhe uma plurívoca dimensão 1. cognitiva (avaliação das possibilidades e capacidades), 2. crítica (discernimento e escolha dos meios), 3. empírica (assimilação da experiência adquirida), 4. poiética (modelação e aplicação à circunstância) e 5. temporal (oportunidade vislumbrada e prospecção antecipada). A interligação destes cinco aspectos é crucial para entender em Aristóteles o alcance de uma "filosofia das coisas humanas" em duas vertentes distintas mas conexas, a saber

1. por um lado, numa vertente fisionómica, a partir da qual se concebe o bem prático não enquanto substância metafísica ou enquanto categoria lógica, mas como presença inscrita "no ser", cuja expressão discursiva se

desloca de um modelo figurativo de pensatividade lógica para uma manifestação do aspecto facial da acção;

2. por outro lado, numa vertente ergonómica, na base da qual se projecta uma ontologia da acção, cuja formulação se narra não tanto no pensar de uma verdade "sobre" ou "acerca" do agir, mas na ontopoiese de uma verdade-que-se-faz-obra, na linha daquele inciso da *Metaphysica*, tão discreto quanto significativo, segundo o qual a obra é o fim da verdade prática [*Metaph.*, II (α), 1, 993b 21].

A articulação desta dupla dimensão – fisionómica e ergonómica – do bem, revelar-se-á impactante quando Aristóteles tiver que mostrar até que ponto o acto decisionário, eticamente modelável em situações-limite, assenta justamente numa faculdade hilemórfica para modelar materialmente cada experiência decisionária na sua ubicação concreta (*in vivo*), singular (*insólita*) e aberta (*in fieri*) de acordo com a determinação formal para agir racionalmente não só com um "fim em vista" mas também "até ao fim". Desta feita, parece justo destacar a presença, na praxiologia de Aristóteles, de uma espécie de *continuum* analógico entre, por um lado, o prudente [φρωνιμος] tomado como paradigma incarnado da capacidade estocástica de deliberar bem, e por outro o legislador [νομοθετης] tomado como paradigma vivo da capacidade arquitectónica de plasmar leis universais justas (porque ergonomicamente ajustadas e ajustáveis à indeterminação contingente dos casos particulares).

Nesse sentido, o acto decisionário de modelar o universal no particular, seguindo o curso de uma boa deliberação, assume no indivíduo prudente [φρωνιμος] o "aspecto" [ειδος], a "imagem", a "forma" de um "paradigma" indutor de eticidade. Com a filosofia prática de Aristóteles, assiste-se, porque não dizê-lo?, a uma espécie de *ethical turn* que consiste, em contexto grego, na superação de um modelo de "exemplarismo moral", cujo valor se fixa *mimeticamente* no prestígio do agente, para um modelo de "atestação ética", cujo valor testemunhal [μαρτυριον] se abre *poieticamente* ao *design interior da acção*, suscitando admiração mobilizadora e empatia relacional, através de um desejo de fazer não tal e qual o que se faz mas do modo como se faz. Ao implicar uma espécie de "manufactura" [no sentido de *fazer a acção*], o modo como o indivíduo prudente delibera em contexto decisionário torna-se para os outros um texto legível e, por conseguinte, um explicitador fenomenológico seja da intenção finalística da acção, seja da motivação causal do agente. Ser como o prudente, não para fazer o que faz ou dizer o que ele diz, mas para agir como ele, lendo o que ele diz no modo como faz, eis o preço a pagar pelo belo risco de decidir num horizonte de indeterminação, assumindo a responsabilidade não só pelas *acções feitas* em vista do que se deseja, mas também, e mais importante ainda, pelo modo como *se fazem* na sequência do que se delibera.

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES. Ética a Nicómaco, ed. bilingue, trad. Dimas de ALMEIDA, intod. Manuel J. CARMO FERREIRA, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2012

AUBENQUE Pierre, «La prudence aristotélicienne porte-t-elle sur la fin ou sur les moyens? (A propos d'*Eth. Nic.* VI, 10, 1142b 31-33)», *Revue des Études Grecques* (Paris) 78 (1965) 40-5

AUBENQUE Pierre, *La prudence chez Aristote*, Paris: PUF, 1997 (réed. Quadrigue)

BARNES Jonathan – BRUNSCHWIG Jacques – FREDE Michael, «Le propre de la prudence», in *Herméneutique et Ontologie. Mélanges en hommage à Pierre Aubenque*, dir. par Rémi BRAGUE et Jean François COURTINE, Paris: PUF, 1990, 79-96

BROADIE Sarah, «Nature, craft and *phronesis* in Aristotle», in *Philosophical Topics* (Stamford – Conn.) 15 (1987) 2, 35-50

CABRAL Roque, «Réflexions sur la prudence: Aristote – Saint Thomas, aujourd'hui», in *Tommaso nel suo settimo centenario. Atti del Congesso internazionale, Roma – Napoli 17-24 Aprile 1974, vol. V, L'agire morale*, Napoli: Edizione Domenicani Italiani, 1977, 403-409

CHATEAU Jean-Yves (org.), *La vérité pratique. Aristote: Éthique à Nicomaque, Livre VI*, Paris: Vrin, 1997

DESMOND William, «*Phronesis* and the categorical imperative», in *Philosophical Studies* (Dordrecht) 27 (1980) 7-15

DETIENNE Marcel – VERNANT Jean-Pierre, *Les ruses de l'intelligence. La mètis des grecs*, Paris: Flammarion, 2002

DICTIONNAIRE D'ÉTHIQUE ET DE PHILOSOPHIE MORALE, dir. Monique CANTO-SPERBER, Paris: PUF, 2001 (3ed.), 584; destacado nosso.

DREFCINSKI Shane, «Aristotle's fallible *phronimos*», in *Ancient Philosophy* 16 (1996) 1, 139-154

GLIDDEN David, «Moral vision, *orthos logos*, and the role of the *phronimos*», in *Apeiron* 28 (1995) 4, 103-128

LORIES Danielle, *Le sens commun et le jugement du "phronimos". Aristote et les stoïciens*, Leuven: Peeters, 1998

LOUDEN Robert, «What is moral authority? *Eubolia*, *synesis* and *gnome* vs. *phronesis*», in *Ancient Philosophy* 17 (1997) 1, 103-118

RICOEUR Paul, «À la gloire de la phronèsis (Éthique à Nicomaque, Livre VI)», in CHATEAU Jean-Yves (org.), *La vérité pratique. Aristote: Éthique à Nicomaque, Livre VI*, Paris: Vrin, 1997, 13-22

RICOEUR Paul, «Éthique. De la morale à l'éthique et aux éthiques», in http://www.philo.umontreal.ca/documents/cahiers/Ricoeur_MORALE.pdf, 1-11 [// *Dictionnaire d'éthique et de philosophie morale*, dir. Monique CANTO-SPERBER, Paris: PUF, 2001 (3ed.), 580-584

RODRIGO Pierre, «Aristote. Prudence, convenance et situation», in *L'Enseignement Philosophique* (Paris) 42 (1991-1992) 5, 5-17

WALL John, «*Phronesis* as *Poetic*: *Moral Creativity* in Contemporary Aristotelianism», in *Review of Metaphysics*, 59 (1995) 2, 313-331

WALL John, «*Phronesis, Poetics* and *Moral Creativity*», in *Ethical Theory and Moral Practice*, 6 (2003) 2, 317–341

ZINGANO Marco, «Deliberação e vontade em Aristóteles», in *Estudos de Ética Antiga*, São Paulo: Discurso Editorial, 2007

A LÓGICA DA ACÇÃO EM ARISTÓTELES: INCURSÕES E APORIAS EM TORNO DO SILOGISMO PRÁTICO

Seminário de Doutoramento em Filosofia – IFP / Universidade da Beira Interior – Covilhã, 13 e 20 Novembro 2014

DESAFIO TEÓRICO
A racionalidade "da" acção na filosofia prática de Aristóteles

Falar racionalmente sobre a acção ["dizer o que se faz" / "fazer o que se diz" = coerência, justificação] // captar a racionalidade discursiva da acção ["atestar-se no que a acção diz"] ?

DESMONTAGEM CLICHÊS ÉTICA ARISTOTÉLICA

- Moral teleológica [finalismo]
- Fim > bem > felicidade = prazer interior [hedonismo]
- Virtude como investimento individual > comportamento [behaviorismo]
- Juízo moral > x é virtuoso // y é bom // z é perfeito [perfeccionismo]
- PRESSUPOSTO METAFÍSICO > virtude fim em si mesma…

INCURSÕES TEXTUAIS

EN, I, 1-4, 1094a 1 – 1095a 20

EN, I, 7, 1097a 26 – 1098a 18

EN, II, 1-2, 1103a 14 – b 35

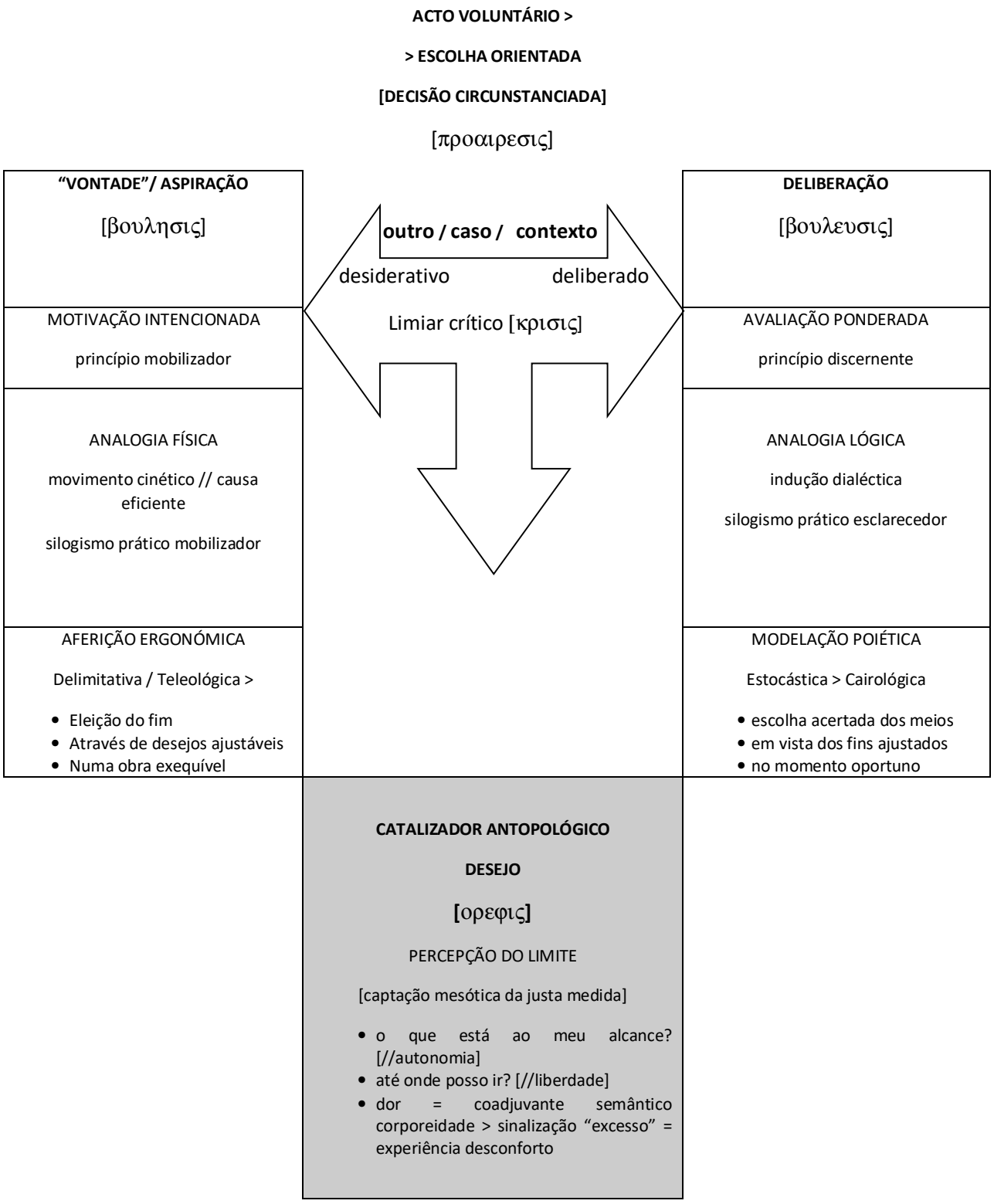
TRANSCURSÕES ESQUEMÁTICAS

ESQUEMA 1: PROTOGÉNESE DA VIRTUDE

VIRTUDE [αρετη]		
Aprender fazendo [ποιουν μανθανειν]		Fazer aprendendo [μαθον ποιειν]
Habituação [εθισμος] Repetição [πολλακις]		Aprendizagem [διδασκαλια] Tempo e experiência [εμπειρια και χρονος]
HÁBITO [εθος]	>> aperfeiçoamento >> [τελειουμενος]	**CARÁCTER** **[**ηθος**]**

DISPOSIÇÃO ESTÁVEL **[**εξις**]**	
ética **[**ηθικη**]**	**dianoética** **[**διανοητικη**]**
MEDIAÇÃO [μεσοτης**] >> prudência [**φρονησις**]**	
organológica = instrumental > visar a medida [μετρον]	ergonómica = poiética > estar no meio [μεσον]
Justa medida [μετριοτης] agir "dentro dos limites" evitar o excesso	Deliberação [βουλευσις] "decidir" em vista das circunstâncias modelar a forma dos princípios na matéria dos casos

ESQUEMA 2: LOSANGO CRÍTICO DO ACTO DECISIONÁRIO



EXCURSÃO TEÓRICA

- Teleologia imanente acção

  1) externa [causa final / bem]

  2) interna [hábito-éthos tendencialmente adquirido / carácter-êthos disposicionalmente apropriado]

  3) arquitectónica [felicidade individual virtuoso / bem-estar relacional decisionário] >> teleologia "ergonómica" perfeccionismo (agir em vista de um "estatuto" / "papel" / "posição" = agir bem para ser virtuoso = juízo moral de essência) // perfectibilismo (fazer-se como "obra" = tornar-se virtuoso para decidir bem = discursividade ética da acção)

- Tripolaridade do acto voluntário: desejo – deliberação – escolha ponderada

  - aperfeiçoamento da virtude [arete] em disposição ética se explicita voluntariamente no acto decisionário de deliberação [βούλευσις] em vista de uma escolha ponderada [προαίρεσις]
  - agente > senhor [κύριος] // progenitor [τεκνοποιητής] // artífice [δημιουργός] >> actos // consequências
  - razão [λόγος] subjaz à rectitude [ὀρθότης] da acção virtuosa
  - a virtude cuja aquisição resultou da indução de um hábito [ἔθος] por treino e repetição apenas se encontra virtualmente disponível como capacidade potencial [δύναμις], mas não ainda virtuosamente efectivada como faculdade activa [ἐνέργεια], o que só acontece quando, de facto, for convertida em disposição [ἕξις] por um agente cujo carácter [ἦθός] se

determina voluntariamente como acto aperfeiçoado [ἐντελέχεια] no horizonte decisionário de uma escolha orientada [προαίρεσις]

- A capacidade electiva (airesis)

  - o modo como se escolhe constitui, na sua discursividade imanente, um texto doador de sentido para a prática das virtudes, isto é uma instância narrativa onde o agente "diz-se de muitos modos" [λέγεται πολλαχῶς] pelo dizer do seu agir >> semântica da acção inscrita na actividade electiva a título testemunhal [μαρτύριον] = instância narrativa atestadora do carácter ético do agente
  - uma vez que se podem desejar ou aspirar a fins para os quais não existem meios ou, pelo menos, relativamente aos quais os meios se afiguram inviáveis ou ineficazes, as dimensões desiderativa e aspirativa necessitam de ser complementadas e aperfeiçoadas por uma competência discriminativa cujo exercício consiste precisamente na escolha deliberada dos meios em vista dos fins [προαίρεσις τῶν πρὸς τὸ τέλος]
  - a intencionalidade ética da escolha não pode, com efeito, estar sob tutela da ineficácia, pelo que todo o agir em geral, e a acção virtuosa em particular, devem ter em consideração não só os fins imediatos (ou até mesmo os supremos) mas também os meios que os tornam alcançáveis e exequíveis
  - a decisão [προαίρεσις] passa pela capacidade discriminante para, de modo voluntário [ἑκών] e autónomo [δι' αὑτοῦ], efectuar a escolha [αἵρεσις]
    1. do que é próprio do agente e apropriado por ele e

2. dos meios apropriados aos fins de acordo com uma faculdade electiva que apenas se pode exercer sobre aquilo a) cuja realização nos diz respeito [πρὸς ἡμᾶς] ou depende de nós [ἐφ' ἡμῖν]

3. segundo a orientação racional [ὀρθὸς λόγος] de um acto deliberativo prévio [προβεβουλευμένον]

>> convertendo-se desta feita em decisão intencionada e premeditada

- A competência deliberativa [bouleusis]

  - A deliberação [βούλευσις] supõe o concurso de uma faculdade directiva que Aristóteles conota com o intelecto [νοῦς], antecipando de certa forma o papel relevante que haverão de desempenhar as inovadoras noções de compreensão prática [διάνοια πρακτική] e de verdade prática [ἀλήθεια πρακτική]
  - A dinâmica racional da deliberação implica
    1. coisas que dependem de nós
    2. fins que se apresentam exequíveis quanto à sua viabilidade operativa >> escolha consequente dos meios apropriados
    3. horizonte contingencial de um domínio indeterminado [hipotético-conjectural-restritivo = probabilístico] onde as coisas ocorrem na maior parte das vezes [ὡς επὶ τὸ πολύ] de um certo modo, podendo, contudo, ocorrer de modo diferente ou até nem sequer chegar a ocorrer

- A decisão consequente em contexto contingencial

  - Contingência susceptível de decisão no discurso vivo e incarnado do indivíduo dotado de entendimento [νοῦν ἔχων] >> implica faculdade intelectiva cujo exercício se desdobra num duplo uso:
    1. plano teórico a) cognitivo (sensação – memória – imaginação – conceptualização) b) científico (abstracção – indução – dedução)
    2. prático > plano em que a "prática da racionalidade" se transforma em "razoabilidade prática" pelo exercício da deliberação
  - enraizado no subsolo de uma racionalidade teórico-prática, o acto decisionário revela
    1. uma capacidade declarativa de tipo proposicional (x é y : "fulano é virtuoso/bom/feliz)
    2. aspecto inovador > competência inquiritiva de tipo inferencial (se X então x: "se decido então faço")

NÓTULA CONCLUSIVA

Deliberação e inferencialidade prática

➔ O que significa, ao certo, uma *inferência das coisas práticas* [συλλογισμὸς τῶν πρακτῶν: cf. ARIST., *EN*, VI, 12, 1144a 31-32] – estranha expressão com que Aristóteles brinda o leitor de forma surpreendente no tratado *Ética a Nicómaco*? Tendo em conta todos os dados textualmente disponíveis no que concerne à

reflexão ética de Aristóteles, parece-nos óbvio que a expressão abre espaço à ideia de um nexo consequente cuja racionalidade se encontra prefigurada e plasmada no silogismo demonstrativo. Assim sendo, aquilo que o estagirita designa de forma tão original como verdade prática [ἀλήθεια πρακτική: cf. *Ibid.*, VI, 2, 1139a 26] constitui o nicho ontológico da acção [πρᾶξις] não porque esta necessite do socorro exógeno de um raciocínio lógico que a torne "demonstrável", mas porque, no horizonte de uma "verdade a fazer-se", o agente deve assumir em mão a tarefa [ἔργον] de tornar a acção *demonstrativa por si e em si mesma*.

➔ Importa, todavia, clarificar desde já que, ao invés do que sucede com o silogismo dito científico, o objectivo da inferência prática não consiste em obter uma conclusão destinada a explicitar uma decorrência de causas, juízos ou definições, mas em alinhar várias premissas de acção cujo desenlace deve, por exigência apodíctica, implicar a sua imediata e necessária execução. Em termos praxiológicos, isto significa que não se pode enunciar a conclusão de um silogismo prático, se tal não implicar simultaneamente uma imediata execução prática do que se encontra enunciado na conclusão.

➔ Ora, o estimulante "trocadilho" aristotélico segundo a qual o fim é o princípio (conclusivo) do pensamento, na justa medida em que o fim do pensamento é o princípio (propulsor) da acção [*Idem*, *EE*, II, 11, 1227b 32-33], pode ser esquematicamente transfigurada numa formulação com o seguinte recorte:

- se x faz bem enquanto remédio [a], i.e. cura,
- e y deseja [b] ficar bom [c], i.e. ser curado,
- então y (deve) toma(r) o remédio [e],
- sendo consequente com [a] por causa de [b] em vista de [c]

➔ A concatenação das instâncias enunciativas envolvidas revela um *encaminhamento* necessário para uma acção cuja efectivação subentende a antecipação implícita de um silogismo de tipo inferencial no *percurso* do qual se explicita de forma consequente que, se todos os remédios "a" curam "b", e "c" cura "b", então "c" é remédio "a" devendo ser consequentemente tomado. Quer dizer, o circuito lógico de uma boa deliberação fica activado apenas e na medida em que o momento desiderativo (desejar a saúde) se interliga racionalmente com o momento performativo (ingerir um alimento com uma determinada característica) na base de um raciocínio cujo recorte inferencial é necessariamente cognitivo (saber o que é adequado para produzir saúde) e imediatamente praticável (agir de forma consequente com base nesse conhecimento para adquirir o estado saudável que se deseja).

➔ Percebe-se bem, agora, por que razão Aristóteles introduz na filosofia prática algo aparentemente tão exótico como o modelo inferencial. Ao utilizar a expressão ***inferência das coisas práticas*** [συλλογισμὸς τῶν πρακτῶν], Aristóteles quer com isso significar que não se trata de um silogismo alternativo ao teórico, mas de um silogismo de "incidência prática" que conserva todas as virtualidades do teórico. Parece legítimo concluir, então, que, de um ponto de vista ético, o homem não se limita apenas a "pensar sobre" aquilo que ele é ou faz, mas que, pelo texto em acção da sua discursividade racional, o homem não só "se dá a fazer no que pensa" em termos teóricos, mas, mais desafiante ainda, também "se dá a pensar no que faz" em termos práticos.

BIBLIOGRAFIA

ALLAN Donald, «The practical syllogism», in AA.VV., *Autour d'Aristote. Recueil d'Études de philosophie ancienne et médiévale offert à Mgr A. Mansion*, Louvain: Publications Universitaires de Louvain, 1955, 325-340

ARISTÓTELES. *Ética a Nicómaco*, ed. bilingue, trad. Dimas de ALMEIDA, intod. Manuel J. CARMO FERREIRA, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2012

ARISTÓTELES. *Ética a Eudemo*, trad., introd. e not. António AMARAL e Artur MORÃO, Lisboa: Imprensa nacional-Casa da Moeda, 2019

BERTÓK Rózsa – ÖFFENBERGER Niels, «Observaciones sobre el así llamado silogismo práctico», in *Anuario Filosófico* 32 (1999) 1, 149-155

DONINI Pier Luigi, «Incontinenza e sillogismo pratico nell'*Etica Nicomachea*», in *Rivista Critica di Storia della Filosofia* (Milano) 32 (1977) 174-194

EVEN-GRANBOULAN Geneviève, «Le syllogisme pratique chez Aristote», in *Études Philosophiques* 1 (1976) 57-78

FOÀ Virginia Guazzioni, «Il sillogismo pratico nell'etica di Aristotele», in *Incontri Culturali* (Roma) 11 (1978) 105-111

GOTTLIEB Paula, «The Practical Syllogism», in KRAUT Richard (*ed.), The Blackwell Guide to Aristotle's Nicomachean Ethics*, Malden (MA): Blackwell Publishing, *2006, 218-233*

KENNY Anthony, «The practical syllogism and incontinence», in *Phronesis* 11 (1966) 163-184

MARTIN Rex, «Intuitionism and the practical syllogism in Aristotle's Ethics», in *Apeiron* 11 (1977) 2, 12-19

McKERLIE Dennis, «The practical syllogism and *akrasia*», in *The Canadian Journal of Philosophy* 21 (1991) 3, 299-321

MELE Alfred, «The practical syllogism and deliberation in Aristotle's theory of action», in *New Scholasticism* 55 (1981) 3, 281-316

MODRAK Deborah, «*Aisthesis* in the practical syllogism», in *Philosophical Studies* (Dordrecht) 30 (1976) 379-391

NICOLACI Giuseppe, "Può l'azione concludere un sillogismo? Sulla teoria aristotelica del sillogismo pratico", in NICOLACI Giuseppe (ed.), *Metafisica e metafora. Interpretazioni aristoteliche*, Palermo: L'Epos, 1999, 93-110

SHINER Roger, «*Aisthesis*, *nous* and *phronesis* in the practical syllogism», in *Philosophical Studies* (Dordrecht) 36 (1979) 377-387

WELCH John, «Reconstructing Aristotle. The practical syllogism», in *Philosophia* (Isr.) 21 (1991-1992) 1-2, 69-88

RAZÃO E FÉ: NO LIMIAR DA VIOLÊNCIA E DA RELIGIÃO

Seminário aberto de Mestrado em Ensino da Filosofia, Universidade da Beira Interior – Covilhã, 06 Janeiro 2016

BRAIN STRORMING…

> DESCONTAMINAR MAL-ENTENDIDOS [religião-religiões / crença-ateísmo-agnosticismo / igreja]

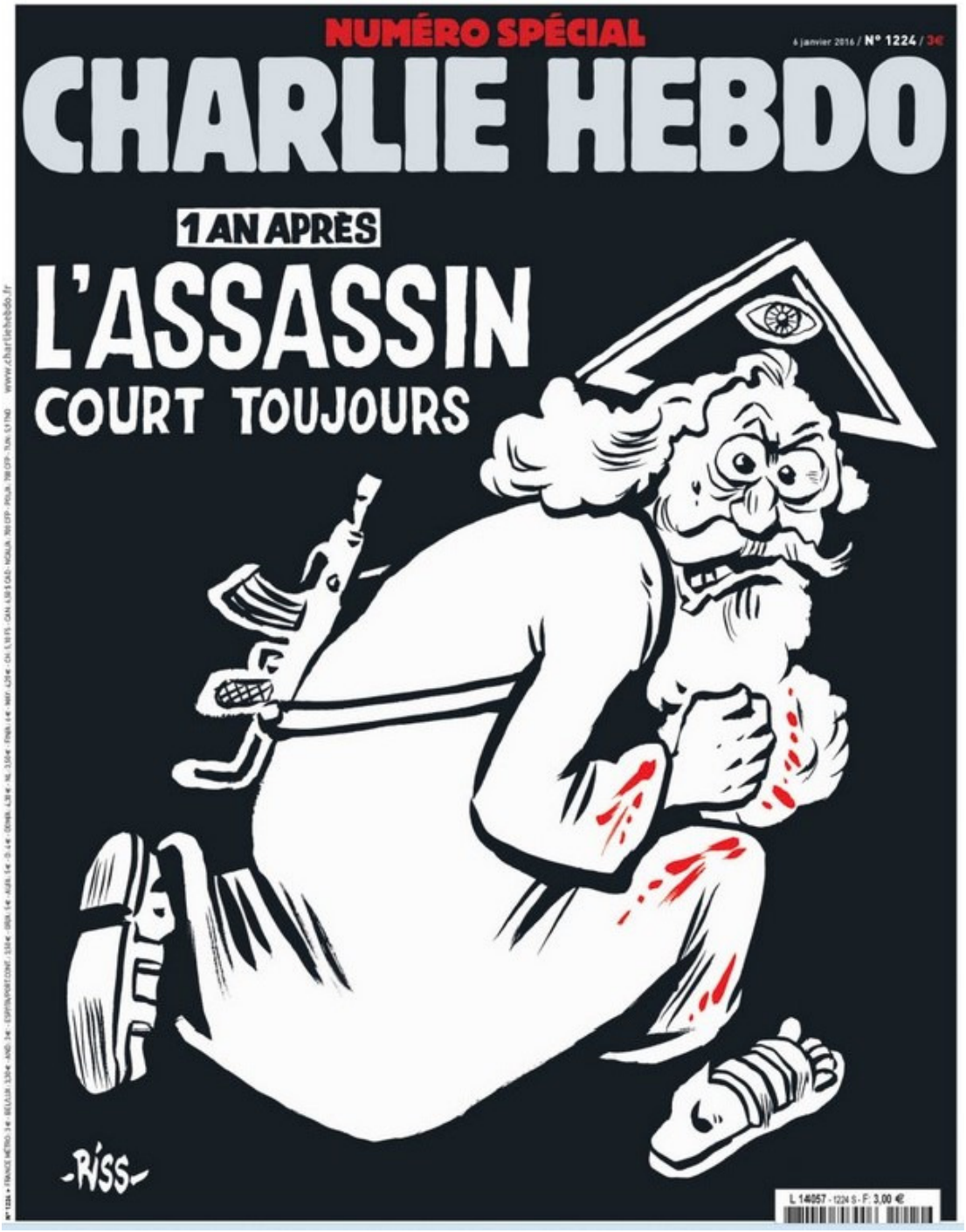
> FENOMENOLOGIA ATENTADOS PARIS [ambiguidade religião "aterradora"-terrorismo "religioso" (= em "nome" de "uma" religião) / fenómeno errático(assimétrico)-anónimo(sem rosto)-banal(quotidiano) / recusa irracional mediação logos (supressão tempo discursivo questionar-afirmar-debater-persuadir)]

> ANÁLISE ICONOGRÁFICA DA CAPA DO SEMANÁRIO «CHARLIE HEBDO» [JAN. 2016]

> LEITURA PRELIMINAR TEXTOS

✱ Excertos textos sagrados insinuam apelo violência
Judaísmo. "Filha da Babilónia, que hás-de ser destruída, feliz aquele que te der o troco do mal que nos fizeste. Feliz aquele que pegar nos teus filhos para esmagá-los contra a pedra" (Salmo 137:8-9).
Cristianismo. "Aquele que me negar diante dos homens, também eu o negarei diante de meu Pai que está nos céus. Não penseis que eu vim trazer paz à terra: eu não vim trazer paz, mas a espada." (Evangelho segundo Mateus, 10:33-34).
Islamismo. "Para aqueles que lutam contra Allah e o Seu Mensageiro e semeiam a corrupção na terra, o castigo é que sejam mortos ou crucificados, ou que lhes seja decepada a mão e o pé. Eis o aviltamento que sofrerão neste mundo, pois no outro espera-os castigo ainda mais severo " (Alcorão Sura 5:33).

ANÁLISE ICONOGRÁFICA



TEXTOS DE APOIO

TEXTO 1
Carta aberta de uma muçulmana aos portugueses
Faranaz Keshavjee
In Visão Online MUNDO 18.11.2015

(...) O que existe no mundo inteiro são inúmeras e variadas as interpretações sobre o Islão, assim como inúmeras as comunidades onde a mensagem original foi apropriada em concordância com as práticas costumeiras consoante a tradição, língua, desenvolvimento civilizacional e geografia dos povos convertidos.

(...) A premissa enunciada serve também para perceber que o meu pensamento nesta carta pode não representar o que muitos mais muçulmanos neste mundo, mesmo os da mesma comunidade de fé a que pertenço, ou o que os sunitas portugueses possam pensar. (...) A minha opinião não deve nem pode representar a de todo um mundo de 1,2 mil milhões de muçulmanos, mas reflete exatamente uma visão fundamental de todos os muçulmanos porque contida no versículo da sagrada escritura em que Deus diz: "Oh Humanidade! Atentai sobre o vosso dever para com o Vosso Senhor, que Vos criou de Uma Alma apenas (...) para que vos conhecêsseis uns aos outros". Este versículo é o que reflete a visão pluralista e a integração da diversidade humana no Islão. (...)".

Os trágicos e irreparáveis acontecimentos de Paris no dia 13/11, (...) abalaram a Europa e fizeram regressar o temor, o medo de viver livremente e em segurança nas nossas próprias casas, ruas, restaurantes, e **desfrutar dos lugares de cultura**.

Quem são os autores? O auto-designado "Estado Islâmico", o ISIS, ou o Daesh. Uma continuação da Al-Qaeda, mas com a fundação de um califado. Ele é o fantasma que emerge desde o 11 de Setembro para assombrar todo e qualquer muçulmano (...). A minha vida, assim como, creio eu, a de todos os muçulmanos, nunca mais foi a mesma desde o 11 de Setembro. Mas também é verdade que, desde então, ao mesmo tempo que procuro ir ao fundo das questões, da causa das causas, fico cada vez mais convencida de que vivemos num mundo onde não nos conhecemos efetivamente.

Este (...) [é também] o tempo em que surgem "especialistas" de tudo o que tem que ver com o Islão ou as sociedades religiosas, dentro e fora das religiões. É um tempo de choque de ignorâncias. E o mais extraordinário é ver a facilidade com que nesta imensa circulação de informação, pelos inúmeros meios tecnológicos, se promove a desconexão, a escuridão, o confronto, e a desintegração. (...) Este é o perigo das sociedades modernas no que respeita ao tratamento e difusão da informação. E isto só mostra que modernidade não é forçosamente sinónimo de progresso.

(...) Num mundo em que o diferente deixou de ser abstrato e distante, e no qual o desafio de viver juntos é cada vez mais complicado, e onde a maior informação pode significar menos contato e até maior confusão, é imperioso que trabalhemos no sentido de uma nova **ética cosmopolita**, [i.e. uma ética] que não **entende** apenas as **diferenças**, mas faz por **conhecê-las**, e aprender com elas, para que olhemos para a diversidade como uma oportunidade e não como um peso.

TEXTO 2
A violência nas religiões
Anselmo Borges, padre e professor de filosofia da Univ. Coimbra
In Diário de Notícias Online 21.11.2015

Na base das religiões está a experiência do Sagrado, de Deus, de quem se espera salvação para todos. Mas, depois, é o que se sabe: há uma brutal "história criminosa" das religiões, (...) isto dá que pensar.
Como faz notar o teólogo González Faus, "a violência não é própria da experiência crente: é, sim, intrínseca ao ser humano", por necessidade de autodefesa e de sobrevivência, (...): «A maior parte das violências impostas por alguns contra outros apenas pretendiam, em teoria, fazê-los "entrar na razão" ou "aceitar a verdade". (...) Nas religiões, lá está o alegado encontro exclusivo com a verdade e a necessidade de impô-la, precisamente para defender a verdade e Deus. (...) O ser humano é finito, carente e mortal. Quando julga encontrar a verdade, a verdade única e toda, encontra o bálsamo da existência: o da verdade salvadora. Como precisa de segurança, de reconhecimento, de superar a carência, a finitude, a

mortalidade, não tolera a dúvida, a diversidade, e vai impor "a verdade", justificando-se, nesse propósito, a agressão e a violência.»

O **pensamento total** desemboca em **totalitarismo**. (...) Quando a Igreja pensou deter a verdade toda e tinha do seu lado o poder, surgiu a Inquisição. (...) Lá está a perversidade: a alegada posse da verdade total também serve para justificar interesses outros que não são os da verdade e que têm que ver com a dominação, o poder, que quer sempre mais poder. (...) Mas o núcleo da revelação cristã é que Deus não é Poder infinito enquanto dominação, mas Força infinita de criar e de amar. (...) [Nesse sentido,] a questão é **o que as religiões fizeram e fazem de Deus**.

O cristianismo é a religião do amor e começou por ser pacífico e violentamente perseguido. As coisas mudaram desde o século IV, (...) ao tornar-se religião de Estado, numa união religioso-política. De religião perseguida, começou a tornar-se perseguidora e implacável para com os infiéis não cristãos e os cristãos heréticos.

[Já em contexto islâmico,] o Alcorão prega a guerra santa contra os infiéis: "Infundirei o terror nos corações dos que não acreditem. Cortai-lhes o pescoço" (8, 12). (...) Maomé foi ele próprio ao mesmo tempo um chefe espiritual e político, e um guerreiro. Participou em 60 batalhas. (...) O casamento das religiões com o poder e a política corrompe-as.
[Nesse sentido,] para lá da urgência do **diálogo inter-religioso**, as condições essenciais para a paz são a **leitura histórico-crítica dos textos sagrados** e a **laicidade do Estado**, (...) e o **respeito pelos direitos humanos**.

TEXTO 3
PLATÃO
República, 327 c – 328 b

<Tradução nossa do original grego>

Disse então Polemarco: «Ó Sócrates, parece-me que vos dirigis para a cidade, encontrando-vos já de partida.»

«E, de facto, não presumes mal.», respondi eu.

«Estás a ver **quantos somos**?», indagou ele.

«E como não?»

«Nesse caso, disse ele, ou vos tornareis **mais fortes do que nós**, ou tendes que permanecer aqui.»

«E mesmo assim, retorqui eu, não nos restará ainda **uma <saída>** – aquela de vos **convencer** de que temos de partir?»

«E poderíeis vós convencer-nos, declarou ele, se acaso **não vos déssemos ouvidos**?»

«Claro que não!», adiantou Gláucon.

«Então mentalizai-vos de que não vos ouviremos.» E logo Adimanto alegou: «Porventura não sabeis que, **ao anoitecer**, um archote será <passado> de cavalo em cavalo, até à deusa?»

«De cavalo em cavalo? – indaguei eu – Isso é novidade! É trocando uma tocha <de mão> em mão que eles vão competir entre si a cavalo? É isso que dizes?»

«Tal e qual! – respondeu Polemarco – Além disso, **realizar-se-á uma festa nocturna**, que merece ser vista. Sairemos após a refeição, para assistir aos festejos; além disso, estaremos acompanhados de muitos jovens e **dialogaremos uns com os outros**. Fiquem e não façam outra coisa.»

«Pelos vistos, teremos de ficar...», disse Gláucon.

«Se é o que te parece, disse-lhe eu, assim o façamos.»

EXCURSÃO TEMÁTICA

> AMBIVALÊNCIA RELIGIÃO-VIOLÊNCIA: FASCÍNIO E TEMOR DO SAGRADO [ROtto-MEliade-RGirard]

→ Etimologia violência [lat. "vis" (vital, vigor, vigente, viril, virtude, virus…) = força >> sentido (+) capacidade mover-resistir/influência // sentido (–) imposição/coacção (= à força)

→ Violência religiosa (sentido +) > conceito onto-cosmológico de força divina > hierofania

- Doação espontânea sagrado
- Presença indestrutível divino
- Inapropriabilidade transcendente

→ Religião violenta (sentido -) > conceito psico-social de omnipotência divina > teocracia

- Confusão força/poder divino
- Iconoplastia da realidade divina > vigilante / soberano / juiz
- Encenação religiosa consciência culpada > medo (controlo relacional) 1. castigo / 2. punição

> CONIVÊNCIA RELIGIÃO-VIOLÊNCIA: FACES HISTÓRICAS DA INTOLERÂNCIA

→ Perseguições intra-religiosas > ortodoxia > monolitismo doutrinal (verdade) > dogmatismo

- Judaísmo > rivalidade saduceus (clericalistas) – fariseus (puritanos)
- Cristianismo > movimentos anti-heréticos e inquisição
- Islamismo > antagonismo xiitas-sunitas

→ Guerras inter-religiosas > monoteísmo > legitimação política (poder) > hegemonia

- Judaísmo > guerra sagrada > Território ocupado [colonatos]

- Cristianismo > guerra justa > Nação soberana [supremacia]
- Islamismo > guerra santa > Estado não-reconhecido/Estado fantasma [Palestina/Daesh]

→ Terrorismos pan-religiosos > extremismo > apocalipse cultural = modo vida
- Judaísmo > sionismo
- Cristianismo > cruzadas
- Islamismo > jihadismo (talibãs/Al-Qaeda …)

> A IRRACIONALIDADE ANTI-CULTURAL DOS FIDEÍSMOS

→ A crença como critério unívoco "des-racionalizado"
- Intangibilidade fé = conhecimento absoluto Deus único-verdadeiro
- Infalibilidade poder hierárquico
- Inquestionabilidade textos sagrados
- Inflexibilidade valores mundividenciais (diferença = ameaça)

→ Impacto fideísmo 3 radicalismos monoteístas
- Judaísmo > radicalismo sionista > guerra implantação
- Cristianismo > radicalismo protestante > guerra religião
- Islamismo > radicalismo jihadista > guerra santa

→ Consequência cultural fideísmos >> desfiguração histórica religiões
- Sectarismo > encapsulamento privilegiado grupo (iluminados/puros)
- Fanatismo > inflexibilidade discursiva doutrina (convicção salvífica)
- Fundamentalismo > justificação unívoca da acção (endógena/exógena)

> A SUPERAÇÃO CULTURAL DA VIOLÊNCIA RELIGIOSA: ÉTICA COSMOPOLITA/ECUMENISMO

→ Desafios críticos potenciados globalização > ambiguidade socialização (link interacção) / alienação relacional
- Crise de identidade > quem sou [// défice narrativa indutora coesão comunitária > lacuna substituída efabulação cripto/pesudo-religiosa

(soteriológica) 1. doutrinas económicas (neoliberalismo TINA autodeterminação polis) 2. mundividências gnósticas (DAESH/ISIS reformatação autonomia indivíduo)]

- Crise de participação > onde me inscrevo // com o que me comprometo
- Crise de representação > em quem confio // quem responde a/por mim

>> CRISE DE CONFIANÇA / CREDIBILIDADE > induz DESCRÉDITO RELACIONAL (social-económico-político) / DESCRENÇA RELIGIOSA

→ Operacionalização ética cosmopolita

- Não ideologia // religião >> pathos rivalidade mimética [// R. Girard]
- Concretização ethica minima: 1. Axiologia enraizada (transformar o jurídico em moral e o moral em ético); 2. Discursividade aberta logos > circularidade fé-razão (modelo SAgostinho); 3. Consensualidade decisionária > ouvir / propor / reconsiderar / modelar

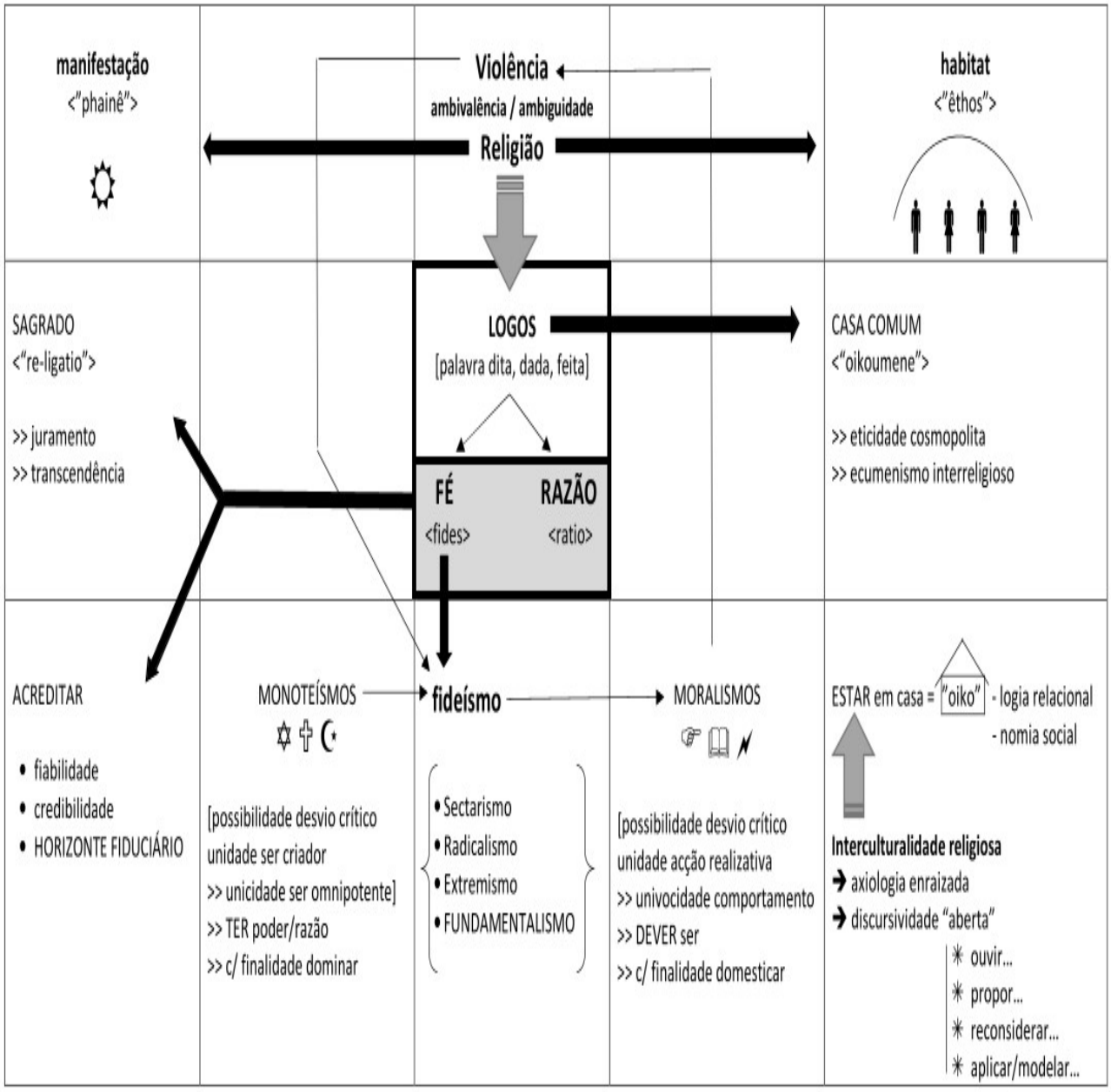
→ Circularidade virtuosa ecumenismo interreligioso / interculturalidade religiosa

- Etimologia oikoumene > solo cultivado > terra habitada > casa comum >> tarefa inacabada
- Império alexandrino (symbiosis = conviver) // Império romano (pax = ligar) // Cristianismo (concilium = reunir / catholicus = universal) >> bases civilização ocidental [// casa comum europeia = cooperação = mobilidade = troca]
- Espaço vital coexistência reticular > dinâmica cultural aberta / interactiva / inclusiva >> coesão diferenciada

→ DESAFIO "TRANSCENDENTAL" RELIGIÃO IN-CULTURADA > "RE-LIGAR"

1) CADA UMA DAS RELIGIÕES À SUA MATRIZ ONTO-COSMOLÓGICA ORIGINÁRIA (SACRALIZAÇÃO MUNDO VIVIDO) 2) AS RELIGIÕES ENTRE SI (DIFERENCIAÇÃO DIALÓGICA)

ESQUEMA SINÓPTICO RECAPITULATIVO



BIBLIOGRAFIA DE APOIO

AMARAL António, *A relação protensiva entre Fé e Razão na Filosofia Medieval*, Covilhã: Lusosofia Press - Biblioteca online de Filosofia e Cultura, 2003, pp. 1-13

DUQUE João, «Interculturalidade e Religião. Para Além da Violência», in *Revista Portuguesa de Filosofia* 67, 4 (2011) pp. 695–710

ELIADE Mircea, *O Sagrado e o Profano. A natureza da religião* [= *Das Heilige und das Profane. Vom Wesen des Religiösen*, Hamburg: Rowohlt, 1957], Lisboa: Livros do Brasil, 1999 (reimpr.)

GIRARD René, *A Violência e o sagrado* [= *La violence et le sacré*, Paris: Bernard Grasset , 1972], São Paulo: Paz e Terra, 1990

LUZ Marcelo, «Considerações sobre a *Correlação entre Religião e Violência*», in *Conscientia*, 12 (2008) 3, pp. 267-277

OTTO Rudolf, *O Sagrado. Um estudo do elemento não-racional na idéia do divino e a sua relação com o racional* [= *Das Heilige: Über das Irrationale in der Idee des Göttlichen und sein Verhältnis zum Rationalen,* Breslau: Trewendt & Granier, 1917], Lisboa: Ed. 70, 1992

ROSA José, *A Não-Violência como Horizonte de Convivência*, Covilhã: Lusosofia Press - Biblioteca online de Filosofia e Cultura, 2001, pp. 1-24

FORMAS DE VIDA E ESCOLHA DELIBERADA NA ÉTICA TELEOLÓGICA DE ARISTÓTELES

Seminário de Doutoramento Filosofia UBI Março-Abril 2016

➔ DESAFIO TEÓRICO

Ao apresentar a felicidade [εὐδαιμονία] no quadro de uma "filosofia-referente-às-coisas-humanas" [ἀνθρωπίνη φιλοσοφία], Aristóteles esclarece igualmente até que ponto qualquer tentativa de aceder a uma compreensão finalística do agir bem [εὖ πράττειν] em vista um bem-viver [εὖ ζῆν] terá de abrir caminho através de um emaranhado compacto de opiniões fluídas e de percepções divergentes quanto à sua natureza e extensão. Por outro lado lado, tendo em conta o recorte contingencial da acção, não só por ser indeterminado [ἀδιόριστος] o possível percurso do seu desfecho, mas também obscuro [ἄδηλος] o possível desfecho do seu percurso, dificilmente se poderá escamotear o impacto praxiológico da glosada expressão "deliberamos não acerca dos fins, mas acerca dos meios" [βουλευόμεθα δ' οὐ περὶ τῶν τελῶν ἀλλὰ περὶ τῶν πρὸς τὰ τέλη: ARIST., *EN* III, 3, 1112b 11-12]. No pressuposto de que a filosofia prática aristotélica compagina um duplo encaminhamento teleológico – um mais vinculado à prática da virtude [ἀρετή], o outro mais enraizado no exercício da deliberação [βούλευσις] –, a noção de fim [τέλος] adquire adensada coloração ética nos múltiplos lances que colocam em jogo a questão fundamental que nos faz interrogar pelo "bem-propriamente-humano" [τἀνθρώπινον ἀγαθόν]. Ora, se em Platão a prática da virtude fundada num Bem é o que, no termo da ascensão dialéctica, nos deve tornar finalmente felizes [PLAT., *Res pub*., 508 e], já em Aristóteles, por seu turno, importa que a felicidade decorra da finalização de um bem prático [πρακτὸν ἀγαθόν] dito

supremo [μέγιστος] não porque esteja "acima" ou para "além" de todos os outros bens, mas porque, ao ser "escolhido-em-razão-de-si-mesmo" [αἱρετός καθ'αύτό], necessita da mediação [μεσότης] quer de "bens-percebidos-como-tal" [φαινόμενα ἀγαθά] em função dos quais se efectiva a apropriação electiva dos diferentes modos de vida humana [ἀνθρώπινος βίος], quer de condições prudenciais mediante as quais uma escolha deliberada [προαίρεσις] é exercida com base no criterioso ajustamento de uma universalização formal da norma à contingente particularidade de uma situação-limite.

➔ DESCONSTRUÇÃO DE LUGARES-COMUNS

- Eudemonismo = individualismo >> reducionismo acção ética "virtucêntrica" felicidade pessoal "em-vista-de-um-certo-bem [ti agaton]-que-se-percepciona-enquanto-tal [phainomenon agathon]" >> finalismo arquitectónico Política "viver-bem [euzen] -em-comunidade-como-bem-supremo[megistos agathos]"
- Teleologismo = essencialismo >> pressuposto erróneo continuum Metafísica substancialista [ousia] / judicativa [logos apophantikos] → Filosofia prática contingencialista/indeterminística [hos epi to polly]
- Binómio meios-fins >> capturado plano unívoco instrumentalismo adequação meios [pros ta telê] >> esquecimento 1. plano ergonómico aperfeiçoamento finalizável [teleoumenos] vida obra [ergon] 2. plano decisionário deliberação ponderada [proairesis] meios a fins ajustados casos particulares através mediação [meson] prudencial

➔ ANÁLISE ICONOGRÁFICA

➔ INCURSÕES TEXTUAIS

ARISTÓTELES, *Ethica Nicomachea*, I, 1, 1094a 1-3 […] 7, 1097a 26 – b 11

>> Bem / Fim / Felicidade

Πᾶσα τέχνη καὶ πᾶσα μέθοδος, ὁμοίως δὲ πρᾶξίς τε καὶ προαίρεσις, ἀγαθοῦ τινὸς ἐφίεσθαι δοκεῖ· διὸ καλῶς ἀπεφήναντο τἀγαθόν, οὗ πάντ' ἐφίεται. [...] ἐπεὶ δὲ πλείω φαίνεται τὰ τέλη, τούτων δ' αἱρούμεθά τινα δι' ἕτερον, οἷον πλοῦτον αὐλοὺς καὶ ὅλως τὰ ὄργανα, δῆλον ὡς οὐκ ἔστι πάντα τέλεια· τὸ δ' ἄριστον τέλειόν τι φαίνεται. ὥστ' εἰ μέν ἐστιν ἕν τι μόνον τέλειον, τοῦτ' ἂν εἴη τὸ ζητούμενον, εἰ δὲ πλείω, τὸ τελειότατον τούτων. τελειότερον δὲ λέγομεν τὸ καθ' αὐτὸ διωκτὸν τοῦ δι' ἕτερον καὶ τὸ μηδέποτε δι' ἄλλο αἱρετὸν τῶν <καὶ> καθ' αὑτὰ καὶ δι' αὐτὸ αἱρετῶν, καὶ ἁπλῶς δὴ τέλειον τὸ καθ' αὐτὸ αἱρετὸν ἀεὶ καὶ μηδέποτε δι' ἄλλο. τοιοῦτον δ' ἡ εὐδαιμονία μάλιστ' εἶναι δοκεῖ· ταύτην γὰρ αἱρούμεθα ἀεὶ δι' αὐτὴν καὶ οὐδέποτε δι' ἄλλο, τιμὴν δὲ καὶ ἡδονὴν καὶ νοῦν καὶ πᾶσαν ἀρετὴν αἱρούμεθα μὲν καὶ δι' αὐτά (μηθενὸς γὰρ ἀποβαίνοντος ἐλοίμεθ' ἂν ἕκαστον αὐτῶν), αἱρούμεθα δὲ καὶ τῆς εὐδαιμονίας χάριν, διὰ τούτων ὑπολαμβάνοντες εὐδαιμονήσειν. τὴν δ' εὐδαιμονίαν οὐδεὶς αἱρεῖται τούτων χάριν, οὐδ' ὅλως δι' ἄλλο. φαίνεται δὲ καὶ ἐκ τῆς αὐταρκείας τὸ αὐτὸ συμβαίνειν· τὸ γὰρ τέλειον ἀγαθὸν αὔταρκες εἶναι δοκεῖ. τὸ δ' αὔταρκες λέγομεν οὐκ αὐτῷ μόνῳ, τῷ ζῶντι βίον μονώτην, ἀλλὰ καὶ γονεῦσι καὶ τέκνοις καὶ γυναικὶ καὶ ὅλως τοῖς φίλοις καὶ πολίταις, ἐπειδὴ φύσει πολιτικὸν ὁ ἄνθρωπος.

Toda a técnica e toda a investigação metódica — tal como não importa que acção e que decisão — visam, ao que parece, algum bem. Motivo pelo qual se tem dito, e acertadamente, que o bem é aquilo para que todas as coisas tendem. […] Ora, visto que os fins se manifestam múltiplos, e deles, visando outras coisas, escolhemos alguns — como a riqueza, as flautas e em geral os instrumentos —, é óbvio que não são todos fins finais. Mas o supremo bem, esse, é manifestamente final. Por consequência, se não há senão um único bem final, é ele que será o bem procurado; se há vários, então será o mais final deles. Ora bem, ao que perseguimos por si mesmo, chamamos mais final do que ao perseguido por causa de outra coisa; e ao que nunca se escolhe tendo em vista uma outra coisa, chamamos mais final do que às coisas que escolhemos tanto por elas mesmas, como com outra finalidade. Dito lapidarmente: chamamos final ao que sempre se escolhe por si mesmo e nunca por causa de uma outra coisa. Tal parece ser, no mais alto grau, a felicidade; elegemo-la, de facto, sempre por ela mesma e nunca por causa de uma outra coisa. Enquanto isso, às honras, ao prazer, à inteligência e a não importa que virtude, escolhemo-los, certamente, por si mesmos — nenhum benefício deles nos adviesse e mesmo assim escolhê-los-íamos —, mas escolhemo-los também por causa da felicidade, pensando que por seu intermédio chegaremos a ser felizes. À felicidade, pelo contrário, ninguém a procura por causa dessas coisas nem, em geral, por causa de uma qualquer outra coisa. Ora, torna-se manifesto que também à mesma conclusão se chega quando se parte da noção de auto-suficiência aplicada à felicidade. De facto, o bem final parece bastar-se a si mesmo. E na nossa perspectiva, este *bastar-se a si mesmo* significa o que basta não a um só homem, que vive a sua vida de solitário, mas implica também os pais, os filhos, a mulher e, de um modo geral, os amigos e os concidadãos, posto que o homem é por natureza um ser social. [apud *Aristóteles. Ética a Nicómaco*, trad. Dimas de ALMEIDA, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2012]

ARISTÓTELES, *Ethica Nicomachea*, I, 1-2, 1094a 6 – b 6

>> Dimensão arquitectónica da Política

πολλῶν δὲ πράξεων οὐσῶν καὶ τεχνῶν καὶ ἐπιστημῶν πολλὰ γίνεται καὶ τὰ τέλη· ἰατρικῆς μὲν γὰρ ὑγίεια, ναυπηγικῆς δὲ πλοῖον, στρατηγικῆς δὲ νίκη, οἰκονομικῆς δὲ πλοῦτος. ὅσαι δ' εἰσὶ τῶν τοιούτων ὑπὸ μίαν τινὰ δύναμιν, καθάπερ ὑπὸ τὴν ἱππικὴν χαλινοποιικὴ καὶ ὅσαι ἄλλαι τῶν ἱππικῶν ὀργάνων εἰσίν, αὕτη δὲ καὶ πᾶσα πολεμικὴ πρᾶξις ὑπὸ τὴν στρατηγικήν, κατὰ τὸν αὐτὸν δὴ τρόπον ἄλλαι ὑφ'ἑτέρας· ἐν ἁπάσαις δὲ τὰ τῶν ἀρχιτεκτονικῶν τέλη πάντων ἐστὶν αἱρετώτερα τῶν ὑπ' αὐτά· τούτων (...) Εἰ δή τι τέλος ἐστὶ τῶν πρακτῶν ὃ δι' αὐτὸ βουλόμεθα, τἆλλα δὲ διὰ τοῦτο, καὶ μὴ πάντα δι' ἕτερον αἱρούμεθα (πρόεισι γὰρ οὕτω γ' εἰς ἄπειρον, ὥστ' εἶναι κενὴν καὶ ματαίαν τὴν ὄρεξιν), δῆλον ὡς τοῦτ' ἂν εἴη τἀγαθὸν καὶ τὸ ἄριστον. (...) εἰ δ' οὕτω, πειρατέον τύπῳ γε περιλαβεῖν αὐτὸ τί ποτ' ἐστὶ καὶ τίνος τῶν ἐπιστημῶν ἢ δυνάμεων. δόξειε δ' ἂν τῆς κυριωτάτης καὶ μάλιστα ἀρχιτεκτονικῆς. τοιαύτη δ' ἡ πολιτικὴ φαίνεται· τίνας γὰρ εἶναι χρεὼν τῶν ἐπιστημῶν ἐν ταῖς πόλεσι, καὶ ποίας ἑκάστους μανθάνειν καὶ μέχρι τίνος, αὕτη διατάσσει· ὁρῶμεν δὲ καὶ τὰς ἐντιμοτάτας τῶν δυνάμεων διατάσσει· ὁρῶμεν δὲ καὶ τὰς ἐντιμοτάτας τῶν δυνάμεων ὑπὸ ταύτην οὔσας, οἷον στρατηγικὴν οἰκονομικὴν ῥητορικήν· χρωμένης δὲ ταύτης ταῖς λοιπαῖς [πρακτικαῖς] τῶν ἐπιστημῶν, ἔτι δὲ νομοθετούσης τί δεῖ πράττειν καὶ τίνων ἀπέχεσθαι, τὸ ταύτης τέλος περιέχοι ἂν τὰ τῶν ἄλλων, ὥστε τοῦτ' ἂν εἴη τἀνθρώπινον ἀγαθόν.

Havendo, porém, uma multiplicidade de acções, de técnicas e de ciências, dai resulta haver também uma multiplicidade de fins. Assim, a medicina tem como fim a saúde, a construção naval o navio, a estratégia militar a vitória, a economia a riqueza. Mas algumas dessas técnicas estão subordinadas a uma única capacidade, tal como à equitação se subordinam o ofício do fabrico de freios e os outros ofícios atinentes ao fabrico de equipamentos para os cavalos, sendo que a própria equitação — assim como toda a operação guerreira — se subordina, por sua vez, à estratégia militar; e, similarmente, há uma subordinação de outras técnicas a técnicas diferentes. Ora, em todos os casos, os fins das ciências mestras são preferíveis a todos os fins das ciências que lhes estão subordinadas, já que é em função daqueles que se perseguem estes. (…) Se, pois, nas nossas acções há algum fim que desejamos por ele mesmo — sendo em função dele que tudo o mais é desejado — e se não escolhemos infindamente coisa após coisa tendo em vista uma outra — o que nos levaria até ao infinito, ao ponto de se tornar vazio e vão o desejo – é evidente que um tal fim deverá ser o bem, isto é, o supremo bem. (…) Sendo assim, é-nos necessário tentar compreender — pelo menos em linhas gerais — que bem supremo é esse, e de qual das ciências ou das capacidades é ele objecto. Ora, há pertinência em aceitarmos ser ele objecto da mais soberana das ciências, daquela que é a ciência mestra no grau mais elevado, E tal é, de modo manifesto, a política. E ela que, com efeito, estabelece quais são, entre as ciências, as que são necessárias nas Cidades, e quais delas são objecto de aprendizagem — e até que ponto o são — para cada classe de cidadãos. E vemos que até mesmo as capacidades mais prestigiadas estão subordinadas à política: estão-no, por exemplo, a estratégia militar, a economia, a retórica. E dado que a política se serve das outras ciências práticas, e legisla o que se deve e não deve fazer — dado isso, no fim por ela visado estão integrados os fins das outras ciências, de tal modo que o fim da política é o bem do homem. [apud *Aristóteles. Ética a Nicómaco*, trad. Dimas de ALMEIDA, Lisboa: Ed. Universitárias Lusófonas, 2012]

ARISTÓTELES, *Ethica Eudemia*, I, 5, 1216a 10–27

>> Três modos de vida elegíveis

τὸν μὲν οὖν Ἀναξαγόραν φασὶν ἀποκρίνασθαι πρός τινα διαποροῦντα τοιαῦτ᾽ ἄττα καὶ διερωτῶντα τίνος ἕνεκ᾽ ἄν τις ἕλοιτο γενέσθαι μᾶλλον ἢ μὴ γενέσθαι "τοῦ" φάναι "θεωρῆσαι τὸν οὐρανὸν καὶ τὴν περὶ τὸν ὅλον κόσμον τάξιν". οὗτος μὲν οὖν ἐπιστήμης τινὸς ἕνεκεν τὴν αἵρεσιν ᾤετο τιμίαν οὗτος μὲν οὖν ἐπιστήμης τινὸς ἕνεκεν τὴν αἵρεσιν ᾤετο τιμίαν εἶναι τοῦ ζῆν· οἱ δὲ Σαρδανάπαλλον μακαρίζοντες ἢ Σμινδυρίδην τὸν Συβαρίτην ἢ τῶν ἄλλων τινὰς τῶν ζώντων τὸν ἀπολαυστικὸν βίον, οὗτοι δὲ πάντες ἐν τῷ χαίρειν φαίνονται τάττειν τὴν εὐδαιμονίαν· ἕτεροι δέ τινες οὔτ᾽ ἂν φρόνησιν οὐδεμίαν οὔτε τὰς σωματικὰς ἡδονὰς ἕλοιντο μᾶλλον ἢ τὰς πράξεις τὰς ἀπ᾽ ἀρετῆς. αἱροῦνται γοῦν οὐ μόνον ἔνιοι δόξης χάριν αὐτάς, ἀλλὰ καὶ μὴ μέλλοντες εὐδοκιμήσειν. ἀλλ᾽ οἱ πολλοὶ τῶν πολιτικῶν οὐκ ἀληθῶς τυγχάνουσι τῆς προσηγορίας· οὐ γάρ εἰσι πολιτικοὶ κατὰ τὴν ἀλήθειαν· ὁ μὲν γὰρ πολιτικὸς τῶν καλῶν ἐστι πράξεων προαιρετικὸς αὐτῶν χάριν, οἱ δὲ πολλοὶ χρημάτων καὶ πλεονεξίας ἕνεκεν ἅπτονται τοῦ ζῆν οὕτως. ἐκ μὲν οὖν τῶν εἰρημένων φανερὸν ὅτι πάντες ἐπὶ τρεῖς βίους φέρουσι τὴν εὐδαιμονίαν, πολιτικὸν φιλόσοφον ἀπολαυστικόν·

Consta que Anaxágoras, questionado por alguém que o desafiava com dificuldades do género e lhe perguntava por que razão é que alguém preferiria o nascer ao não-nascer, terá dito: «Para contemplar o céu e a ordem do cosmos no seu todo». Na verdade, ele pensava que era por causa de alguma espécie de ciência que a vida era digna de ser escolhida. Aqueles, porém, que têm por ditosos Sardanápalo ou Esmindírides o Sibarita, ou quaisquer outros daqueles que levaram uma vida deleitável, parecem ter baseado a felicidade nisso mesmo. Outros, por seu turno, não escolheriam nenhuma espécie de conhecimento ou prazeres corporais por preferência às acções virtuosas, enquanto outros escolhê-los-iam apenas em vista da reputação, mesmo que dela não obtivessem nenhum reconhecimento. Apesar de tudo, a maior parte dos homens políticos não deviam, em bom rigor, ostentar um nome desses: de facto, eles não são políticos na verdadeira acepção do termo, porque político é o homem que escolhe as belas acções por si mesmas, ao passo que um grande número de indivíduos abraça este género de vida por dinheiro e ambição. A partir do que foi exposto, é evidente que todos distribuem a felicidade por três modos de vida: política, filosófica e de prazer. [apud *Aristóteles. Ética a Eudemo*, co-trad. António C. AMARAL – Artur MORÃO, Lisboa: IN-CM, 2019]

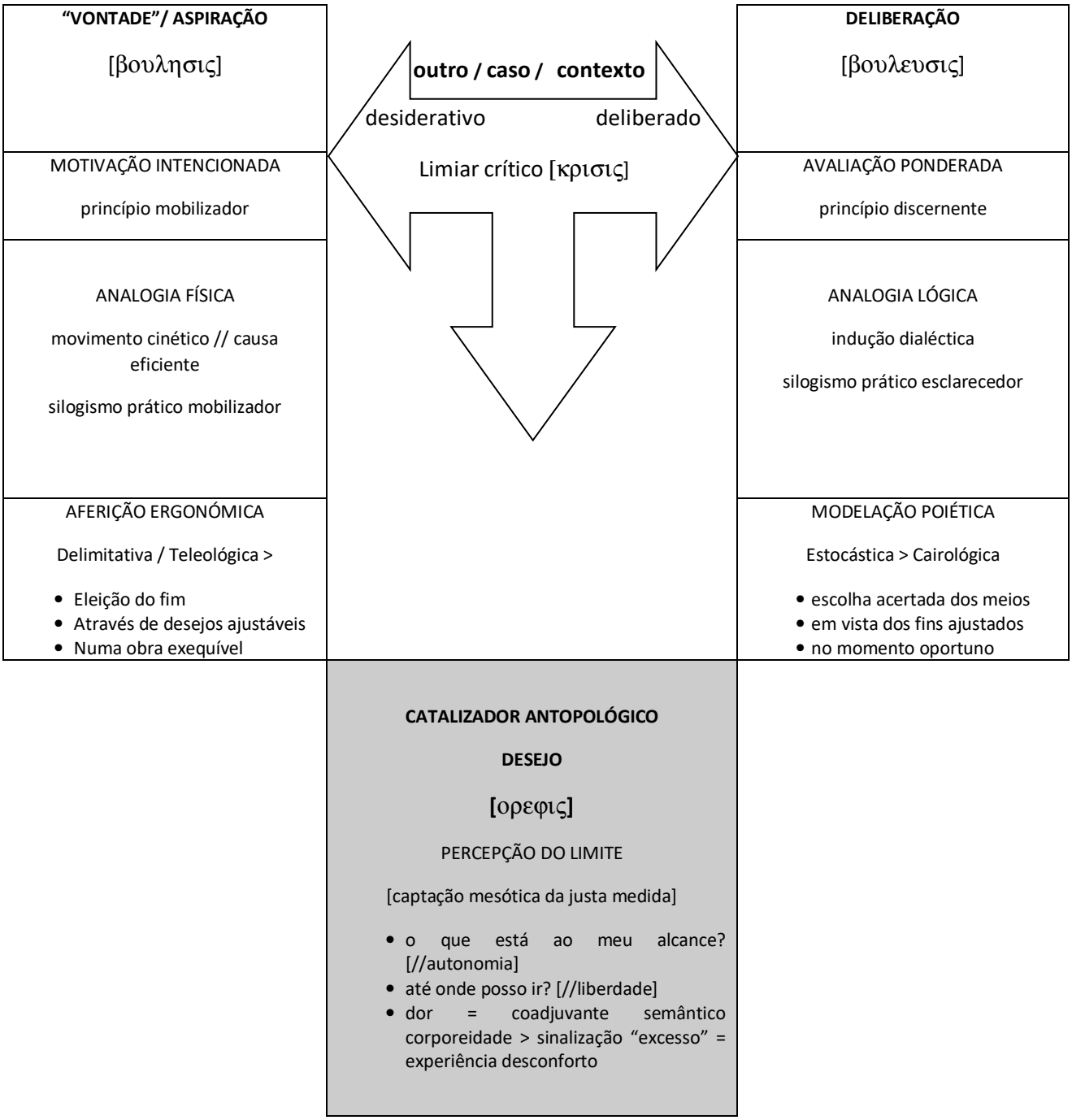
➔ TRANSCURSÃO ESQUEMÁTICA

ACTO VOLUNTÁRIO >

> ESCOLHA ORIENTADA

[DECISÃO CIRCUNSTANCIADA]

[προαιρεσις]



➔ APOIO BIBLIOGRÁFICO

ARISTÓTELES. *Ética a Nicómaco*, ed. bilingue, trad. Dimas de ALMEIDA, intod. Manuel J. CARMO FERREIRA, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2012

ARISTÓTELES. *Ética a Eudemo*, trad., introd. e not. António AMARAL e Artur MORÃO, Lisboa: Imprensa nacional-Casa da Moeda, 2019

BALME David, *Aristotle's Use of Teleological Explanation. Inaugural Lecture at Queen Mary College*, University of London, on 1st June 1965, London: University of London, 1965

BROADIE Sarah, «Nature and craft in Aristotelian teleology», in *Biologie, logique et métaphysique chez Aristote. Actes du Séminaire CNRS-NSF, Oléron 28 Juin – 3 Juillet 1987*, pub. Daniel DEVEREUX – Pierre PELLEGRIN, Paris: Éditions du CNRS, 1990, 389-405

CAPECCI Angelo, *Struttura e fine. La logica della teleologia aristotelica*, L'Aquila: Japadre, 1978

MARTINS António Manuel, «A Doutrina de *Eudaimonia* em Aristóteles. Da urgência de uma reconsideração da compreensão aristotélica da ética», in *HVMANITAS* XLVI (1994) 177-197

PAVLOPOULOS Marc, «Aristotle's natural teleology and metaphysics of life», in *Oxford Studies in Ancient Philosophy* 24 (2003) 133-181

RICOEUR Paul, «Les structures teleologique et déontologique de l'action: Aristote et/ou Kant», in *Cahiers d'Études Pastorales* [6], Faculté de Théologie, Québec: Fides (1989) 15-27

SEDLEY David, «Is Aristotle's teleology anthropocentric?», in *Phronesis* 36 (1991) 2, 179-196

VEATCH Henry, «*Telos* and teleology in Aristotelian Ethics», in *Studies in Aristotle*, ed. by Dominic O'MEARA, Washington: The Catholic University of America Press, 1981, 279-296

ZINGANO Marco, «Deliberação e indeterminação em Aristóteles», in *Estudos de Ética Antiga*, São Paulo: Discurso Editorial, 2007, 241-276

ZINGANO Marco, «Eudaimonia e bem supremo em Aristóteles», in *Analytica* I (1994) 2, 11-40 [= reed. in *Idem*, *Estudos de Ética Antiga*, São Paulo: Discurso Editorial, 2007, 73-110]

DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA, SOCIALISMO DEMOCRÁTICO E DEMOCRACIA CRISTÃ: RAÍZES HISTÓRICAS E TRANSPOSIÇÕES IDEOLÓGICAS

Seminário aberto de Mestrado em Ensino da Filosofia, Universidade da Beira Interior – Covilhã, 22 Abril 2016

PROBLEMA
Ágora: Zoon politikon (polis-koinonia) e Animal socialis (oikos-ethos)

Agora = espaço público > troca >> interacção > confiança/liberdade/reciprocidade
>> mercado > recursos >> oikonomia > relações cooperação/interesse
>> ethos relacional
>> assembleia > palavra >> politike > relações interacção/sujeição >> koinonia civil
>> telos POLIS > felicidade > vida boa > bem comum

ARQUEOLOGIA
Ecúmena: Patrística e STomás

Patrística

>> São Basílio de Cesareia séc.IV dC

"Aquele que despoja um homem de sua própria roupa é um ladrão. O que não veste a nudez do indigente, quando pode fazê-lo, merecerá outro nome? O pão que guardas em tua despensa pertence ao faminto, como pertence ao nu o agasalho que escondes em teus armários."

>> São João Crisóstomo séc.V dC

"Quem pode dar esmolas e não o faz é um assassino de seus irmãos...vale muito mais alimentar os pobres que têm fome, que ressuscitar os mortos no nome de Jesus "

''Deus nunca fez uns ricos e outros pobres. Deu a mesma terra para todos. A terra é toda do Senhor e os frutos da terra devem ser comuns a todos."

São Tomás de Aquino séc. XIII dC

>> conceito de justiça social > distinção crucial

. justiça comutativa: o homem tem direito ao preço justo, ao salário justo e participação nos lucros

. justiça distributiva: os bens devem ser distribuídos não na medida do mercado, mas da necessidade das pessoas

>> EXPLICAÇÃO DIFERENÇA: A diferença entre ambas reside no fato que a justiça comutativa define o direito de uma pessoa em relação à outra pessoa, pelo justo salário, justo preço ou pelo lucro justo. A justiça distributiva define o direito de cada pessoa em relação ao conjunto dos que possuem bens não necessários. Um pobre não tem direito sobre os bens de determinado rico. Um rico não tem obrigações com relação a determinado pobre. Porém a justiça distributiva cria direitos e obrigações tão estritos como os fundados na justiça comutativa: direitos do conjunto dos pobres com relação ao conjunto dos ricos; obrigações do conjunto dos ricos em relação ao conjunto dos pobres. Santo Tomás de Aquino aplica estes princípios à sociedade. A pergunta: se alguém é permitido possuir alguma coisa como própria? O Doutor da Igreja não dá apenas uma resposta afirmativa. Responde com uma distinção famosa. Se chama propriedade a faculdade de administrar ou de dispensar os bens, é permitido a alguém possuir alguma coisa como própria. Porém, se **fala do uso, os bens são comuns** e aquele que os possui deve cedê-los facilmente aos que deles necessitam. Os bens são de uns, **mas são para todos.** Depois de satisfazer as suas verdadeiras necessidades, o proprietário deve aos demais os bens que lhe sobram, avaliando sempre as necessidades dos pobres. O supérfluo é devido aos pobres. O termo, porém é perigoso, de vez que quase nunca se encontra alguém que julgue supérfluo um bem próprio. Quanto mais se possui tanto mais necessita. O supérfluo se define, segundo santo Tomás de Aquino, como tudo aquilo que excede ao verdadeiramente necessário.

GENEALOGIA
Casa-comum Europeia: Socialismo democrático e Democracia cristã

>> Social-democracia // socialismo democrático

- ideologia política defende intervenção economico-social Estado promoção justiça social
- sistema livre iniciativa > Estado de bem-estar social
- democracia representative > regulação económica > distribuição equitativa riqueza produzida
- transição sociedade socialista sem mediação revolucionária [// marxismo comunista // luta classes // ditadura proletariado // centralismo planificador]
- princípio control politico da economia [// neoliberaismo = controlo económico da política mediação capital especulativo]
- fiscalidade tributação progressiva
- reformismo Estado maior eficiência = descentralização = funções regulatórias = alienação progressiva sector empresarial
- Exs PS's / PSD (Pt e Escand) / SPD (Ale) / Trabalhistas (UK) / Democratas (EUA)

>> Democracia cristã

- ideologia política defende democracia inspirada axiologia cristianismo = liberdade / solidariedade / justiça > mistura conservadorismo/liberalismo
- sistema democrático representação pluralismo partidário
- aporia > Evangelho César-César Deus-Deus > Igreja sem projecto ideológico específico / não impõe crentes ideologia específica / à margem luta política poder >> natureza ecclesial culturalmente enraizada implica papel social interventivo
- exercício cargos públicos configurado ética cristã > moralização vida política = tranparência / integridade
- apologia estado descentralizado > valorização socio-económica dinâmicas regionais / municipalistas /alavancagem económica empreendedorismo empresarial (bens transaccionáveis)
- enfoque direitos humanos > liberdade expressão/associação/culto >> dignidade inviolável pessoa [personalismo]
- família célula social > promoção políticas natalidade

- equilíbrio crítico dinâmica social > economia social de mercado = igualdade oportunidades / livre concorrência / diferenciação meritocrática
- Exs CDS (Pt) / DC (Ita) / CDU (Ale)

ARQUITECTÓNICA
Pessoa e Bem comum na Doutrina Social da Igreja

- HISTÓRIA >> DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS

1) RERUM NOVARUM - LEÃO XIII - 15 DE MAIO DE 1891
   Documento pioneiro da Igreja onde emergem temas inéditos: 1. propriedade privada, 2. Relação capital/trabalho, 3. salário ajustado à jornada de trabalho; 4. sindicalismo. Num ambiente liberal, a encíclica, mesmo criticando o comunismo, propõe duas soluções socialistas: a) a intervenção do Estado (parcial e não total) e b) a criação de sindicatos (misto de empregados e patrões).

2) SOLLICITUDO REI SOCIALIS - JOÃO PAULO II - 30 DE DEZEMBRO DE 1987
   Documento onde se recorda a opção preferencial pelos pobres, num contexto de responsabilidade social onde as decisões individuais devem estar sujeitas a umaavaliação ética do seu impacto político e económico.

3) LAUDATO SI. DE COMMUNI DOMO COLENDA - FRANCISCO I - 24 MAIO 2015
   Documento onde se entroniza o princípio do bem comum, que passa a receber uma estimulante refiguração à luz do conceito de *ecologia integral do humano*: «a ecologia integral é inseparável da noção de bem comum, princípio este que desempenha um papel central e unificador na ética social. (…) O bem comum pressupõe o respeito pela pessoa humana enquanto tal, com direitos fundamentais e inalienáveis orientados para o seu desenvolvimento integral. Exige também os dispositivos de bem-estar e segurança social e o desenvolvimento dos vários grupos intermédios, aplicando o princípio da subsidiariedade. (…) O bem comum requer a paz social, isto é, a estabilidade e a segurança de uma certa ordem, que não se

realiza sem uma atenção particular à justiça distributiva, cuja violação gera sempre violência.»

- PRINCÍPIOS DOUTRINA SOCIAL IGREJA

>> ACTUALIDADE DA DOUTRINA SOCIAL IGREJA

A crise...

Em 2008, com o eclodir da crise financeira mundial, a discussão sobre a validade do capitalismo financeiro como organização económica entrava na ordem do dia. No nosso país, viu-se obrigado a suster a respiração e a mergulhar na austeridade. Ainda em fôlego contido, assistimos a um aumentou do desemprego, a cortes salariais, à extinção de direitos adquiridos e a um aumento da carga fiscal. Aos números expressos nas estatísticas, está associada uma sociedade civil angustiada e já quase sem alento para vir à tona.

Sabe-se agora que, no âmago da crise financeira atual, esteve uma procura desenfreada pelo lucro e pela acumulação de capital, o objetivo primeiro do capitalismo financeiro, que é distribuído pelos privados que detêm os meios de produção. A assistir a esta luta desmedida pela riqueza, estiveram os Estados dos países ocidentais, que pelo seu acanhado controle do mercado financeiro, se vêm agora obrigados a tomar ações imediatas e circunstanciais que, dizem as estatísticas, têm aumentado a clivagem entre pobres e ricos. Segundo dados do INE (Instituto Nacional de Estatística), em 2013, 25,5% dos portugueses viviam em privação material, mais 3,7 pontos percentuais do que em 2012 (21,8%), enquanto 10,9% da população estava em privação material severa. Desde o aparecimento do pensamento capitalista, que a Igreja Católica tem sido clara em afirmar a sua preocupação por uma economia que procura um crescimento, desprovido de dimensão humana.

Economia ao serviço do homem

A denúncia da vertente individualista e humanamente perversa do capitalismo foi, desde cedo, denunciada pelos Papas. Em 1931, na encíclica Quadragesimo Anno, de 1931, o Papa Pio IX alertava para o que chamava de "imperialismo internacional bancário", que seria consequência "deste espírito individualista no campo económico". Paulo VI, na encíclica Populorum Progressio, focava o desequilíbrio crescente entre os povos. "Os povos ricos gozam de um crescimento

rápido, enquanto os pobres se desenvolvem lentamente. O desequilíbrio aumenta: alguns produzem em excesso géneros alimentares, que faltam cruelmente a outros…", lê-se no documento papal. A propósito do capitalismo liberal, Paulo VI reavivava as palavras de Pio IX, ao dizer que "liberalismo sem freio conduziu à ditadura denunciada com razão, como geradora do "imperialismo internacional do dinheiro". Apesar de reconhecer "o contributo insubstituível da organização do trabalho e do progresso industrial na obra do desenvolvimento", reprovava os abusos derivados deste sistema, ao mesmo tempo que lembrava a importância da "economia estar ao serviço do homem". Neste apelo a uma economia centrada no valor humano está, em larga medida, condensado o pensamento social cristão.

Ideia do bem comum e o trabalho humano

Como princípio fundador da DSI está o mandamento supremo do amor, materializado na defesa e promoção da dignidade da pessoa humana. Deste, derivam os demais princípios que a caracterizam: o da subsidiariedade, o da solidariedade e o do bem comum. Este último é um tema nuclear na Doutrina Social da Igreja (DSI). No total das suas 583 entradas do Compêndio da DSI, 106 referem-se ao conceito de bem comum. É deste manual, que retiramos um parágrafo que clarifica o conceito: "Da dignidade, unidade e igualdade de todas as pessoas deriva, antes de tudo, o princípio do bem comum, a que se deve relacionar cada aspeto da vida social para encontrar pleno sentido. Segundo uma primeira e vasta aceção, entende-se por bem comum: o conjunto de condições da vida social que permitem, tanto aos grupos, como a cada um dos seus membros, atingir mais plena e facilmente a própria perfeição".

Este bem comum é-nos apresentado como sendo da responsabilidade de todos, sendo que todos são chamados a colaborar, de acordo com as suas possibilidades, na sua busca e no seu desenvolvimento. Esta ideia tem, como objetivo primeiro, a realização pessoal e social do Ser humano, que contribui, através do seu trabalho, para o bem de todos através do seu trabalho.

Em relação ao trabalho humano, a Doutrina Social da Igreja é clara, ao afirmar o trabalho, como "condição originária própria do homem", que deve ser olhado como uma dimensão fundamental e que o torna participante da Criação. Por esta razão, o valor intrínseco do trabalho

está, não apenas em si mesmo, mas sobretudo na pessoa que o desempenha: na sua dignidade, realização e meio de santificação.

O desenvolvimento sustentável e equitativo

O Papa Francisco, na exortação apostólica Evangelii Gaudium, aponta as causas da "economia de exclusão" em que vive o mundo atual. Num momento de crise financeira atual, o apelo à luta pela desigualdade social é assumido sem rodeios. Os termos usados pelo Papa são claros: esta "economia de exclusão", dominada por uma "nova idolatria do dinheiro", em que o ser humano é considerado como um "bem de consumo", "mata".

A génese desta crise financeira está, segundo o Sumo Pontífice, numa crise "antropológica profunda", que nega a primazia do próprio ser humano. Feita a análise, deixa o convite para "uma solidariedade desinteressada e a um regresso da economia e das finanças a uma ética propícia ao ser humano", distante do consumismo desenfreado, que alimenta a desigualdade social.

Para o atual Papa, é altura de deixar de "confiar nas forças cegas e na mão invisível do mercado" e promover um "crescimento equitativo" que vai além do crescimento económico. Um encontro entre economia e bem comum, a partir de uma abertura à transcendência é, para o Sumo Pontífice, a chave para uma nova mentalidade. Este crescimento equitativo "requer decisões, programas, mecanismos e processos especificamente orientados para uma melhor distribuição das entradas, para a criação de oportunidades de trabalho e para uma promoção integral dos pobres que supere o mero assistencialismo".

>> IMPERATIVOS ÉTICOS DA DOUTRINA SOCIAL IGREJA

1) imperativo de responsabilidade

« **O amor cristão move à denúncia, à proposta e ao compromisso de elaboração de projectos em campo cultural e social (…). A humanidade compreende cada vez mais claramente que está ligada por um único destino que requer uma comum assunção de responsabilidades, inspirada num humanismo integral e solidário.**» [CDSI: cláusula 6]

2) imperativo de relação

« **Único e irrepetível na sua individualidade, todo o homem é um ser aberto à relação com os outros na sociedade. O conviver social na rede**

de relações que interliga indivíduos, famílias, grupos intermédios em relações de encontro, de comunicação e de reciprocidade assegura ao viver uma qualidade melhor.» [CDSI: cláusula 131]

3) imperativo de associação
« **A sociabilidade humana não é uniforme, mas assume multíplices expressões. O bem comum depende, efectivamente, de um são pluralismo social. As múltiplas sociedades são chamadas a constituir um tecido unitário e harmónico onde cada uma possa conservar e desenvolver a própria fisionomia e autonomia. [...] Esta "socialização" exprime também a tendência natural que leva os seres humanos a associarem-se com vista a atingir objectivos que ultrapassam as capacidades individuais.**» [CDSI: cláusula 151]

4) imperativo do bem comum
« **O bem comum corresponde às mais elevadas inclinações do homem, mas é um bem difícil de alcançar, porque exige a capacidade e a busca constante do bem de outrem como se fosse próprio. [...] A repartição dos bens criados, [...] hoje causa de gravíssimos inconvenientes pelo contraste estridente que há entre os poucos ultra-ricos e a multidão inumerável dos indigentes, deve ser reconduzida à conformidade com as normas (…) da justiça social.**» [CDSI: cláusula 157]

5) imperativo de inclusão
« **Com a constante reafirmação do princípio da solidariedade, a doutrina social incentiva a passar à acção para promover o bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos. O princípio da solidariedade, também na luta contra a pobreza [...]: os pobres devem ser olhados não como um problema, mas como possíveis sujeitos e protagonistas dum futuro novo e mais humano para todo o mundo.**»[CDSI: cláusula 449]
>> ÉTICA SOCIAL CRISTÃ E A INADIÁVEL URGÊNCIA DE UMA SOCIEDADE CIVIL

O conceito de **sociedade civil** floresceu na modernidade, tal como os de Estado e Sector privado, entendidos como susceptíveis de realizar as potencialidades pessoais, no plano comum e individual. Verificou-se, todavia, que sempre que o Estado se tornou absoluto ou mesmo totalitário, asfixiou e aniquilou os indivíduos, colapsando com eles a

sociedade civil; sempre que, ao invés, a comunidade de cidadãos assegurou um pacto social de cooperação, para além do pacto político de obediência e sujeição, a sociedade civil cresceu.

Ora, num tempo crepuscular de indefinição e encruzilhada, em que

a) a dinâmica história já não é protagonizada e calibrada pelas tradicionais rivalidades ideológicas;
b) emergem novas instituições pretendendo concorrer com Estado e sector privado para a realização das potencialidades humanas, à luz do direito de associação;
c) o estado se tomou grande demais para as pequenas tarefas (que realiza mal e lentamente) e pequeno demais para as grandes (que não consegue realizar pela sua amplitude e multifactorialidade e globalidade), segundo a consagrada intuição de Daniel Bell;
d) o espaço deixado vago pela velha ordem ditada pelas duas superpotências é cobiçado e ocupado por uma nova ordem que hesita em ser poliárquica ou errática; torna-se, pois, legítima a pergunta: como fundamentar a existência de uma sociedade civil?

Em termos restritos, a sociedade civil constitui o domínio espontâneo de associações privadas que voluntariamente se dedicam a actividades de promoção social ou existencial, desde grupos de interesses locais, regionais, associações sindicais, filantrópicas, recreativas, culturais, paroquiais, organizações de defesa do ambiente, do património, dos direitos das minorias, do consumidor, entre outras mais. Num sentido lato e mais institucionalizado, abrange aquele tipo de associações de origem privada e finalidade pública que formam o mosaico complexo das sociedades contemporâneas, desde as famílias, igrejas, órgãos de comunicação social, empresas, poder local, grupos geracionais, organizações não-governamentais, sindicatos, movimentos sociais, grupos de interesses, e grupos informais de pessoas empenhadas em actividades de alcance público. Em qualquer das duas formas apontadas, a sociedade civil revela a coexistência de instituições entrosadas e sobrepostas em rede: enquanto privada, a sua origem é distinta da actividade pública que caracteriza o estado; enquanto pública, a sua finalidade é distinta da do sector privado e da iniciativa individual.

Este carácter reticular constitui o fundamento inamissível da sociedade civil, cuja expressão histórica encontrou na cultura ocidental vectores propícios de disseminação e consolidação, nem sempre suficientemente vislumbrados e compreendidos, na esteira de um processo de aquisição democrática de direitos, liberdades e garantias. A importância dos "corpos intermédios", bem como a renovação do tecido social pela defesa de novas causas, abraçadas por um espectro matizado de movimentos de pressão, defesa, indignação, reivindicação, constituem outros tantos nós de integração, cooperação e intracção social, política e económica (quer à microescala local, quer à macroescala global), no intuito de conciliar, ou pelo menos articular, o papel dinâmico do mercado como o papel estabilizador do estado, impedindo que aquele se torne predatório e que este se torne prepotente.
Entre as três dimensões que formam o tecido da existência humana em comum, a saber 1. as potencialidades da natureza humana, 2. as formas da sociedade civil e 3. os agentes políticos e económicos, existem relações que não são lineares e unívocas, mas sim reticulares e multivectoriais, resultantes de uma dialéctica aberta que procura induzir uma consciência cívica de participação, mediante o enfoque na promoção da pessoa humana.

>> EM SUMA…
Não é difícil vislumbrar, à luz do personalismo, em que medida a Doutrina Social da Igreja se filia na linhagem histórica de um Pensamento Social Cristão, cujas raízes filosóficas se estendem desde aquela Patrística que invectivava as atitudes sociais indutoras de pobreza, até à teorização tomista da justiça social, sem esquecer o magistério pontifício, desde a Encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII até, mais recentemente, à *Laudato Si* de Francisco I. Todo este caudal de textos flui no leito de uma Tradição Social Europeia que, ao arrepio das desfigurações totalitárias do comunismo e das contrafacções predatórias do neo-liberalismo, procura encontrar ainda, para além dessa fracturante bissectriz ideológica, um difícil e desejável equilíbrio entre social-democracia (centrada na liberdade de iniciativa privada), socialismo democrático (centrada no bem comum público) e sociedade civil (centrada na interacção e cooperação dos agentes sociais intermédios), em vista de um almejado Modelo Social Europeu.

A ARQUITECTÓNICA EM KANT. UMA LEITURA COMENTADA DO *PREFÁCIO* À 1ª EDIÇÃO DA *CRÍTICA DA RAZÃO PURA*

Seminário aberto de Mestrado em Ensino da Filosofia / UBI – 11 Janeiro 2017

ESCLARECIMENTOS PRELIMINARES

Iluminismo e Autonomia da Razão >>

>> Emancipação = luminosidade/autoapropriação

Analítica do título da obra

"Crítica" > discernimento possibilidades [critiar > desconstruir ≠ destruir]

"Razão" > autoapropriação competências [conhecer ≠ pensar ≠ entender]

"Pura" > constituição formal [descontaminação "interesses"empíricos]

Noção «arquitectónica» > arkhê [primeiro/primordial]

> tekto [construir / edificar / estabelecer / constituir]

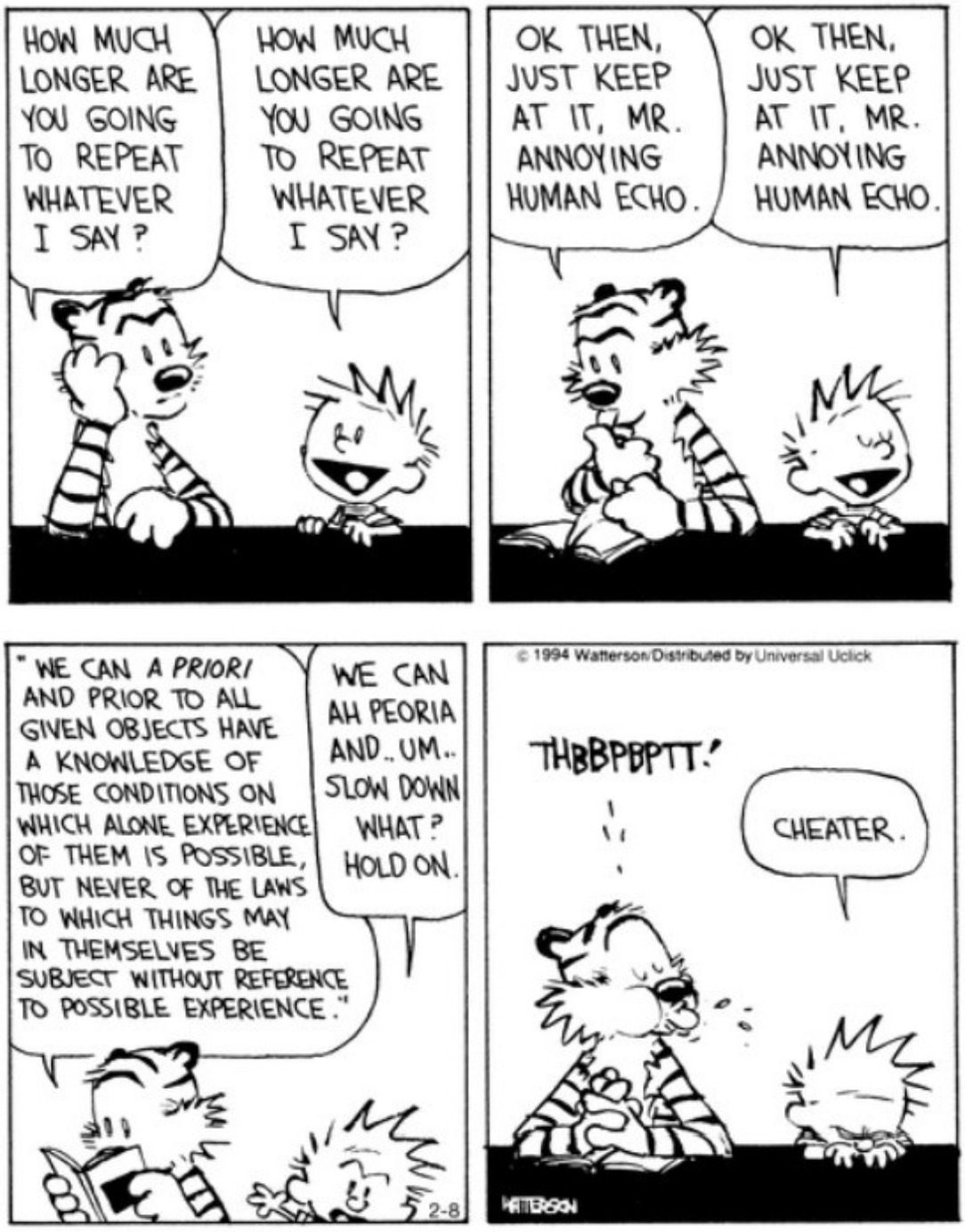
>> CRP = plano contrução/constituição edifício crítico Razão

«A filosofia transcendental é a idéia de uma ciência para a qual a crítica da razão pura deverá esboçar arquitetonicamente o plano total, isto é, a partir de princípios, com plena garantia da perfeição e solidez de todas as partes que constituem esse edifício.» [CRP, Prefácio 2ª edição, B 27]

«A razão humana é, por natureza, arquitectónica, isto é, considera todos os conhecimentos como pertencentes a um Sistema possível, e, por conseguinte, só admite princípios que, pelo menos, não impeçam qualquer conhecimento dado de coexistir com outros num sistema.» [CRP, Dialéctica transcendental, A 474; B 502]

Calvin and Hobbes

… and Immanuel Kant



CRÍTICA DA RAZÃO PURA

Immanuel Kant

Tradução de MANUELA PINTO DOS SANTOS e ALEXANDRE FRADIQUE MORUJÃO

TÁBUA DE MATÉRIAS

I. Doutrina transcendental dos elementos.

PRIMEIRA PARTE. Estética transcendental.

SECÇÃO PRIMEIRA. Do espaço.

SECÇÃO SEGUNDA. Do tempo.

SEGUNDA PARTE. Lógica transcendental.

PRIMEIRA DIVISÃO. Analítica transcendental

SEGUNDA DIVISÃO. Dialéctica transcendental

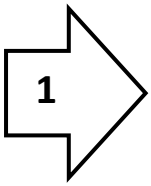
II. Doutrina transcendental do método.

CAPÍTULO I. Disciplina da razão pura.

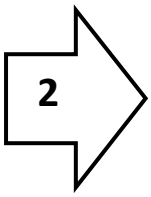
CAPÍTULO II. Cânone da razão pura.

CAPÍTULO III. História da razão pura.

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO (1781)

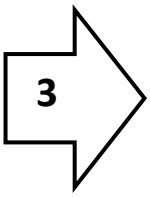


A razão humana, num determinado domínio dos seus conhecimentos, possui o singular destino de se ver atormentada por questões, que não pode evitar, pois lhe são impostas pela sua natureza, mas às quais também não pode dar resposta por ultrapassarem completamente as suas possibilidades.



Não é por culpa sua que cai nessa perplexidade. Parte de princípios, cujo uso é inevitável no decorrer da experiência e, ao mesmo tempo, suficientemente garantido por esta. Ajudada por estes princípios eleva-se cada vez mais alto (como de resto lho consente a natureza) para condições mais remotas.

Porém, logo se apercebe de que, desta maneira,



a sua tarefa há-de ficar sempre inacabada, porque as questões nunca se esgotam; vê-se obrigada, por conseguinte, a refugiar-se em princípios, que ultrapassam todo o uso possível da experiência

e, não obstante, estão ao abrigo de qualquer suspeita, pois o senso comum está de acordo com eles. Assim, a razão humana

4

cai em obscuridades e contradições, que a autorizam a concluir dever ter-se apoiado em erros, ocultos algures, sem contudo os poder descobrir. Na verdade, os princípios de que se serve, uma vez que ultrapassam os limites de toda a experiência, já não reconhecem nesta qualquer pedra de toque. O teatro destas disputas infindáveis chama-se *Metafísica*.

Houve um tempo em que esta ciência (a metafísica) era chamada rainha de todas as outras e, se tomarmos a intenção pela realidade, merecia amplamente esse título honorífico, graças à importância capital do seu objeto. No nosso tempo tornou-se moda testemunhar-lhe o maior desprezo e a nobre dama, repudiada e desamparada, lamenta-se como Hécuba:

> *Ainda há pouco a maior de todas, poderosa por tantos genros e filhos...*
>
> *eis-me agora exilada, despojada.*
>
> OVÍDIO, *Metamorfoses*

Inicialmente, sob a hegemonia dos *dogmáticos, o* seu poder era *despótico.* Porém, como a legislação ainda trazia consigo o vestígio da antiga barbárie, pouco a pouco, devido a guerras intestinas, caiu essa metafísica em completa *anarquia* e os *céticos,* espécie de nómades, que tem repugnância em se estabelecer definitivamente numa terra, rompiam, de tempos a tempos, a ordem social. Como, felizmente, eram pouco numerosos, não puderam impedir que os seus adversários, os dogmáticos, embora sem concordarem num plano prévio, tentassem repetidamente, restaurar a ordem destruída. Nos tempos modernos houve um momento em que parecia irem terminar todas essas disputas, graças a uma certa *fisiologia* do entendimento humano (a do célebre *Locke) e* a ser decidida inteiramente a legitimidade dessas pretensões. Embora essa suposta rainha tivesse um

nascimento vulgar, derivasse da experiência comum e, por isso, com justiça, a sua origem tornasse suspeitas as suas exigências, aconteceu, no entanto, que esta *genealogia* tinha sido imaginada falsamente e, assim, a metafísica continuou a afirmar as suas pretensões; pelo que de novo tudo caiu no dogmatismo arcaico e carcomido e, finalmente, no desprestígio a que se tinha querido subtrair a ciência. Agora,

5

depois de serem tentados todos os caminhos (ao que se vê) em vão, reina o enfado e um indiferentismo, que engendram o caos e a noite nas ciências, mas também, ao mesmo tempo, são origem, ou pelo menos prelúdio, de uma próxima transformação e de uma renovação dessas ciências, que um zelo mal entendido tornara obscuras, confusas e inúteis.

É vão, com efeito, afetar *indiferença* perante semelhantes investigações, cujo objeto não pode ser *indiferente* à natureza humana. Esses pretensos *indiferentistas,* por mais que busquem tornar-se irreconhecíveis, substituindo a terminologia da Escola por uma linguagem popular, não são capazes de pensar qualquer coisa sem recair, inevitavelmente, em afirmações metafísicas. Porém, esta indiferença, que se produz no meio do florescimento de todas as ciências e ataca precisamente aquela, a cujos conhecimentos, se pudéssemos adquiri-los, renunciaríamos com menos facilidade do que a qualquer outro, é um fenómeno digno de atenção e de reflexão. Evidentemente que não é efeito de leviandade, mas do *juízo* amadurecido da época, que já não se deixa seduzir por um saber aparente;

6

é um convite à razão para de novo empreender a mais difícil das suas tarefas, a do conhecimento de si mesma e da constituição de um tribunal que lhe assegure as pretensões legítimas e, em contrapartida, possa condenar-lhe todas as presunções infundadas; e tudo isto, não por decisão

arbitrária, mas em nome das suas leis eternas e imutáveis. Esse tribunal outra coisa não é que a própria *Crítica da Razão Pura.*

Por uma crítica assim, não entendo uma crítica de livros e de sistemas, mas da faculdade da razão em geral, com respeito a todos os conhecimentos a que pode aspirar, *independentemente de toda a experiência;* portanto, a solução do problema da possibilidade ou impossibilidade de uma metafísica em geral e a determinação tanto das suas fontes como da sua extensão e limites; tudo isto, contudo, a partir de princípios.

Assim, enveredei por este caminho, o único que me restava seguir e sinto-me lisonjeado por ter conseguido eliminar todos os erros que até agora tinham dividido a razão consigo mesma, no seu uso fora da experiência. Não evitei as suas questões, desculpando- me com a impotência da razão humana; pelo contrário, especifiquei-as completamente, segundo princípios e, depois de ter descoberto o ponto preciso do mal-entendido da razão consigo mesma, resolvi-as com a sua inteira satisfação.

7

Não dei, é certo, àquelas questões as respostas que o exaltado desejo dogmático de saber desejaria esperar, pois é impossível satisfazê-lo de outra forma que não seja por artes mágicas, das quais nada entendo. Tão-pouco residia aí o objeto do destino natural da nossa razão; o dever da filosofia era dissipar a ilusão proveniente de um mal-entendido, mesmo com risco de destruir uma quimera tão amada e enaltecida.

Neste trabalho, a minha grande preocupação foi descer ao pormenor e atrevo-me a afirmar não haver um só problema metafísico, que não se resolva aqui ou, pelo menos, não encontre neste lugar a chave da solução. Com efeito, a razão pura é uma unidade tão perfeita que, se o seu princípio

não fosse suficiente para resolver uma única questão de todas aquelas que lhe são propostas pela sua natureza, haveria que rejeitá-lo, pois não se poderia aplicar a qualquer outra com perfeita segurança.

Ao falar assim, julgo perceber na fisionomia do leitor um misto de indignação e desprezo por pretensões aparentemente tão vaidosas e imodestas; e, contudo, são incomparavelmente mais moderadas do que as de qualquer autor do programa mais vulgar, que pretende, por exemplo, demonstrar a natureza simples da *alma* ou a necessidade de um primeiro *começo do mundo;* realmente, tal autor assume o compromisso de estender o conhecimento humano para além de todos os limites da experiência possível, coisa que, devo confessá-lo com humildade, ultrapassa inteiramente o meu poder; em vez disso, ocupo-me unicamente da razão e do seu pensar puro e não tenho necessidade de procurar longe de mim o seu conhecimento pormenorizado, pois o encontro em mim mesmo e já a lógica vulgar me dá um exemplo de que se podem enunciar, de maneira completa e sistemática, todos os atos simples da razão. O problema que aqui levanto é simplesmente o de saber até onde posso esperar alcançar com a razão, se me for retirada toda a matéria e todo o concurso da experiência.

Julgo ter dito o bastante acerca da *perfeição* a atingir em *cada um* dos fins e a *extensão* a dar à investigação de *conjunto* de todos eles, que não constituem um propósito arbitrário, mas que a natureza mesma do conhecimento nos propõe como *matéria* da nossa investigação crítica.

Há ainda a ter em conta *a certeza e a clareza,* dois requisitos que se reportam à *forma e* se devem considerar qualidades essenciais a exigir de um autor que se lança em empresa tão delicada.

No respeitante à *certeza,* a lei que impus a mim próprio obriga-me a que, nesta ordem de considerações, de modo algum seja permitido *emitir opiniões* e que tudo o que se pareça com uma *hipótese* seja mercadoria

proibida, que não se deve vender, nem pelo mais baixo preço, mas que urge confiscar logo que seja descoberta. Com efeito, todo o conhecimento que possui um fundamento *a priori* anuncia-se pela exigência de ser absolutamente necessário; com mais forte razão deve assim acontecer a respeito de uma determinação de todos os conhecimentos puros *a priori* que deve servir de medida e, portanto, de exemplo a toda a certeza apodítica (filosófica). Só ao leitor competirá julgar se me mantive fiel, neste ponto, ao meu compromisso, pois ao autor apenas convém apresentar razões e não decidir dos efeitos delas sobre os juízes. Contudo, para que nada possa, inocentemente, ser causa de que se enfraqueçam estas razões, seja permitido ao autor que ele próprio assinale as passagens que poderiam ocasionar alguma desconfiança, embora apenas tenham importância secundária, a fim de prevenir a influência que o mais leve escrúpulo do leitor poderá exercer mais tarde no seu juízo, relativamente ao fim principal.

Não conheço investigações mais importantes para estabelecer os fundamentos da faculdade que designamos por entendimento e, ao mesmo tempo, para a determinação das regras e limites do seu uso, do que aquelas que apresentei no segundo capítulo da Analítica transcendental, intitulado *Dedução dos* conceitos *puros do entendimento;* também foram as que me custaram mais esforço, mas espero que não tenha sido o trabalho perdido. Esse estudo, elaborado com alguma profundidade, consta de duas partes. Uma reporta-se aos objetos do entendimento puro e deve expor e tornar compreensível o valor objetivo desses conceitos *a priori* e, por isso mesmo, entra essencialmente no meu desígnio. A outra diz respeito ao entendimento puro, em si mesmo, do ponto de vista da sua possibilidade e das faculdades cognitivas em que assenta: estuda-o, portanto, no aspecto subjetivo. Esta discussão, embora de grande importância para o meu fim principal, não lhe pertence essencialmente, pois a questão fundamental reside sempre em saber o que podem e até onde podem o entendimento e a razão conhecer, independentemente da experiência e não como é possível a própria *faculdade de pensar.* Uma vez que esta última questão é, de certa maneira, a investigação da causa de um efeito dado e, nessa medida, também algo semelhante a uma hipótese (embora de fato não seja assim, como noutra ocasião mostrarei) parece ser este o caso de me permitir

formular *opiniões* e deixar ao leitor igualmente a liberdade de emitir outras *diferentes.* Por isso devo pedir ao leitor para se lembrar de que, se a minha dedução subjetiva não lhe tiver criado a inteira convicção que espero, a dedução objetiva, que é a que aqui me importa principalmente, conserva toda a sua força, bastando, de resto, para isso, o que é dito de páginas 92 a páginas 93 [Kant refere-se à paginação original da KrV <A> coincidente com a *Passagem à dedução transcendental das categorias*].

Finalmente, no que respeita *à clareza,* o leitor tem o direito de exigir, em primeiro lugar, a *clareza* discursiva (lógica) *por conceitos*; seguidamente, também a clareza intuitiva (estética) *por intuições,* isto é, por exemplos e outros esclarecimentos em concreto. Cuidei suficientemente da primeira, pois dizia respeito à essência do meu projeto, mas foi também a causa acidental que me impediu de me ocupar suficientemente da outra exigência, que é justa, embora o não seja de uma maneira tão estrita como a primeira. No decurso do meu trabalho encontrei-me quase sempre indeciso sobre o modo como a este respeito devia proceder. Os exemplos e as explicações pareciam-me sempre necessários e no primeiro esboço apresentaram-se, de fato, nos lugares adequados. Contudo, bem depressa vi a grandeza da minha tarefa e a multidão de objetos de que tinha de me ocupar e, dando conta de que, expostos de uma forma seca e puramente *escolástica,* esses objetos dariam extensão suficiente à minha obra, não me pareceu conveniente torná-la ainda maior com exemplos e explicações, apenas necessários de um ponto de vista *popular;* tanto mais que esta obra não podia acomodar-se ao grande público e aqueles que são cultores da ciência não necessitam tanto que se lhes facilite a leitura, coisa sempre agradável, mas que, neste caso, poderia desviar-nos um pouco do nosso fim em vista. Diz com verdade o Padre Tarrasson que, se avaliarmos o tamanho de um livro, não pelo número de páginas, mas pelo tempo necessário a compreendê- lo, poder-se-á afirmar de muitos livros, que *seriam muito* mais *pequenos se não fossem tão pequenos.* Mas se, por outro lado, for proposto como objetivo a inteligência de um vasto conjunto de conhecimentos especulativos, embora ligados a um princípio único, poder-se-ia dizer, com igual razão, que muitos *livros* teriam sido muito mais *claros se não* quisessem *ser tão claros.* De fato, os expedientes para ajudar a ser claro são úteis nos *pormenores,* embora muitas vezes distraiam de ver o *conjunto,*

impedindo o leitor de alcançar, com suficiente rapidez, uma visão desse conjunto; com o seu brilhante colorido encobrem, por assim dizer, e tornam invisível a articulação ou a estrutura do sistema, que é o mais importante para se poder julgar da sua unidade e do seu valor.

Parece-me que pode ser para o leitor coisa de não pequeno atrativo juntar o seu esforço ao do autor, se tiver a intenção de realizar inteiramente e de maneira duradoura uma obra grande e importante, de acordo com o plano que lhe é proposto. Ora a metafísica, segundo os conceitos que dela apresentaremos aqui, é a única de todas as ciências que pode aspirar a uma realização semelhante e isto em pouco tempo e com pouco trabalho, desde que se congreguem os esforços, de tal modo que nada mais reste à posteridade que dispor tudo de uma maneira *didática,* de acordo com seus propósitos, sem por isso poder aumentar o conteúdo no que quer que seja.

8

Na verdade, a metafísica outra coisa não é senão *o inventário*, sistematicamente ordenado, de tudo o que possuímos pela razão *pura*. Nada nos pode aqui escapar, pois o que a razão extrai inteiramente de si mesma não pode estar-lhe oculto; pelo contrário, é posto à luz pela própria razão, mal se tenha descoberto o princípio comum de tudo isso. A unidade perfeita desta espécie de conhecimentos, derivados de simples conceitos puros, sem que nada da experiência, nem sequer mesmo uma intuição *particular*, própria a conduzir a uma experiência determinada, possa exercer sobre ela qualquer influência no sentido de a estender ou de a aumentar, torna esta integridade incondicionada não somente possível como ainda necessária.

Regressa a ti mesmo e saberás como é simples para ti o inventário.

PÉRSIO

A NOÇÃO KANTEANA DE «ARQUITECTÓNICA» DA RAZÃO PURA

PREOCUPAÇÃO CRÍTICA

- Mutação Razão modelo ⏭ dramatúrgico [palco//representação//desempenho papel]

  ⏮ jurídico [tribunal//julgamento//atribuição competência]

- KRISIS > separar / discernir / avaliar > decidir >> filosofia crítica

I. ESCOPO PROGRAMÁTICO

➔ 1. <…> cf. excerto CRP

RAZÃO a) Não-Uso → limites → inacessibilidade

b) Uso → extensão → acessibilidade

c) Abuso → contenção → transponibilidade

>> perplexidade…

II. MOTIVOS PERPLEXIDADE

➔ 2. <…> cf. excerto CRP

PRINCÍPIOS ⏭ a) inevitáveis → conaturais à Razão

⏮ b) sublimáveis → ascensão progressiva // interminável

c) inconclusivos → infinalizáveis

III. SOLUÇÃO DE RECURSO: TAREFA INACABADA? >> IMPOSSÍVEL

INDETERMINAÇÃO

➔ 3. <…> cf. excerto CRP

DUPLA LINHA DE FORÇA ⏭ plano dos princípios

⏮ plano da experiência

TENTAÇÃO > **princípios** "transpõem" uso possível **experência**

IV. DESFECHO INFINDÁVEL // INFUNDADO

➔ 4. <…> cf. excerto CRP

DRAMA actores [Princípios/Experiência] → palco disputas = Metafísica >

→ enredo inconsequente / infindável >

	Prin	**Exp**
	Rac.	**Emp.**
	Dogm.	**Cept.**

RAZÃO incorre a) obscuridade → origem → de onde provêm?

b) contradições → interacção → como se articulam?

OCUPAÇÃO CRÍTICA

- PERFIL "ARQUITECTÓNICO" coesão → orgânica = elementos
  → canónica = princípios
  → catártica = ilusões
- TRANSCENDENTAL > sondagem/estabelecimento condições possibilidade

I. CONSTATAÇÃO HISTÓRIA IDEIAS

CIÊNCIAS NATURAIS > FÍSICA // EXACTAS > MATEMÁTICA >> Astronomia/Mecânica >> pretensão epistémica conhecimento → sólido = fundamento
→ progressivo = alargamento

METAFÍSICA >> conflito ⏭ DOGMATISMO → princípios Razão univ./necess.
→ Racionalismo > Descartes / Leibnitz / Wolf
⏮ CEPTICISMO → n/ princípios → factos Experiência part./cont.
→ Empirismo > Bacon / Locke / Hume

DESFECHO "TRÁGICO"

➔ 5. <…> cf. excerto CRP

INDIFERENTISMO momento "oportuno" a) sintoma provocatório saturação/descrédito
b) ocasião eurística reconstrução racionalidade

➔ 6. <…> cf. excerto CRP

II. CONSTITUIÇÃO TRIBUNAL DA/PELA/PARA RAZÃO

PROBLEMA trinomial a) de onde provêm Princípios / Experiência?

b) que requisitos exigíveis? → doutrina transcendental elementos

c) como se articulam entre si? → doutrina transcendental método

HIPÓTESE "REVOLUTIVA"…

REVOLUÇÃO COPERNICANA // CRÍTICA

Paradigma geocêntrico	Paradigma heliocêntrico
• Razão função realidade > realismo dogmático • Sujeito função objecto > objectiv. transcendente	• Realidade função razão > racionalismo crítico • Objecto função sujeito > subjectiv. transcendental

DESAFIO

→ possibilidade articular acto conhecimento a) exigência racional Unv/Necs

b) postulado empírico Part/Contg

→ evitar a) obscuridade/contradições metafísicas

b) posições redutoras/litigantes dogmatismo ⏭ ⏮ cepticismo

→ aceder CONHECIMENTO a) universal/formal ⇆ particular

b) condicionado ⇆ necessário/determinado

>> constituição JUÍZOS SINTÉTICOS A PRIORI

ESTATUTO CRÍTICO FILOSOFIA TRANSCENDENTAL

>> DESÍGNIO EPISTÉMICO METAFÍSICA ⏭ n/ ciência com/como outras

⏮ ciência → auto-esclarecida [// Aufklärung]

→ esclarecedora "para" demais ciências

REDEFINIR ALCANCE METAFÍSICA

→ vector catártico > dissipar "ilusões/equívocos" Dogmatismo/Cepticismo

➔ 7. <…> cf. excerto CRP

→ vector canónico > fornecer "inventário" requisitos conhecimento

➔ 8. <…> cf. excerto CRP

→ determinação competências Razão quanto

a) Uso → crítico = extensão/limites

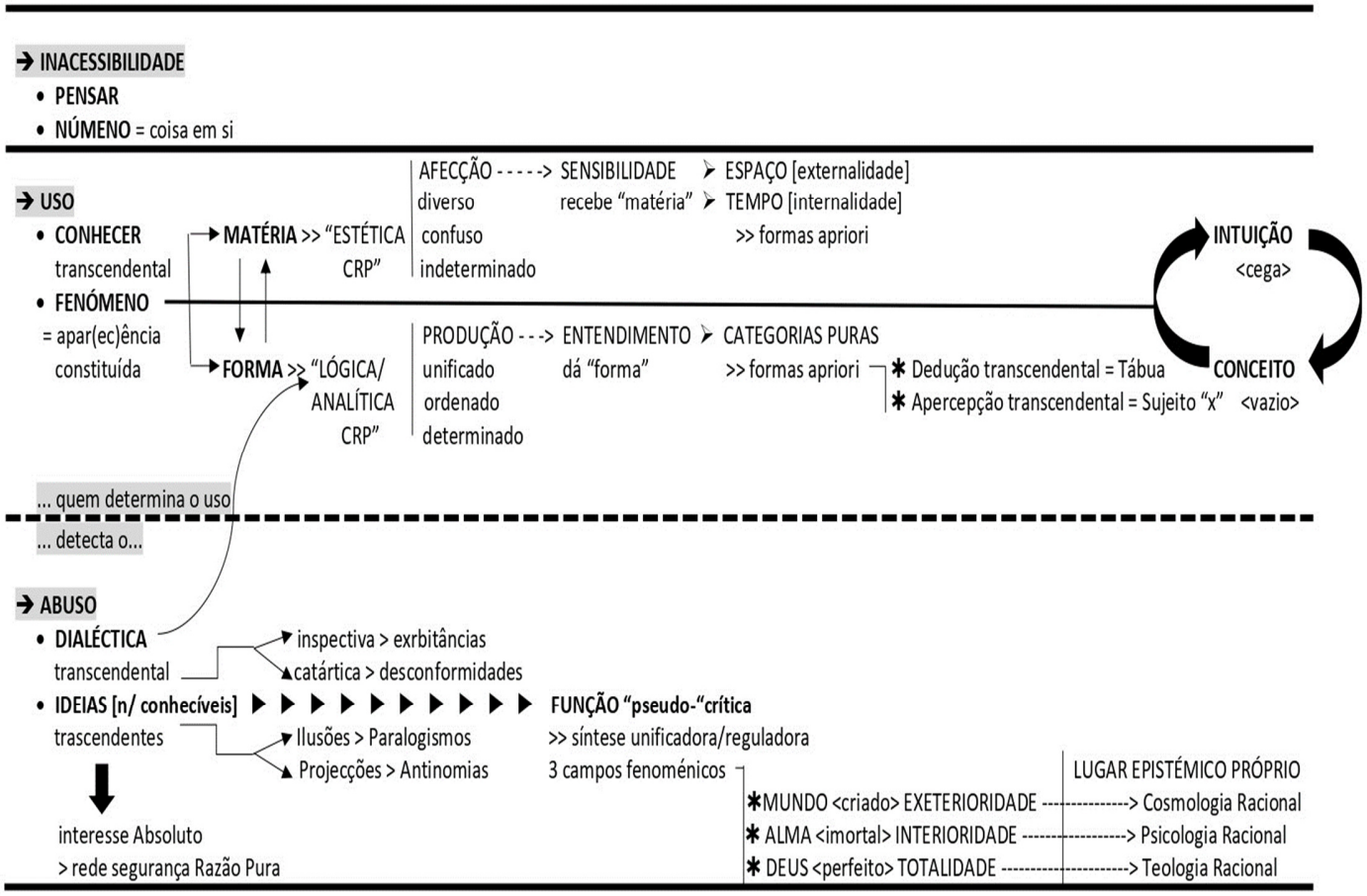
→ transcendental = condições Possib/Legtim

→ apriorístico = Univ/Necess/Prev/Formal

b) Absuso dialéctico > extravasa limites/incumbência

ESQUEMA RECAPITULATIVO

Topografia C R P



ARISTÓTELES E A ESPIRITUALIDADE CRISTÃ

Acção de Formação "Fundamentos clássicos da espiritualidade ocidental", organizado pelo Instituto de Estudos Avançados em Catolicismo e Globalização (IEAC-GO) e CLEPUL/Universidade de Lisboa – Oeiras, Janeiro/Fevereiro 2020

MÓDULO 1

Aristóteles e a espiritualidade cristã. A germinação de uma "filosofia teológica"

INCURSÕES PERLIMINARES…

> APORIA 1. ALINHAMENTO TOPOLÓGICO PROGRAMA // 2. "FUNDAMENTOS CLÁSSICOS" "ESPIRITUALIDADE" "OCIDENTAL" ⇆ "ESPIRITUALIDADE FUNDAMENTOS CLÁSSICOS OCIDENTAIS"?

> ARMADILHAS CONCEPTUAIS RACIONALIDADE OCIDENTAL "ESPÍRITO" [crist pneuma/spiritus (sopro-ar) in-ex-conSPIRAR ⇉
grg psykh (alento)] ⇔ "ALMA" crença sobrevida / "CONSCIÊNCIA" autonomia vivenciada / "MENTE" operatividade lógica / "CÉREBRO" rede neuronal / "IA" automação algorítmica

> ARISTÓTELES SOB SIGNO CRÍTICO FIGURAÇÃO IMPASSE/ENLACE

1. Germinação filosófica > o problemático desafio de uma "filosofia teológica"
2. Peripécias históricas > o precoce "anti-aristotelismo" do magistério eclesial
3. Interlúdio tomista > a apropriação da "teologia filosófica" de Aristóteles
4. Impacto cultural > os paradoxos aristotélicos de uma "teologia sem religião"

> PERSISTÊNCIA CONCEITOS ARISTOTÉLICOS = INFRAESTRUTURA GRAMÁTICA CIVILIZACIONAL [formal / material / abstracto / substancial / essencial / acidental / actual / potencial / dinâmico / eficiente / final…]

EXEGESE ICONOGRÁFICA [Escola Atenas - Rafael]

A Escola de Atenas, pintada por Rafael entre 1509-1511 no Vaticano, é um afresco (pintura executada no próprio edifício sobre agramassa ainda fresca) com 7,70 m de base, 5,70 m de altura.

A criação pictórica é parte de uma série de obras em várias salas próximas à Capela Sistina, onde trabalhava em simultâneo Miguel Ângelo. Estas salas são hoje chamadas Stanze di Raffaello. Júlio II soube explorar a competição entre Rafael e Miguel Ângelo, tendo ambos produzido obras primas que ainda hoje, mais de 500 anos depois, constituem referências estéticas da nossa cultura civilizacional.

Infelizmente, Rafael morrerá jovem, aos 37 anos, de doença súbita, tendo falecido no mesmo dia em que nascera: a uma Sexta-Feira Santa.

A teatralidade da obra é tal que, ao observador, parece abrirem-se as cortinas de um cenário monumental: aí se perfilam 56 figuras envoltas em vestes variadas e multicolores, cuja distribuição espacial provoca forte impacto visual, a par de um delicadíssimo equilíbrio formal. A monumentalidade da arquitetura representada no afresco revela nítida influência de Bramante, enquanto a colocação nos nichos das figuras de Apolo (à esquerda) e Minerva (à direita) acentua a clássica aspiração Grega à síntese entre a perfeição da Beleza (Apolo) e a universalidade da Sabedoria (Minerva). Pouco a pouco, passados os primeiros instantes de pura admiração, percebemos uma estrutura de grupos distintos em torno das duas figuras centrais de Platão e Aristóteles.

Platão surge com o indicador erguido para o alto, a indicar porventura o ascendente caminho dialéctico para a contemplação das ideias, segurando debaixo do braço oposto o seu diálogo "Timeu". Aristóteles, por seu turno, é retratado com a mão estendida para diante, talvez a indicar o distendido e aberto horizonte da acção humana, segurando na mão oposta e contra a perna o seu tratado "Ética a Nicómaco".

apud
http://www.educacional.com.br/articulistas/imprimirOutros.asp?artigo=artigo0005

TEXTOS DE APOIO

TEXTO1

existirão três ciências especulativas, a saber a Matemática, a Física e a Teologia, e não há como ignorar que, se o divino se encontra algures, ele encontra-se nessa natureza <subent. separada, imóvel e eterna>, e nesse sentido importa que a <ciência> mais estimável se ocupe do género <de ser> mais estimável. Ora, sendo as ciências especulativas as que são preferíveis de entre todas, esta última <i.e. a teológica> é a preferível das especulativas

τρεῖς ἂν εἶεν φιλοσοφίαι θεωρητικαί, μαθηματική, φυσική, θεολογική, οὐ γὰρ ἄδηλον ὅτι εἴ που τὸ θεῖον ὑπάρχει, ἐν τῇ τοιαύτῃ φύσει ὑπάρχει, καὶ τὴν τιμιωτάτην δεῖ περὶ τὸ τιμιώτατον γένος εἶναι. αἱ μὲν οὖν θεωρητικαὶ τῶν ἄλλων ἐπιστημῶν αἱρετώταται, αὕτη δὲ τῶν θεωρητικῶν: ARIST., *Met*, VI (E), 1, 1026a 19-23

TEXTO 2

Poderia alguém levantar o seguinte problema: se a ciência do ser-tal-como-ser deve ser considerada universal ou não. Cada uma das ciências matemáticas trata apenas de um género determinado, ao passo que a <matemática> universal trata do que há de comum a todos. Ora, se as substâncias naturais fossem as primeiras de entre os entes, então a física seria a primeira de entre as ciências; se existe, todavia, uma outra natureza e uma substância separada e imóvel, outra deverá ser necessariamente a ciência desse estudo, bem assim como anterior à física, e além disso universal por força dessa anterioridade.

ἀπορήσειε δ᾽ ἄν τις πότερόν ποτε τὴν τοῦ ὄντος ᾗ ὂν ἐπιστήμην καθόλου δεῖ θεῖναι ἢ οὔ. τῶν μὲν γὰρ μαθηματικῶν ἑκάστη περὶ ἕν τι γένος ἀφωρισμένον ἐστίν, ἡ δὲ καθόλου κοινὴ περὶ πάντων. εἰ μὲν οὖν αἱ φυσικαὶ οὐσίαι πρῶται τῶν ὄντων εἰσί, κἂν ἡ φυσικὴ πρώτη τῶν ἐπιστημῶν εἴη: εἰ δ᾽ ἔστιν ἑτέρα φύσις καὶ οὐσία χωριστὴ καὶ ἀκίνητος, ἑτέραν ἀνάγκη καὶ τὴν ἐπιστήμην αὐτῆς εἶναι καὶ προτέραν τῆς φυσικῆς καὶ καθόλου τῷ προτέραν: *Idem*, *Met.*, XI (K), 7, 1064b 6-14

TEXTO 3

posto que existe uma ciência do ser-tal-como-ser e enquanto separado, importa examinar se, em definitivo, essa ciência se identifica com a Física ou se não será dela distinta; ora, a Física ocupa-se das coisas que possem um princípio de movimento em si mesmas, por outro lado, a Matemática é uma ciência especulativa que trata dos entes que permanecem, mas não separados. Do ser separado e imóvel trata uma ciência absolutamente distinta de ambas as precedentes, a ser verdade que existe uma tal substância, quero eu dizer uma substância separada e imóvel, como nos esforçaremos por mostrar.(1) E se entre os seeres existe um com tal natureza, aí deverá estar seguramente o divino, e este será o primeiro e supremo princípio. É evidente, em suma, que existem três géneros de ciências especulativas: física, matemática e teologia.

(1) Aristóteles refere-se obviamente ao passo 1071b 3ss. do capítulo 6 do Livro XII (Λ) da *Metafísica*, onde se encontra requerida a "existência necessária de um Primeiro motor eterno e imóvel" (*anagke einai aidion tina ousian akineton*).

ἐπεὶ δ᾽ ἔστι τις ἐπιστήμη τοῦ ὄντος ᾗ ὂν καὶ χωριστόν, σκεπτέον πότερόν ποτε τῇ φυσικῇ τὴν αὐτὴν θετέον εἶναι ταύτην ἢ μᾶλλον ἑτέραν. ἡ μὲν οὖν φυσικὴ περὶ τὰ κινήσεως ἔχοντ᾽ ἀρχὴν ἐν αὐτοῖς ἐστίν, ἡ δὲ μαθηματικὴ θεωρητικὴ μὲν καὶ περὶ μένοντά τις αὕτη, ἀλλ᾽ οὐ χωριστά. περὶ τὸ χωριστὸν ἄρα ὂν καὶ ἀκίνητον ἑτέρα τούτων ἀμφοτέρων τῶν ἐπιστημῶν ἔστι τις, εἴπερ ὑπάρχει τις οὐσία τοιαύτη, λέγω δὲ χωριστὴ καὶ ἀκίνητος, ὅπερ πειρασόμεθα δεικνύναι. καὶ εἴπερ ἔστι τις τοιαύτη φύσις ἐν τοῖς οὖσιν, ἐνταῦθ᾽ ἂν εἴη που καὶ τὸ θεῖον, καὶ αὕτη ἂν εἴη πρώτη καὶ κυριωτάτη ἀρχή. δῆλον τοίνυν ὅτι τρία γένη τῶν θεωρητικῶν ἐπιστημῶν ἔστι, φυσική, μαθηματική, θεολογική: Ibidem, XI (K), 7, 1064a 28 - 1064b 2

EVENTO “SISTÉMICO/RE-CONFIGURADOR” TRATADO METAFÍSICA

> “METAFÍSICA” [= polissemia]

- sentido promissor “desfocado” [// *De an.*] > sobre-natural/espiritual
- sentido histórico/editorial > conjunto manuscrítico editor peripatético Andrónico de Rodes (século I a.C.) > livros agrupados “depois”/”a seguir” (grg “ta meta”) livros da física (grg “ta physika)
- sentido aristotélico > "filosofia primeira" = teoria da substância
- sentido cultural “derivado” > “teologia” [⇆ sentido aristotélico "filosofia teológica" = teologia filosófica = culminância ontológica “substância divina”]

> CIÊNCIA [= conhecimento discursivo tríade pensar-dizer-transmitir > tipificação 1 universalidade conceptual abstraída-induzida / 2 identidade lógica / 3 causalidade explicativa = *EPISTEME*]

- caracterização SUBSTÂNCIA > princípio da individuação

> FIRMAÇÃO (*ONTOS*) >> estrutura hilemórfica > sustentadora [matéria / forma] >> EXISTIR

> AFIRMAÇÃO (*LOGIA*) >> estrutura categorial > modalizadora [substância / acidentes] >> SER ASSIM

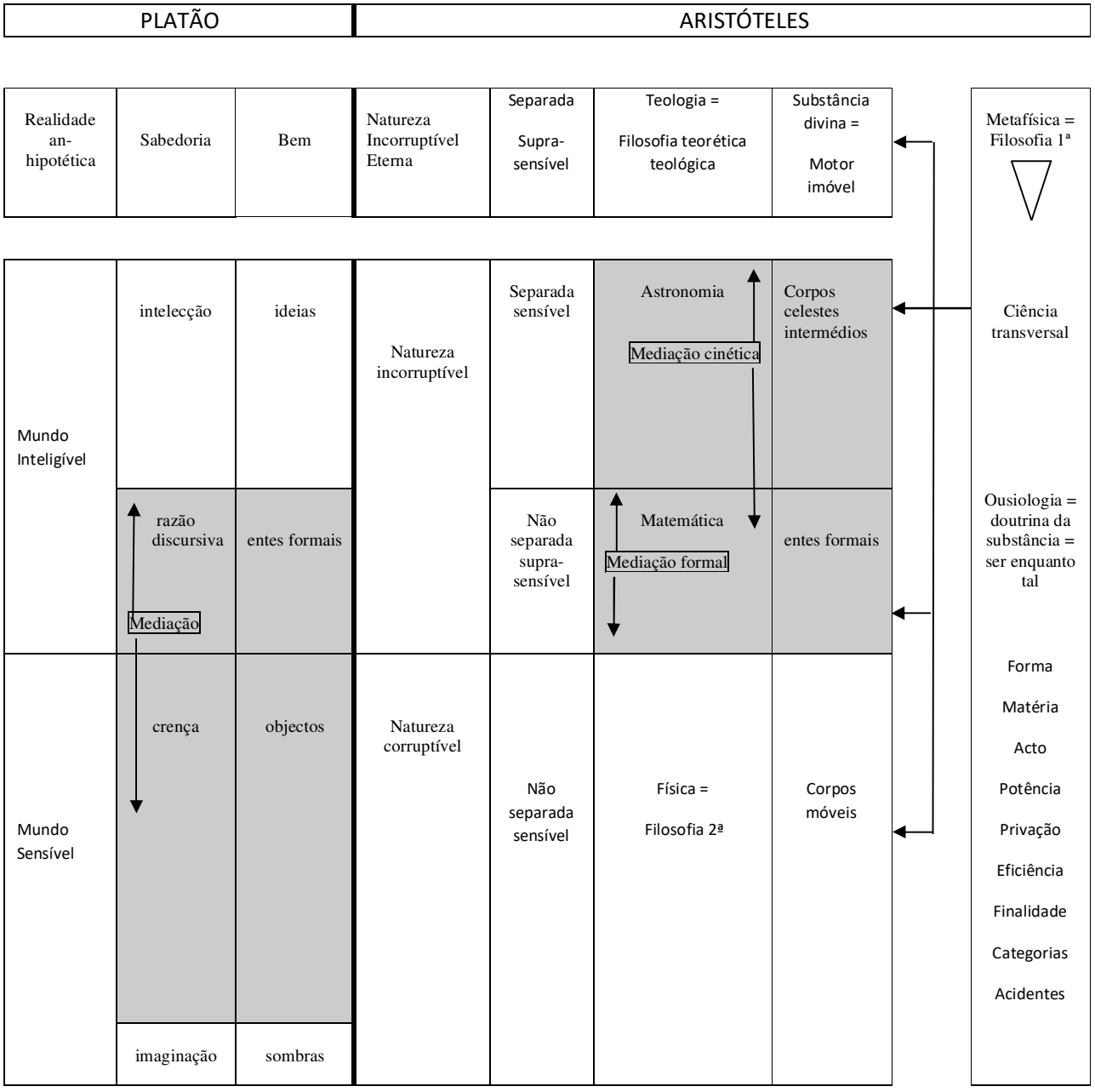
- estrutura fenoménica NEXO CAUSAL

> princípios 1. causa formal (o quê) / 2. causa material (de quê) / 3. causa eficiente (a partir de quê) / causa final (para quê)

> condições possibilidade 1. potência (o poder vir a ser) 2. acto (o que é / está a ser)

- !!! n/ ciência experienciado/vivido >> particular/contingente ["experiência religiosa" fora *episteme*] // saber sobre ≠ sabor disso [// conhecer que - o que - porque ≠ saber-me nisso]

ESQUEMA SINÓPTICO



BIBLIOGRAFIA APOIO

ANGIONI Luca, *As Noções Aristotélicas de Substância e Essência. O Livro VII da "Metafísica" de Aristóteles*, Campinas: UNICAMP, 2008

BRUNNER Fernando, «Le conflit des tendences platoniciennes et aristoteliciennes au moyen-âge», in *Revue de Theologie et de Philosophie* (Lausanne) 5 (1955) 179-192

JOLIVET Regis, *La notion de substance. Essai historique et critique sur le developpement des doctrines d'Aristote à nos jours*, Paris: Beauchesne: 1929

LESHER James, «Aristotle on Form, Substance and Universals: a dilema», in *Phronesis* 16 (1971) 169-178

RICOEUR Paul, *Etre, essence et substance chez Platon et Aristote. Cours professé a l'Université de Strasbourg en 1953-54*, Paris: C.D.U., 1960 (reed. 1982)

WEDIN Michael, *Aristotle's Theory of Substance: the Categories and Metaphysics Zeta*, Oxford: Clarendon Press, 2002

MÓDULO 2

Aristóteles e a espiritualidade cristã. O "anti-aristotelismo" do magistério eclesial durante o séc. XIII na Universidade de Paris"

INCURSÕES PERLIMINARES…

Relação tensa sapiencialidade fé cristã / racionalidade filosófica

► Precedentes enraizados Patrística

✚ clausura anti-filosófica (jus-romanizada) > apologética [// Tertuliano]

✚ abertura pró-filosófica (escola alexandrina) > tendencialmente (neo)platónica > "quadro estável" *philosophia christianna* [// impulso S. Agostinho]

Sécs. XII-XIII "fascínio" ambivalente Aristóteles

► persistência tensão filosofia/teologia > estabilizada modelo tomista "coabitação diferenciada" tomista [// reconhecimento tardio Encíclica *Aeterni patris* 1879 Leão XIII «Sobre a restauração da filosofia cristã conforme à doutrina de São Tomás de Aquino»]

►história Aristóteles ocidente = "contenção" magistério eclesial // mundividência cristã oscila "tempo" suspeita/ameaça ⇆ "kairós" favorável/oportunidade

EXEGESE ICONOGRÁFICA

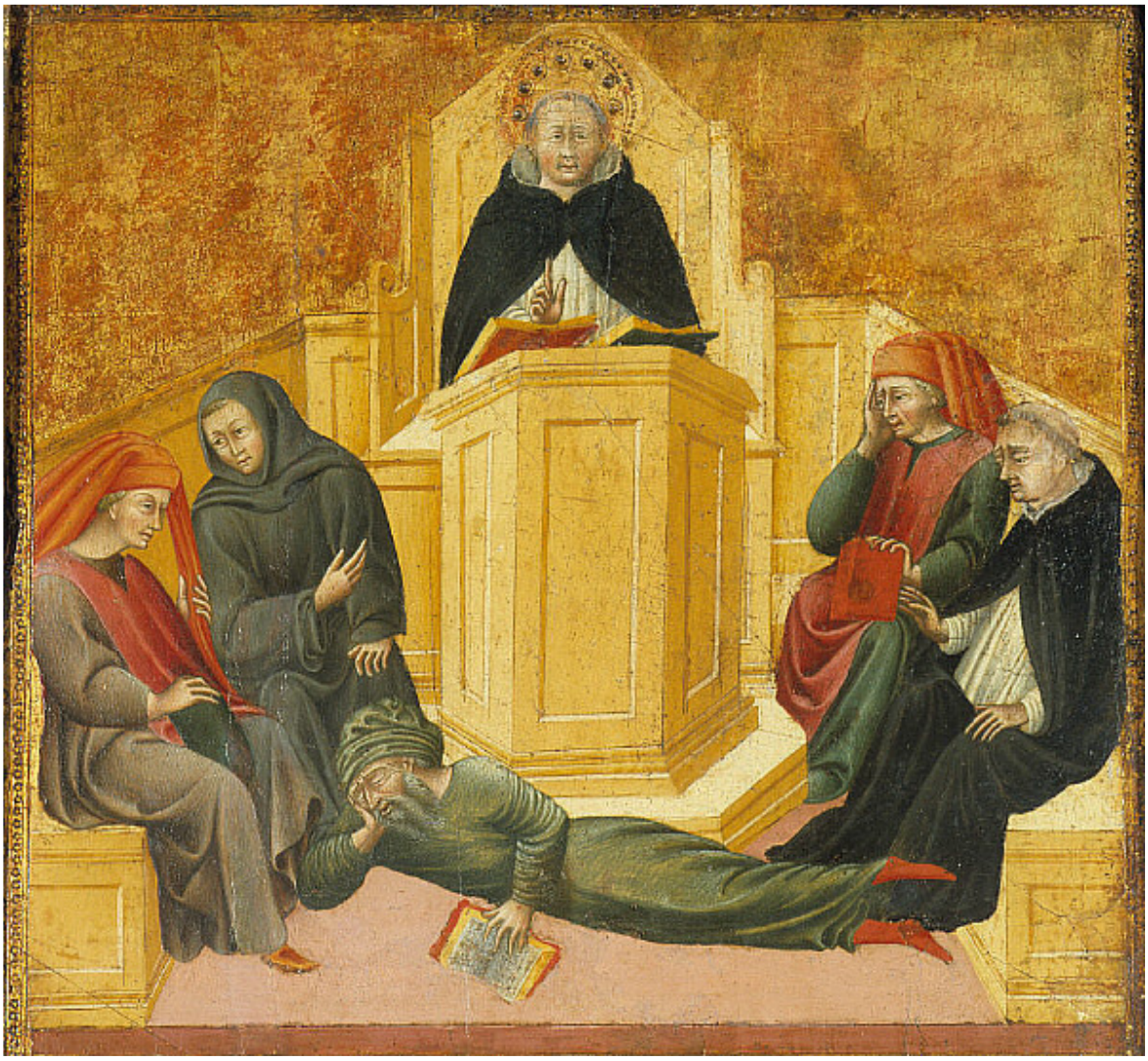
Platão, Séneca e Aristóteles

Devotional and Philosophical Writings (pg. 276)

London: c.1325-1335 [MS Hunter 231 (U.3.4)]

http://special.lib.gla.ac.uk/images/chaucer

Encontro de doutores na Universidade de Paris
Étienne Colaud, In Manuscrit "Chants royaux"
Paris 1537, fol. 27v BNF
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Meeting_of_doctors_at_the_university_of_Paris.jpg



S. Tomás confundindo Averróis
Giovanni di Paolo
1445-1450
Saint Louis Art Museum Collection
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Giovanni_di_Paolo_St._Thomas_Aquinas_Confounding_Averro%C3%ABs.JPG

TEXTO DE APOIO

LUQUET Georges-Henri, *Aristote et l'Université de Paris pendant le XIII siècle*, Paris: E. Leroux, 1904, pp 12-18

Si la méthode d'enseignement était, comme nous l'avons vu, la même dans la faculté des arts et la faculté de théologie, la différence même de leurs objets impliquait, outre la différence évidente des textes employés, une autre différence, une différence de point de vue, si l'on peut dire, qui d'ailleurs dans la pratique fut souvent négligée. Les questions théologiques devaient naturellement être les seules traitées, la méthode théologique la seule employée à la faculté de théologie. « Que les maîtres et les étudiants de cette faculté n'en oublient pas le nom, dit Grégoire IX dans une lettre adressée en 1231 à l'Université de Paris, qu'ils ne cherchent pas à se montrer philosophes, mais se contentent de s'instruire dans la science de Dieu, et n'étudient que les questions qui peuvent être résolues par l'Écriture et les Pères[21]. » Si la théologie entendait à bon droit être la maîtresse chez elle, elle prétendait également, en vertu de la conception courante qui faisait de la philosophie « ancillam theologiae », imposer à la liberté de la faculté des arts certaines limitations. Déjà le serment des maîtres ès-arts de 1180[22] énonçait la défense, reprise par les statuts de la faculté des arts en 1272[23], non seulement de

21. « Magistri vero et scholares theologiae, in facultate quam profitentur se studeant laudabiliter exercere, nec philosophos se ostentent, sed satagant fieri theodocti, nec loquantur in lingua populi et populi linguam hebraeam cum azotica confundentes, sed de illis tantum quaestionibus in scholis disputent quae per libros theologicos et sanctorum patrum tractatus valeant terminari. » (*Bulle de* Grégoire IX *aux maîtres et aux écoliers de Paris*, 13 avril 1231, dans *Chartul.*, p. 138.)

22. « Nullam quaestionem pure theologicam disputabitis quamdiu rexeritis in artibus, vtpote de Trinitate et Incarnatione. Item si contingat vos determinare aliquam quaestionem quae tangat fidem et philosophiam, eam pro fide determinabitis, et rationes contra fidem dissoluetis secundum quod vobis dissoluendae videbuntur. » (*Serment des maîtres ès-arts*, vers 1180, dans *Chartul.*, p. 587.)

23. « Statuimus et ordinauimus quod nullus magister vel bachellarius nostrae facultatis aliquam quaestionem pure theologicam, vtpote de Trinitate et Incarnatione sicque de consimilibus omnibus, determinare *seu etium disputare* praesumat, tanquam sibi determinatos limites transgrediens, cum, sicut dicit Philosophus, non geometram cum geometra sit penitus inconueniens disputare. Quod si praesumpserit, nisi infra tres dies postquam a nobis monitus vel requisitus fuerit suam praesumptionem in scholis vel in disputationibus publicis vbi prius dictam quaestionem disputauerit, reuocare publice voluerit, extunc a nostra societate perpetuo sit priuatus. Statuimus insuper et ordinamus quod si quaestionem aliquam quae fidem videatur attingere simulque philosophiam, alicubi disputauerit Parisius, si illam contra fidem determinauerit, extunc ab eadem nostra societate tanquam haereticus perpetuo sit priuatus, nisi

traiter les questions purement théologiques, comme la Trinité et l'Incarnation, mais pour les questions philosophiques qui intéressent la théologie, de toujours les résoudre dans un sens conforme à l'orthodoxie, et de réfuter ou simplement de passer sous silence les solutions opposées. D'ailleurs, l'esprit d'indépendance vint souvent à la traverse de ces décisions théoriques ; et des solutions purement fondées sur la raison, sans souci de l'orthodoxie, furent souvent proposées tant à la faculté de théologie qu'à la faculté des arts. Dès les dernières années du XII[e] siècle, ÉTIENNE DE TOURNAI réclame l'intervention du pape pour réagir contre les nouveautés dangereuses enseignées dans ces deux facultés[24]. En 1277, ÉTIENNE TEMPIER,

suum errorem suamque haeresim infra tres dies post monitionem nostram in plena congregatione vel alibi vbi nobis videbitur expedire, reuocare curauerit humiliter et deuote. Superaddentes iterum quod si magister vel bachellarius aliquis nostrae facultatis passus aliquos difficiles vel aliquas quaestiones legat vel disputet, quae fidem videantur dissoluere, aliquatenus videatur ; rationes autem seu textum, si quae contra fidem, dissoluat vel etiam falsas simpliciter et erroneas totaliter esse concedat, et aliter huiusmodi difficultates vel in textu vel in auctoritatibus disputare vel legere non praesumat, sed haec totaliter tanquam erronea praetermittat. » (*Statut de la faculté des arts*, 1[er] avril 1272, dans *Chartul.*, p. 499.) — De même, S. THOMAS reproche à un chrétien séduit par les doctrines averroïstes « quod de his quae ad philosophiam non pertinent, sed sunt purae fidei, disputare praesumit, sicut quod anima patiatur ab igne inferni, et dicere sententias doctorum de hoc esse reprobandas. Pati ergo ratione posset disputare de Trinitate, de Incarnatione et aliis huiusmodi, de quibus nonnisi balbutiens loqueretur. » (S. THOMAS, *De vnit. intell.*, édit. d'Anvers, 1612, t. XVII, col. 104 *h*.)

24. « Lapsa sunt apud nos in confusionis officinam sacrarum studia litterarum, dum et discipuli solis nouitatibus applaudunt, et magistri gloriae potius inuigilant quam doctrinae ; nouas recentesque summulas et commentaria firmantia super theologia passim conscribunt, quibus auditores suos demulceant, detineant, decipiant, quasi nondum suffecerint sanctorum opuscula patrum, quos eodem spiritu sacram scripturam legimus exposuisse, quo eam composuisse credimus apostolos et prophetas... Disputatur publice contra sacras constitutiones de incomprehensibili Deitate ; de Incarnatione Verbi verbosa caro et sanguis irreuerenter litigat. Indiuidua Trinitas et in triuiis secatur et discrepitur, vt tot iam sint erro-

évêque de Paris, se plaint que l'on soutienne à la faculté des arts de véritables hérésies sous le prétexte que, fausses selon la foi, elles sont vraies selon la raison, comme si deux vérités pouvaient être contradictoires[25]!

res quot doctores, tot scandala quot auditoria, tot blasphemia quot plateae... Facultates quas liberales appellant, amissa libertate pristina, in tantam seruitutem deuocantur, vt comatuli adolescentuli earum magisteria impudentes vsurpent, et in cathedra seniorum sedeant imberbes, et qui nondum norunt esse discipuli laborant vt nominentur magistri. Conscribunt et ipsi summulas suas pluribus saliuis effluentes et madidas philosophorum sale nec conditas. Omissis regulis artium abiectisque libris authenticis artificum muscas inanium verbulorum sophismatibus tanquam aranearum tendiculis includunt. Clamat philosophia vestes suas conscindi et disrumpi, et quibusdam particulariter seminanciis nuditatem suam verecunde contegens,nec consolatur ab antiquo, nec antiquam consolatur. Haec omnia, pater, correptionis apostolicae manum desiderant, vt informitas docendi, discendi, disputandi, auctoritate vestra certam redigatur ad formam, ne sermo diuinus attritione vulgari vilescat, ne in angulis dicatur : Ecce hic Christus aut ecce illic, ne sanctum canibus et margaritae porcis conculcandae tradantur. » (*Lettre d'*Etienne de Tournai *au pape* Célestin III ou Innocent III, 1192-1203, dans *Chartul.*, pp. 47-48.)

25. « Nonnulli Parisius studentes in artibus, propriae facultatis limites excedentes, quosdam manifestos et execrabiles errores, immo potius vanitates et insanias falsas... quasi dubitabiles in scholis tractare et disputare praesumunt, non attendentes illud Gregorii : Qui sapienter loqui nititur magnopere metuat ne eius eloquio audientium vnitas confundatur, praesertim cum errores praedictos gentilium scripturis muniant, quas, proh pudor! ad suam imperitiam asserunt sic cogentes vt eis nesciant respondere. Ne autem quod sic innuunt asserere videantur, responsiones ita palliunt quod, dum cupiunt vitare Scillam, incidunt in Caribdim. Dicunt enim ea esse vera secundum philosophiam, sed non secundum fidem catholicam, quasi sint duae contrariae veritates, et quasi contra veritatem sacrae scripturae sit veritas in dictis gentilium damnatorum, de quibus scriptum est : « Perdam sapientiam sapientium », quia vera sapientia perdit falsam sapientiam. Vtinam tales attenderent consilium sapientis discentis : « Si tibi est intellectus, responde proximo tuo ; sin autem, sit manus tua super os tuum, ne capiaris in verbo indisciplinato et confundaris. » (*Condamnation d'erreurs par* Etienne Tempier, évêque de Paris, 7 mars 1277, dans *Chartul.*, p. 543.) — S. Thomas, dont, rapprochement piquant, certaines propositions sont comprises dans cette condamnation de Tempier, combat de même un chrétien qui, séduit par les doctrines averroïstes, ose dire : « Per rationem concludo de necessi-

Les sept arts qu'enseignaient les écoles dont était sortie la faculté des arts n'y étaient plus enseignés en réalité au XIII[e] siècle. Le *quadriuium* n'était étudié que quand il restait du temps pour le faire, et ce temps restait rarement. Le *triuium* lui-même s'était réduit à peu près à la logique ou dialectique; mais celle-ci avait peu à peu usurpé toutes les questions philosophiques et était devenue en fait synonyme de philosophie, justifiant ses empiètements par le mot des *Topiques* : « La dialectique discute ce que la philosophie connaît. » Selon le procédé déjà signalé, qui consistait pour enseigner une science à expliquer un auteur qui en avait traité, l'enseignement de la logique consistait dans l'explication d'ARISTOTE, dont des textes innombrables affirment l'autorité incontestée comme logicien, à laquelle il devait d'être appelé le *Philosophe*[26].

tate quod intellectus est vnus numero, firmiter tamen teneo oppositum per fidem ». « Ergo sentit, dit S. THOMAS, quod fides sit de aliquibus quorum contraria de necessitate concludi possunt. Cum autem de necessitate concludi non possit, nisi verum necessarium, cuius oppositum est falsum et impossibile, sequitur secundum eius dictum quod fides sit de falso et impossibili ; quod etiam Deus facere non potest, quod fidelium aures ferre non possunt. » (S. THOMAS, *De vnit. intell.*, édit. d'Anvers, 1612, t. XVII, p. 104 *g*.)

26. « [ARISTOTE] tractauit quidem omnes philosophiae partes et praecepta dedit in singulas, sed prae ceteris sic rationalem redegit in ius suum vt a possessione illius videatur omnes alios exclusisse. Ita tamen in aliis viguit vt commune nomen omnium philosophorum antonomasice, id est excellenter, sibi proprium esse meruerit. Sicut enim *Vrbs* Romam, MARONEM *poeta* exprimit, sic et *philosophi* nomen circa ARISTOTELEM vtentium placito contractum est. » (JEAN DE SALISBURY, *Policraticus*, VII, 6; dans MIGNE, *Patrol. lat.*, t. 199, col. 647-648.) — « ARISTOTELES, APULEJUS, CICERO, PORPHYRIUS, BOETIUS, AUGUSTINUS (vt EUDEMUM, ALEXANDRUM, THEOPHRASTUM, et alios expositores taceam, quorum tamen celebris gloria est) omnes artis huius [la dialectique] velut triumphatricis inter alias grandi praeconio erexere vexillum. Sed cum singuli suis meritis splendeant, omnes se ARISTOTELIS adorare vestigia gloriantur, adeo quidem vt commune omnium philosophorum nomen praeeminentia quadam sibi proprium fecit. Nam et antonomatice, id est excellenter, philosophus appellatur. » (JEAN DE SALISBURY, *Metalogicus*, II, 16; dans MIGNE, *Patrol. lat.*,

L'Église avait vécu en bonne intelligence avec ARISTOTE tant qu'il ne fournissait aux penseurs que des procédés de raisonnement. Ses syllogismes, si l'on prenait pour prémisses les données de l'Écriture, conduisaient à des conclusions orthodoxes. Pour la doctrine, si l'Église lui préférait sans doute PLATON et surtout les néoplatoniciens[27], les interpréta-

t. 199, col. 873.) — « Fuit autem apud peripateticos tantae auctoritatis scientia demonstrandi vt ARISTOTELES, qui alios fere omnes et fere in omnibus philosophos superabat, hinc commune nomen sibi quodam proprietatis iure vindicaret, quod demonstratiuam tradiderat disciplinam. Ideo enim, vt aiunt, in ipso nomen philosophi sedit. Si mihi non creditur, audiatur vel BURGUNDIO PISANUS, a quod istud accepi. » (JEAN DE SALISBURY, *Metalogicus*, IV, 7; dans MIGNE, *Patrol. lat.*, t. 199, col. 920.) — « Omnes peripatetici... dicunt quod natura hunc hominem [sc. ARISTOTE] posuit quasi regulam veritatis, in qua summam intellectus humani perfectionem demonstrauit. » (ALBERT LE GRAND, *De anima*, *l.* III, *tr.* 2, *cap.* 3; édit. JAMMY, Lyon, 1651, t. III, p. 135 *a*.) — Cette opinion péripatéticienne citée par ALBERT LE GRAND doit venir d'AVERROÈS, car nous en trouvons une mention expresse dans R. BACON (qui, pour son compte personnel, indique à maintes reprises ses citations d'ARISTOTE par les mots : « vt Philosophus dicit ») : « Hunc [ARISTOTE] natura firmauit, vt dicit AVERROES in tertio *de Anima*, vt vltimam hominis perfectionem inueniret. Hic omnium philosophorum magnorum testimonio praefertur philosophis et philosophiae ascribendum est quod ipse affirmauit; vnde nunc temporis antonomatice Philosophus nominatur in auctoritate philosophiae sicut PAULUS in doctrina sapientiae sacrae Apostoli nomine intelligitur. » (R. BACON, *Op. mai.*, II, 13; édit. BRIDGES, t. I, p. 55.) Voici le texte d'AVERROÈS auquel BACON fait allusion : « Credo enim quod iste homo fuerit regula in natura et exemplar quod natura inuenit ad demonstrandum vltimam perfectionem humanam in materiis. » (AVERROÈS, *de Anima*, III, *comm.* 14; édit. Venise, 1550, t. VI, f° 169 r°.) Cf. « Nullus posteriorum eius vsque ad praesens tempus, quod sunt fere mille et quingenti anni, potuit quicquam addere his quae ipse tractauit, neque aliquid impugnare quod sit alicuius momenti vel considerationis. Inueniri autem hoc in vnico indiuiduo est alienum ac maxime miraculum. Haec autem cum reperiuntur in aliquo viro debent potius ascribi diuino statui quam humano; et ideo antiqui vocabant eum diuinum. » (AVERROÈS, *Proœm. in Arist. phys* , édit. Venise, 1550, t. IV, f° 3 v°.)

27. « Philosophi... vera et fidei nostrae accommodata dixerunt, maxime Platonici. » (S. AUGUSTIN, *De doctr. christ.*, II, 60 (XL), édit. de Paris, t. III. (1836), col. 75.)

tions néoplatoniciennes qui tinrent pendant longtemps la place de l'Aristote authentique lui semblaient encore acceptables. Mais lorsqu'on connut, — et par l'intermédiaire des Arabes, — des œuvres nouvelles d'Aristote, lorsque les hommes d'étude cherchèrent chez lui non seulement la forme, mais encore la matière du savoir humain, lorsque cette renommée qui le faisait appeler le Philosophe eut fait accepter comme une nouvelle révélation tout ce qui se présentait sous son nom, l'Église ne put voir sans émotion cet Évangile selon Aristote d'où l'on tirait des dogmes opposés au dogme chrétien. Plus de Dieu créateur, puisque la matière, le mouvement, le temps, et par suite le monde sont éternels ; plus d'immortalité de l'âme, en vertu de la théorie de l'intellect actif universel. Les deux dogmes fondamentaux du christianisme, ceux que les *Méditations* de Descartes ont pour objet de démontrer et que la critique de Kant sera obligée de laisser subsister comme postulats de la raison pratique, étaient tout au plus admis dans le domaine de la foi, mais rejetés par la raison.

A l'égard de cet ennemi, l'Église suivit une politique qui lui a souvent réussi : tant qu'elle put se croire la plus forte, elle attaqua et proscrivit; quand elle dut s'avouer qu'elle était la plus faible, elle usa d'adresse, et sut, par une habile accommodation, faire illusion aux autres et peut-être à elle-même, ne pas insister sur les contradictions qui existaient entre l'aristotélisme, au moins entre l'aristotélisme averroïste, et les dogmes chrétiens, en attendant qu'Albert le Grand et S. Thomas vinssent lever ces contradictions en substituant à l'interprétation averroïste une nouvelle interprétation d'Aristote[28], dont nous n'avons pas ici à apprécier la valeur[29].

28. « Merito supradiximus eum [Averroès] philosophiae peripateticae peruersorem. » (S. Thomas, *De vnit. intell.*, Œuvres, édit. d'Anvers, 1612, in-f°, t. XVII, p. 104 *k*.)

ARISTÓTELES E A UNIVERSIDADE DE PARIS

Universidade Paris 1170 [850 anos]

- *universitas* = ecossistema multipolar saberes equilíbrio crítico
- primado método autoridade livresca [// ausência experimentalismo ciência] foco estudo livros resumiam estado momentâneo conhecimento disponível
  >> base ensino universitário "magistral" = condução qualificada leitura/discussão textos [*summulae*]

Recepção inicial Aristóteles UParis hesitante/crispada [// lado Igreja = fonte financiamento]

- 4 faculdades UParis: 2 n/ expostas a Aristóteles Medicina & Direito // 2 sofrem influência oblíqua e/ou directa Artes/Filosofia & Teologia
- Teologia deve reivindicar método autónomo > singularidade absoluta objecto > DEUS [ser Absoluto totalidade / Transcendente imparidade / Criador actividade]
- Relação ambígua Teologia/Filosofia
  >> Filosofia benéfica Fé [// S. Agostinho]
  - ginástica mente para afinar penetração compreensiva dados Revelação [Livro / Mundo]
  - espada 2 gumes 1) retórico (persuasivo) para os fiéis & 2) dialéctico (argumentação) contra adversários
  >> Filosofia "risco" Teologia
  - bífida > não é apenas instrumento > tb. vectorializa theoria/doctrina/mundividentia "rivaliza" Teologia

- saber autofinalizado > perigo ver a "teologia" na Filosofia [e n/ o contrário a "filosofia" na Teologia]

- Razão filosófica auxiliar fé [*ancilla theologiae*] >> implicação imediata/incondicional > opinião filosófica contrária fé = rejeitada refutação directa / omissão tácita

Emergência primeiro "anti-aristotelismo" eclesial

- induzida "perigo" averroísta doutrina dupla verdade [racional/revelada]
- reforçada directivas magistério conciliar/pontifício

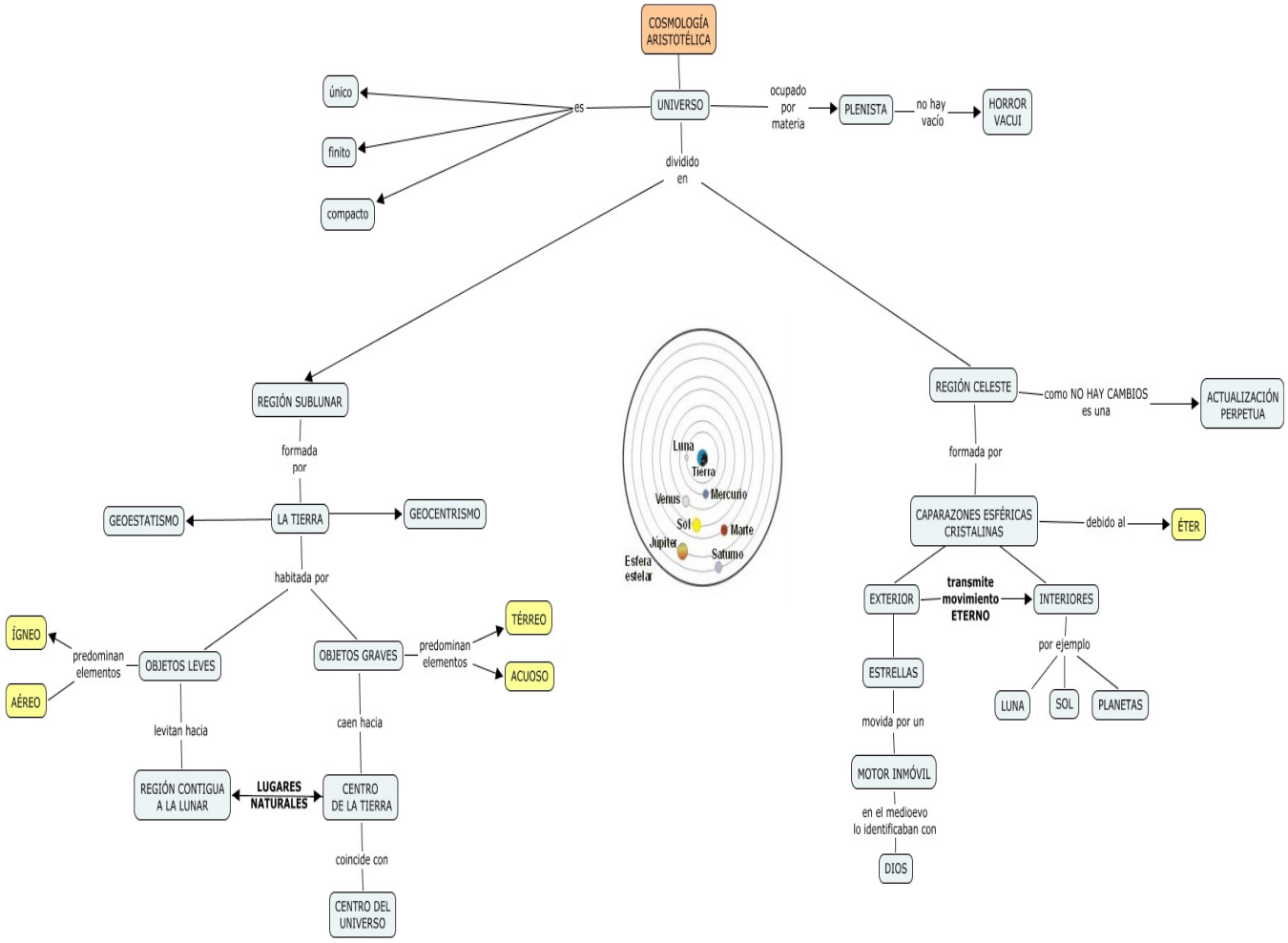
  > 1210 Concílio Paris condena "livros" [???] Aristóteles potencial herético

  > 1231 Papa Gregório IX carta à UParis exortar estudantes Faculdade Teologia cingidos objecto excelência "Deus" s/ distrações erudição filosófica

  > 1277 Bispo Paris Étienne Tempier relatório Papa português João XXI [= Pedro Hispano] influência nefasta "certas novidades filosóficas" Facs. Artes e Teologia >> "novidades" = obras "novas" Aristóteles "Physika" & "De anima" & "Metaphysika" [trad. Grego-Latim mediação siríaco-árabe – directa Constantinopla ???]

  >> JUSTIFICAÇÃO CONDENAÇÕES >> ameaça 4 dogmas centrais 1. ressurreição alma (→← Arst. fusão intelecto Intelecto Separado) 2. eternidade Deus (→← Arst. Matéria-Forma preexistentes) 3. criação divina mundo (→← Motor imóvel causa motriz) 4. incarnação mediacional (→← separação Intelecto Auto-inteligível) >>> CONVICÇÃO INCOMPATIBILIDADE FILOSOFIA ARISTOTÉLICA – TEOLOGIA CRISTÃ

ESQUEMA SINÓPTICO



BIBLIOGRAFIA APOIO

LEÓN FLORIDO Francisco (coord.), *Las condenas de Aristóteles en la Edad Media*, Valencia: Ed. Kyrios, 2013

LEÓN FLORIDO Francisco – RODAMILANS RAMOS Fernando (coord.s), *Las herejías académicas en la Edad Media. Listas de errores en las universidades de París y Oxford*, Madrid: Sindéresis, 2015

LUQUET Georges-Henri, *Aristote et l'Université de Paris pendant le XIII siècle*, Paris: E. Leroux, 1904

MÓDULO 3

Aristóteles e a espiritualidade cristã. A apropriação da "filosofia teológica" aristotélica por S. Tomás de Aquino

INCURSÕES PERLIMINARES…

SUPERAÇÃO IMPASSE "ESPIRITUALIDADE" TOMISTA FACE "ANTI-ARISTOTELISMO" PRECOCE HIERARQUIAS ECLESIÁSTICAS

> MÉTODO ACADÉMICO INOVADOR

► acrescenta etapa analítica ensino UParis [// *lectio summulae*] momento antitético = *quaestiones* > prospecção heurística problemas sujeitos contraposição >> *disputatio* [duelo] > saída resolutiva "*magister*" [*arbiter/judex*]

► transfere *lectio/disputatio* ➞ redação arquitectónica obras 2 tipos 1) *sumae* comparações intertextuais contrapositivas (argumentos favor-contra) > culminando síntese recapitulativa enriquecida desenvolvimentos teóricos pessoais & 2) *commentarii* = explicação texto original fidelidade criativa [// incorporação mundividencial Aristóteles dados revelação]

EXEGESE ICONOGRÁFICA

St. Thomas Aquinas teaching a group of Dominicans

Medieval Manuscript, 14th Century

https://blogofthecourtier.com/tag/st-thomas-aquinas/

TEXTO DE APOIO

TOMÁS DE AQUINO, SUMA TEOLÓGICA, primera parte, quastão 2ª, artigo 3

¿Existe o no existe Dios?

Solución *Hay que decir*.: La existencia de Dios puede ser probada de cinco maneras distintas.

1) La primera y más clara es la que se deduce del movimiento. Pues es cierto, y lo perciben los sentidos, que en este mundo hay movimiento. Y todo lo que se mueve es movido por otro. De hecho nada se mueve a no ser que, en cuanto **potencia**, esté orientado a aquello por lo que se mueve. Por su parte, quien mueve esta en acto. Pues mover no es más que pasar de la potencia al acto. La potencia no puede pasar a acto más que por quien está en acto. Ejemplo: el fuego, en acto caliente, hace que la madera, en potencia caliente, pase a caliente en acto. De este modo la mueve y cambia. Pero no es posible que una cosa sea lo mismo simultáneamente en potencia y en acto; sólo lo puede ser respecto a algo distinto. Ejemplo: Lo que es caliente en acto, no puede ser al mismo tiempo caliente en potencia, pero sí puede ser en potencia frío. Igualmente, es imposible que algo mueva y sea movido al mismo tiempo, o que se mueva a sí mismo. Todo lo que se mueve necesita ser movido por otro, y este por otro. Pero si lo que es movido por otro se mueve, necesita ser movido por otro, y este por otro. Este proceder no se puede llevar indefinidamente (**proceso al infinito**), porque no se llegaría al primero que mueve, y así no habría motor alguno pues los motores intermedios no mueven más que por ser movidos por el primer motor. Ejemplo: Un bastón no mueve nada si no es movido por la mano. Por lo tanto, es necesario llegar a aquel primer motor al que nadie mueve. En este, todos reconocen a Dios.

2) La segunda es la que se deduce de la causa eficiente. Pues nos encontramos que en el mundo sensible hay un orden de causas eficientes. Sin embargo, no encontramos, ni es posible, que algo sea causa eficiente de sí mismo, pues sería anterior a sí mismo, cosa imposible. En las causas eficientes no es posible proceder indefinidamente porque en todas las causas eficientes hay orden: la primera es causa de la intermedia; y ésta, sea una o múltiple, lo es de la última. Puesto que, si se quita la causa, desaparece el efecto, si en el orden de las causas eficientes no existiera la primera, no se daría tampoco ni la última ni la intermedia. Si en las causas eficientes llevásemos hasta el infinito este proceder, no existiría la primera causa eficiente; en consecuencia, no habría efecto último ni causa intermedia; y esto es absolutamente falso. Por lo tanto, es necesario admitir una causa eficiente primera. Todos la llaman Dios.

3) La tercera es la que se deduce a partir de lo **posible** y de lo **necesario**. Y dice: Encontramos que las cosas pueden existir o no existir, pues pueden ser producidas o destruidas, y consecuentemente es posible que existan o que no existan. Es imposible que las cosas sometidas a tal posibilidad existan siempre, pues lo que lleva en sí mismo la posibilidad de no existir, en un tiempo no existió. Si, pues, todas las cosas llevan en sí mismas la posibilidad de no existir, hubo un tiempo en que nada existió. Pero si esto es **verdad**, tampoco ahora existiría nada, puesto que lo que no existe no empieza a existir

más que por algo que ya existe. Si, pues, nada existía, es imposible que algo empezara a existir; en consecuencia, nada existiría; y esto es absolutamente falso. Luego no todos lo seres son sólo posibilidad; sino que es preciso algún ser necesario. Todo ser necesario encuentra su necesidad en otro, o no la tiene. Por otra parte, no es posible que en los seres necesarios se busque la causa de su necesidad llevando este proceder indefinidamente, como quedó probado al tratar las causas eficientes (núm. 2). Por lo tanto, es preciso admitir algo que sea absolutamente necesario, cuya causa de su necesidad no esté en otro, sino que él sea causa de la necesidad de los demás. Todos le dicen Dios.

4) La cuarta se deduce de la jerarquía de valores que encontramos en las cosas. Pues nos encontramos que la bondad, la veracidad, la nobleza y otros valores se dan en las cosas. En unas más y en otras menos. Pero este *más* y este *menos* se dice de las cosas en cuanto que se aproximan *más* o *menos* a lo máximo. Así, caliente se dice de aquello que se aproxima más al máximo calor. Hay algo, por tanto, que es muy veraz, muy bueno, muy noble; y, en consecuencia, es el máximo ser; pues las cosas que son sumamente verdaderas, son seres máximos, como se dice en II *Metaphys*. Como quiera que en cualquier género, lo máximo se convierte en causa de lo que pertenece a tal género -así el fuego, que es el máximo calor, es causa de todos los calores, como se explica en el mismo libro-, del mismo modo hay algo que en todos los seres es causa de su existir, de su bondad, de cualquier otra perfección. Le llamamos Dios.

5) La quinta se deduce a partir del ordenamiento de las cosas. Pues vemos que hay cosas que no tienen conocimiento, como son los cuerpos naturales y que obran por un fin. Esto se puede comprobar observando cómo siempre o a menudo obran igual para conseguir lo mejor. De donde se deduce que, para alcanzar su objetivo, no obran al azar, sino intencionadamente. Las cosas que no tienen conocimiento no tienden al fin sin ser dirigidas por alguien con conocimiento e inteligencia, como la flecha por el arquero. Por lo tanto, hay alguien inteligente por el que todas las cosas son dirigidas al fin. Le llamamos Dios.

ARISTÓTELES E A UNIVERSIDADE DE PARIS

TIPIFICAÇÃO SABERES ARISTÓTELES [*Metph.* I, VI, XII]

- Conhecimento origem **sensação** [αἴσθησις] > deriva para
  > nível da **experiência** [ἐμπειρία]: conhecer e fazer sabendo "que" por **repetição mnésica** [μνήμη] de uma **representação imagética** [φαντασία] convertida em **conceito universal** [καθόλου], mas sem saber "como" e "porquê";

  > nível da **arte** [τέχνη]: conhecer e fazer sabendo "que" e "como", por aplicação universal da experiência ao desempenho de um saber pericial, mas sem saber ainda "porquê";

- Conhecimento capacitado para saber "o que", "o como" e "o porquê": nível da **ciência** [ἐπιστήμη]; esta subdivide-se, por sua vez, em
  > ciências poiéticas (nas quais se inclui, por exemplo, as criações artesanais e literárias) interessadas num emprego útil e belo do objecto: nível da **produção** [ποίησις];

  > ciências práticas (nas quais se inclui, por exemplo, o agir ético, económico e político) interessadas num fim qualificante do agente: nível da **acção** [πρᾶξις];

  > ciências contemplativas (também designadas de teoréticas) puramente desinteressadas de um resultado tangível ou de uma utilidade inerente: nível da **especulação** [θεωρία]; esta subdivide-se, finalmente, em

    - *Física* (φυσική ou *Filosofia segunda*, δεύτερα φιλοσοφία);
    - *Matemática* (μαθηματική)
    - *Filosofia primeira* (πρώτη φιλοσοφία ou, em póstuma acepção, Metafísica), ambiguada em 1. estudo "transversal a todos os saberes" acerca do *ser enquanto ser* (em póstuma acepção: *Ontologia*) ou em 2. estudo específico do *ser divino* (φιλοσοφία θεολογική ou, em póstuma acepção, Teologia)

5 VIAS S. TOMÁS > PROVA EXISTÊNCIA DEUS [// *STh*, pars I, q2, a3]

- ambiguidade termo "prova" > provar = saber/sabor
- pressuposto "prova"
  >> Teologia > saber filosoficamente configurado = experiência estruturada pensamento = "dizer" como Deus se mostra [= que existe] [> < n/ conhecer o que é]
- tipificação "prova"
  >> A posteriori > indução perceptiva [observo/experiencio que]
  >> Fenomenológica > evidenciação inquiritiva [porquê?]
  >> Silogística > conexão argumentativa [se … e se … então …]

ESQUEMA SINÓPTICO

estrutura "prova" [5 vias]

experiência	**<ARIST> postulado [se…] >>**	**conceptualização [e se…]**
1. movimento	primeiro motor / motor imóvel	Acto "puro"
2. efeitos	causa primeira / causa incausada	Causa "de si"
3. contingência	necessidade / determinação	Forma "simples"
4. gradatividade	comparação / intensificação	Superlativo "absoluto"
5. governo	harmonizar partes todo/direccionar	Fim "último"
>> então …	>> possível "dizer" >>	existe "Ser perfeito" atributos/predicados 1. **a**bsoluto 2. **t**ranscendente 3. **e**terno 4. **u**no >> Teologia filosófica dizer o possível de Deus

MÓDULO 4

Aristóteles e a espiritualidade cristã. Os paradoxos de uma "teologia sem religião" e o ressalto aristotélico para a filosofia prática

- PROMISSORA ABSORÇÃO TOMISTA FILOSOFIA TEOLÓGICA ARISTOTELES > TRANSFIGURAÇÃO "TEOLOGIA FILOSÓFICA"

- FILOSOFIA TEOLÓGICA ARISTOTÉLICA CONTÉM PROBLEMA

>> assimetria dimensão religiosa / metafísica teorização Motor Imóvel designado de "divino" > descontinuidade embaraça "dimensão espiritual"

- QUATRO IMPASSES APORÉTICOS ONTO-TEO-LOGIA ARISTOTÉLICA
  - 1 fundamentação metafísica movimento cinético não esclarece razão de ser protagonismo teológico do movimento acepção translativa
  - 2 ambiguidade metafísica radical entre carácter divino do motor imóvel e o carácter motriz do ente divino >> não é claro se é Deus quem prova a existência do movimento ou o movimento que prova a existência de Deus
  - 3 quadro fenomenológico atributos divinos [imóvel / incorruptível / eterno] explica existência Deus por causa do movimento mas não se Deus é fundamento ôntico da própria possibilidade causalidade
  - 4 concepção teológica carece critério hermenêutico atributo "divino" qualificador motor imóvel

- ANÁLISE DIAPORÉTICA
  - Metaphysica constituição Teologia Deus = causa primeira Movimento = postulado razão lógica
  - escrutínio metafísico substância divina > atributos [imóvel, incorruptível, eterna, acto puro, vida auto-inteligida] releva filosofia teológica / não fenomenologia da experiência religiosa
  - analítica causal movimento resulta esvaziamento religioso substância divina
  - a suprema substância divina 1. não é cosmogénica, 2. não cria o mundo *ex nihilo* >> é 1. cinética = princípio motriz 2. impassível "intelecção do inteligir-se de si própria" [cf. ARIST., *Metaph.*, XII, 7, 1072b 18-24] >> solipsismo divino

- VISLUMBRE HORIZONTE RELIGIOSO…

  - tradição ancestral > autointerpretação descomprometida Aristóteles Metaph. XII, 8, 1074b 1 ss > crítica oblíqua politeísmo religioso

    «foi transmitido pelos antigos e antepassados na figuração de um mito que perdurou para as gerações vindouras, que estes <corpos celestes> são deuses e que o divino reveste toda a natureza. O restante foi mais tarde acrescentado de forma mitológica, com a finalidade de persuadir a massa popular em proveito das leis e do interesse comum; referem alguns outros que <os deuses> se assemelham à forma humana e a outros animais»

  - experiência sapiencial > interpretação diferida estudiosos > escrevi algures que na filosofia grega se insinua

    «uma manifesta tendência para assimilar a acção do sábio à acção divina e, inversamente, em transferir para o divino os traços morais próprios do sábio, de tal forma que Pierre Hadot chega mesmo, no contexto da filosofia antiga, a vislumbrar o influxo de uma «théologie du sage» [HADOT Pierre, «La figure do sage», *in Études de philosophie ancienne*, *op.cit*., 238]. <Eu próprio estou em crer que> Tanto no platonismo como no aristotelismo, bem como nas ramificações helenísticas do estoicismo, essa imediata associação da omnipotência divina à perfeição moral germina num rico subsolo de múltiplas fertilizações cruzadas de que a experiência religiosa e a teologia especulativa são tão-só duas das suas múltiplas expressões possíveis. Na verdade, não é preciso ir muito longe para se perceber como em Platão, por exemplo, Deus aparece dotado de qualidades morais intrínsecas: na *Res publica* v.g. é referido como «bom, verdadeiro e simples» [Cf. PLAT., *R.*, 379 b ss.]; já no *Phaedro* como «belo, sábio e bom» [Cf. *Idem*, *Phdr.*, 246 d]; no *Timaeus* enfim como «bom, generoso e fazendo tudo pelo melhor», [Cf. *Idem*, *Ti.*, 29 e – 30 a]. <Curioso é notar que> A mesma homologação circular da figura do sábio à figura de Deus também pode ser observada em Aristóteles [não propriamente na Metafísica, como temos estado a ver, mas no estofo da sua filosofia prática. Com efeito,] Segundo a *Ethica Nicomachea*, esses raros momentos em que o filósofo se diferencia dos restantes mortais pela actividade de pensamento ou de contemplação, representam os momentos de maior prazer e felicidade durante os quais o homem pode fruir uma

> espécie de presença divina que (…) [de quando em vez] e por breves lapsos de tempo (…) o homem dela pode fruir [cf. ARIST., *EN*, X, 7, 1177b 25 ss]. Pierre Hadot, condensa (…) admiravelmente essa [experiência tangencial] ao referir que *esses raros momentos de pensamento puro que parecem, de acordo com o livro X da Ética a Nicómaco, estar acima da condição humana, excedendo-a como vida divina, corresponde, no entanto, ao que é mais adequado para homem, ou seja a vida segundo o Espírito. Encontramos aqui um tema fundamental: a sabedoria é o estado em que o homem é essencialmente homem e acima do homem, como se a essência do homem consistisse em estar acima de si mesmo* [Cf. HADOT Pierre, «La figure du sage», *in Études de philosophie ancienne*, op. *cit.*, 239]»

BIBLIOGRAFIA

BODEUS Richard, *Aristote et la theologie des vivants immortels*, Paris: Les Belles Lettres, 1992

BROADIE Sarah, «Que fait le premier moteur d'Aristote? Sur la theologie du livre Lambda de la Metaphysique», trad. par Jacques BRUNSCHWIG, in *Revue Philosophique de la France et de l'Etranger* 118 (1993) 2, 375-411

CARMEN SANCHEZ Maria del, «La teologia de Aristoteles», in *Agora: papeles de filosofia* 10 (1991) 193-198

NATALI Carlo, *Cosmo e divinita. La struttura logica della teologia aristotelica*, L'Aquila: L.U. Japadre, 1974

II – Planos de módulos lectivos (2009-2020)

Metodologia Científica & Filosofia

UC Seminário Investigação II
Doutoramento Filosofia 2016-17

Módulo lectivo 1

PONTO PROGRAMÁTICO
Caracterização metodológica e operacionalização selectiva da bibliografia primária e secundária
OBJECTIVO APRENDIZAGEM
Escolher e justificar uma temática e uma problemática do projecto de tese

DESENVOLVIMENTO

1. Um trabalho de investigação

Etapas do processo de investigação

Conceptualização	1. A identificação do problema 2. A exploração do problema 3. A formulação do problema
Construção	4. A construção do modelo de análise
Verificação	5. A recolha de informações 6. A análise das informações 7. As conclusões

2. A estrutura

Lista de capítulos de um trabalho de investigação

- Índice / Sumário
- Agradecimentos
- Resumo
- Introdução
- Método
- Desenvolvimento Teórico
- Resultados conclusivos
- Bibliografia
- Anexos (se existirem)
- Glossário (se existir)
- Índice Remissivo (se existir)

Agradecimentos: gratidão autor personalidades contributo elaboração tese

Resumo: síntese investigação máx. 1 pag. >> explicitação breve objetivos, metodologia, formulação hipóteses e resultados >> geralmente acompanhado "Abstract" versão inglesa

Introdução: várias páginas explicitação

- exposição problema

- estado atual conhecimento problema em função estudos preexistentes

- definição objetivos do trabalho

- apresentação conjectural hipóteses investigação

- breve indicação conteúdo diversos capítulos

- informações limitações investigação

- resumo resultados

Método: estratégia procedimental adotada [áreas Psicologia, Educação, Ciências Sociais e Gestão >> descrição técnicas estatísticas verificação das hipóteses / definição amostras / instrumentos utilizados / concepção questionários >> Filosofia descrição técnicas comparativística / histórico-crítico-textual / fenomenológica / indutivista / silogística…

Desenvolvimento teórico: corpo principal texto contextualização e desenvolvimento tese >> apresentação panorâmica exaustiva problema / definição rigorosa objetivos estudo / estabelecimento conjectural hipóteses

Resultados conclusivos: apresentação fundamentada conclusões >> súmula principais resultados / verificação e validação hipóteses apresentadas início / limitações investigação / indicações prospectivas pesquisa futura

Bibliografia: apresentada forma ordenada / normas referenciação bibliográfica / conter apenas obras lidas, consultadas, aludidas e citadas >> textos Internet documentos voláteis indicação explícita url data download

3. Saber problematizar para problematizar o saber…

3.1. Pesquisar é resolver um problema

- Não há boas respostas sem questões bem colocada…
- "Qual é exatamente o problema?" > pergunta fatal arguente tese
- Pesquisa válida = problema bem identificado [n/ resposta desejada…]
- Escolher objeto esquisa si > muito mais que escolher método a aplicar
- Nem todos métodos adequados qualquer ojecto > pesquisa sujeita camisa forças metodologia
- Risco > obsessão técnicas metodológicas // perda substância investigação

3.2. Um problema "con-sentido": a problemática

- Ecossistema investigação > criar 'ambiente de pesquisa' entre os alunos" >> resultado discussões / conversas / projectos / questõoes

- Arte de problematizar > expectativas / impacto / implicações investigação

- Explicitação problema específico > ponderação meios disponíveis [= recursos temperamentais / cogniitivos / institucionais / logísticos] // ojectivação fim visado [esforço estocástico apontar alvo]

- Superar difícil transição problema "intuído" para mim → problema "explicitado" para o outro contexto dialéctico [argumentação testada] >> validação científica

- Domínio fontes de informação >> problematizar = delimitar objecto pesquisa / identificar ângulo observação e incidência / informar-se fiabilidade visões teóricas exógenas [= a-propriadas] / especificar perspectivas originais [próprias] / exercer juízo crítico literatura disponível

3.3. Um problema precisa de uma solução à medida: a metodologia "a-propriada"

«As obras sobre pesquisa científica e os manuais de metodologia dedicam de um modo geral muitas páginas à apresentação de diversas técnicas de investigação. Todavia, isso é o normalmente se espera de um livro de receitas: basta apenas escolher uma delas e aplicá-la meticulosamente para obter o resultado pretendido. O problema é que certos investigadores, especialmente os iniciados, escolhem um método a partir de um dos modelos apresentados em catálogo, ao invés de construir um dispositivo metodológico sob medida para o seu problema específico. Sucede mais ou menos como naquela piada em que um bêbado procura as chaves perdidas durante a sua deambulação junto a um candeeiro pública, não por tê-las deixado cair lá, mas simplesmente porque lá é que há luz!...» [Christian LAVILLE, *Um diálogo entre o objeto e o método: reflexões acerca da metodologia da pesquisa*].

Módulo lectivo 2

PONTO PROGRAMÁTICO
Caracterização metodológica e operacionalização selectiva da bibliografia primária e secundária
OBJECTIVO APRENDIZAGEM
Dominar a bibliografia primária e secundária adequada ao tema da tese escolhido

DESENVOLVIMENTO: à procura do material…

1. A acessibilidade das fontes

1.1. Fontes do trabalho científico

- Tipificação

>> objecto autor / obra / pensamento

> escritos de … = literatura primária // livros sobre … literatura secundária a) crítica b) expositiva // livros a propósito = literatura subsidiária

> fontes primárias = clássicos

> obras de referência = enciclopédias / histórias / dicionários

> monografias = obras autógrafas / circum-temáticas

> periódicos = publicação cíclica / especialização área

> webografia = informação volátil

>> objecto fenómeno humano [comportamental / cultural / social / económico / político]

> dados coligidos [dados estatísticos, entrevistas, inquéritos, material multimédia] / informação processada [interpretação] = fontes "primárias"
> literatura primária = estudos críticos // literatura secundária = relatórios
> obras de referência / monografias / periódicos / webografia = ibidem supra

>> NB distinguir bem fontes primárias clássicas – fontes literatura primária – literatura primária crítica >> risco confundir leitura directa dos textos primários # compilação interpretações sobre autor [excepto se tese incidir sobre crítica linha interpretativa…] >> importante delimitar claramente objecto tese [e manter "tom"]: "acerca de X" ou "sobre o que outros disseram acerca de X"?

- Critérios acesso fontes

>> saber onde se encontram [Biblioteca / site]
>> saber como aceder-lhes [informação catalogada base dados / motor de busca]
>> saber como manuseá-las [domínio língua original consulta edições críticas]

- Condições sine qua non operacionalização levantamento bibliográfico

>> objecto tema autor/obra/pensamento > exigência leitura toda literatura primária no original autor e secundária e crítica tema [ex. tese acerca X] // exigência leitura toda literatura secundária e crítica tema e selecção obras autor tradução fiável [ex. tese sobre linha interpretativa acerca de X]
>> objecto tema fenómeno humano > exigência leitura toda literatura primária = estudos críticos // literatura secundária = relatórios

1.2. Fontes de primeira e de segunda mão

- Fonte de primeira mão

>> critério elegibilidade: edição original / edição crítica

>> n/ são fontes em primeira mão mas fontes em segunda mão

> traduções [= acesso indirecto e limitado a algo fora do alcance = língua original da fonte em primeira mão]
> antologias [= agregação selectiva de fontes que outros já viram]
> resenhas [= resumos condensados de traduções acomodatícias]

>> as citações de fontes devem provir sempre de edições originais e/ou críticas > nunca se deve citar uma fonte a partir de literatura secundária e/ou subsidiárias "fingindo" que se teve acesso a ela [pq. n/ há controlo da fiabilidade da tradução]

>> quando se desconfia da proveniência de uma citação utilizada em fontes de segunda mão > recorrer sempre à versão da fonte em primeira mão

>> NB Resistir sempre tentação > pressão terminar tese >> incluir na bibliografia obras que não leu >> aludir nas notas de rodapé a obras que não leu/consultou/folheou

2. A investigação bibliográfica

2.1. Como utilizar a biblioteca

- Dupla possibilidade
  >> com bibliografia em mão para aferir da existência das obras
  >> para constituir uma bibliografia de raiz > paradoxo procurar o que ainda não se conhece = alma investigação

- Consulta catálogo por assuntos

>> começar por Biblioteca conhecida > instituição onde se realiza pesquisa
> vantagem do motor de busca interno catálogos consulta virtual
> começar por pesquisar intuitivamente por "títulos" obras
> desdobrar a pesquisa por línguas
> consultar bibliografias obras inicialmente levantadas > levantamento bibliográfico colateral > umas obras levam a outras

>> caso inacessibilidade imediata obra pretendida complementar pesquisa PORBASE = base nacional de existências bibliográficas em catálogos de Bibliotecas > recurso empréstimos inter-bibliotecas

>> incursão Internet levantamento acesso lacunas residuais

2.2. Como abordar a bibliografia

- criar uma listagem onde se vai registando tudo o que interessa ou se pensa poder vir a interessar à investigação

- organizar a listagem por ordem alfabética de autor

- procurar registar o mais completamente possível com os dados referenciais: AUTOR, *Obra*, Cidade, Editora, ano, págs. [se houver algum aspecto lacunar, deixar o registo a uma cor diferente, para ser completado mais tarde…]

- ir actualizando a lista por ordem alfabética à medida que vão sendo inseridas novas referências

  >> NB: este procedimento facilita a construção da secção da bibliografia final na dissertação

2.3. A referenciação bibliográfica

NB consultar modelos citação bibliográfica plataforma Moodle: 1) MLA [Modern Language Association] = letras e ciências humanas; 2) APA [American Psychological Association] = ciências sociais

- REGRAS "GENÉRICAS"/"INDICATIVAS" REFERENCIAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

>> OBRAS UNIPESSOAIS

1. APELIDO (maiusculizado ou não) e Nome de autor (precedido de vírgula ou não), com eventuais indicações sobre pseudónimos ou falsas atribuições >> elemento identificável não na capa, mas na folha de rosto (= frontispício)

2. *Título* (e subtítulo se for o caso) da obra em itálico >> elemento identificável não na capa, mas na folha de rosto (= frontispício)

[3. se for o caso indicação dos volumes ou tomos que compõem a obra]

[4. se for o caso Nome e apelido (maiusculizado ou não) do tradutor; neste caso logo a seguir ao título traduzido colocar entre parênteses recto todos os elementos identificativos da edição original na língua original: Título, Local de edição, Responsabilidade editorial e Data de edição]

5. Local de edição (= toponímico); se for omisso usa-se a abreviatura latina *s.l.* (= *sine loco* = sem local) em itálico >> elemento identificável nas primeiras ou numa das últimas páginas

6. Responsável editorial; se for omisso não se indica nada

7. Data de edição; se for omissa usa-se a abreviatura latina *s.d.* (= *sine data* = sem data) em itálico

[8. se for o caso indicação entre parêntises sobre número da edição mais recente e data da mesma]

9. Número de páginas [facultativamente precedido das abreviaturas p./pg. ou pp.]

>> OBRAS COLECTIVAS

1. APELIDO (maiusculizado ou não) e Nome do(s) autor(es) separados por hífen, seguido das abreviaturas eds. ou coords. ou orgs. entre parêntises; para mais de três autores APELIDO (maiusculizado ou não) e Nome do autor principal seguido da abreviatura latina *et al.* (= *et alii* = e outros mais) em itálico >> elemento identificável não na capa, mas na folha de rosto (= frontispício) // ou facultativamente sigla latina de autoria colectiva AAVV (= *auctores varii* = vários autores)

2. *Título* (e subtítulo se for o caso) da obra em itálico >> elemento identificável não na capa, mas na folha de rosto (= frontispício)

3. Local de edição (= toponímico); se for omisso usa-se a abreviatura latina *s.l.* (= *sine loco* = sem local) >> elemento identificável nas primeiras ou numa das últimas páginas

4. Responsável editorial; se for omisso não se indica nada

5. Data de edição; se for omissa usa-se a abreviatura latina *s.d.* (= *sine data* = sem data)

6 Indicação entre parêntises sobre número da edição mais recente e data da mesma

7. Número de páginas [facultativamente precedido das abreviaturas p./pg. ou pp.]

>> ARTIGOS DE PERIÓDICOS

1. APELIDO (maiusculizado ou não) e Nome de autor (precedido de vírgula ou não)

2. «Título» (e subtítulo se for o caso) do artigo entre aspas [altas " " ou baixas « »]

3. *Título* do periódico em itálico precedido de "*in*" em itálico

4. Volume e/ou número do fascículo

5. Ano de publicação (entre parêntises ou vírgulas)

[6. se for o caso Número de série]

7. Páginas que abrangem o artigo [facultativamente precedido das abreviaturas p./pg. ou pp.]

>> TEXTOS UNIPESSOAIS EM FORMA DE CAPÍTULO EM OBRA COLECTIVA / COMUNICAÇÃO ESCRITA EM ACTAS DE CONGRESSO

1. APELIDO (maiusculizado ou não) e Nome de autor (precedido de vírgula ou não)

2. «Título» (e subtítulo se for o caso) do artigo entre aspas [altas " " ou baixas « »]

3. *Título* da obra colectiva/actas congresso precedido de "*in*" em itálico

4. Nome e APELIDO (maiusculizado ou não) do responsável pela obra precedido das abreviaturas ed. ou coord. ou org.

5. Local de edição

6. Responsável editorial

7. Data de edição

8. Páginas que abrangem o texto [facultativamente precedido das abreviaturas p./pg. ou pp.]

>> NB Regras de ouro "3 C's": 1. Clareza (economia olhar) 2. Completude (integridade) 3. Consistência (uniformidade)

2.4. Que livros ler? E por que ordem?

- Cronograma leitutas
  >> começar por abordar dois ou três textos críticos dos mais gerais > ideia do território temático em que a investigação se vai mover
  >> tacar directamente o autor original / objecto de incidência procurando esgotar problematologicamente todos os ângulos de abordagem
  >> examinar a literatura crítica secundária
  >> voltar a analisar autor/tema à luz dos resultados

- Modelo de progressão leitura >> escolher a que for pessoalmente mais eficaz
  > linear > sequenciação explicativa
  > espiral > amplificação interpretativa
  > puzzle > agregação compreensiva

>> NB: nunca prescindir apertada malha de anotações > úteis mais tarde urdidura final narrativa dissertação

OPERACIONALIZAÇÃO EXEMPLIFICATIVA

Texto escrito 3 páginas listagem bibliografia metodologicamente referenciada em função do tema problematizado

literatura primária

fontes primárias = clássicos

literatura secundária

a) crítica
b) expositiva

literatura subsidiária

obras de referência

a) enciclopédias
b) histórias
c) dicionários

monografias

periódicos

webografia

[se for o caso >> objecto fenómeno humano [comportamental / cultural / social / económico / político]

> dados coligidos [dados estatísticos, entrevistas, inquéritos, material multimédia] / informação processada [interpretação] = fontes "primárias"
> literatura primária = estudos críticos // literatura secundária = relatórios
> obras de referência / monografias / periódicos / webografia = ibidem supra]

Módulo lectivo 3

PONTO PROGRAMÁTICO
Caracterização metodológica, operacionalização selectiva e elaboração do estado da arte
OBJECTIVO APRENDIZAGEM
Redigir um *paper* sobre o "estado da arte" relativo à temática e problemática da tese

DESENVOLVIMENTO
estado arte / estado questão // revisão literatura

1. Relevância

- entender e encaminhar processo produção científica
- mobilização recursos hermenêuticos > intuição / reflexão / imaginação [n/ apenas lógica]

2. Finalidade

- levantamento bibliográfico rigoroso/exaustivo > registo estado actual ciência objecto pesquisa
  >> objectivos da pesquisa
  >> delimitação do problema
  >> construção criativa/original da tese

- busca seletiva/crítica fontes informação
  >> rastreio produção científica > inventário descritivo
  >> estudos "perímetro" pesquisa
  >> mapear/discutir produção acadêmica campo específico conhecimento

3. Tipificação sinóptica

Características	Estado Questão Ciênc. sociais-humanas	Estado Arte Ciênc. sociais-humanas	Revisão Literatura Ciênc. naturais-exactas
Objetivos	Delimitar e caracterizar o objecto (específico) de investigação de interesse do pesquisador e a consequente identificação e definição das categorias centrais de abordagem teórico-metodológica	Mapear e discutir uma certa produção científica/académica em determinado campo de conhecimento	Desenvolver a base teórica de sustentação/análise do estudo em torno da definição de categorias centrais da investigação
Procedimentos	Levantamento bibliográfico selectivo para identificar, situar e definir o objecto de investigação e as categorias de análise	Levantamento bibliográfico em catálogos relacionados com um campo de investigação	Levantamento bibliográfico para a compreensão e explicitação de teorias e categorias relacionadas com o objecto de investigação identificado
Fontes Consulta	Teses / Dissertações / Estudos teóricos / Relatórios de pesquisa	Catálogos de fontes de produção científica	Teses / Dissertações / Estudos teóricos / Relatórios de pesquisa
Resultados	Delimitação e esclarecimento da contribuição original para o campo científico	Inventário descritivo da produção académica e científica sobre o tema investigado	Identificação do referencial de análise dos dados recolhidos na pesquisa

4. Operacionalização

- esclarecimento texto narrativo posição investigador relativamente

  >> objecto de estudo

  >> concepção de ciência

  >> contribuição epistémica campo conhecimento

- sete indicadores exibir texto capítulo estado arte/questão

1. **domínio literatura** capaz referenciar/sustentar/contraditar tese > análise e discussão ideias
2. **desenvolvimento crítico** articulado com literatura delimitada
3. **domínio conceptual noções**
   > organizar coerência ideias / perspectivas / teorias relevantes para interpretar e explorar tema
   > em confronto dialéctico com ideias / perspectivas / teorias analisadas literatura delimitada
4. **lógica construção capítulo** "estado da questão"
   > capacidade síntese no processo de desenvolvimento do argumento
   > por trás palco dramático pesquisa existe vida investigador dotada inteligência / sensibilidade / criatividade percurso demandas concretas
5. **elaboração argumentação** moldar desenvolvimento texto "estado da questão"
   > arqueologia subjectiva escolha/delimitação ponto partida
   > competência / habilidade narrativa elaboração texto orgânico evitando junção informações por estratificação ou *patch work* [= sinaliza falta planeamento metodológico e "voz própria" narrativa]
6. **síntese contribuição original** tema pesquisado
   > ponto apoio estudos / posições / discussões teóricas [// evidências empíricas / factuais]
   > dinâmica activada argumentação própria/a-propriada [= adequada / interiorizada]
7. **texto apresentado forma coerente/clara**
   > demonstrando o que foi estudado/encontrado
   > estando atento coerência interna e encadeamento lógico ideias
   > evitando erros narrativos 1. ida e vinda 2. circularidade 3. repetição > dificultam apreensão texto > transmitem imagem 1. imaturidade argumentativa 2. desorganização metodológica 3. incompetência investigativa

Medicina & Filosofia

Mestrado em Medicina 2009-10 / 2019-20

UC Arte da Medicina
Módulo 1: Fundamentos da Ética e da Moral
Módulo 2: As origens da Medicina na Antiguidade
Módulo 3: Dor e sofrimento em contexto clínico

UNIVERSIDADE BEIRA INTERIOR
Faculdade de Ciências da Saúde
Curso de Medicina

Módulo Arte da Medicina (1º Ano)

UP1 ÉTICA E MORAL NO EXERCÍCIO MÉDICO
Tema: *Fundamentos da Ética e da Moral*

António Campelo Amaral

TEXTOS BASE

[ficheiros disponíveis plataforma on-line]

RICOEUR Paul, *Ética e moral*, trad. A. Amaral, Covilhã: lusosofia.net, 2011

RICOEUR Paul, *Os três níveis do juízo médico*, trad. J. Rosa, Covilhã: lusosofia.net, 2010

OBJECTIVOS

- Explicitar e diferença terminológica entre ética e moral, a partir do significado originário das noções de carácter (*êthos*) e hábito (*éthos*).
- Evidenciar as bases teóricas que subjazem ao modelo teleológico da ética aristotélica, bem como ao modelo deontológico da moral kantiana.
- Formular a correlação conceptual entre as noções de moralidade e de eticidade
- Tipificar os níveis de avaliação prudencial, deontológica e reflexiva que se encontram em jogo na decisão clínica

Incursão etimológica na génese dos termos "ética" e "moral"

Raiz indo-europeia

- o termo "ética" grego êthos provém de uma raiz indo -europeia *swedh = toca/abrigo
- épica homérica > "local de permanência" = partilha espaço vital animais (reunidos abrigo / local de alimentação) e humanos (função de guarda e cuidado)
- o sentido originário remete para o "si"

1. reflexo ["a si"]
2. relacional ["entre si"]
3. determinativo ["de si"]
4. possessivo ["para si"]

- experiências elementares de "auto -referencialidade" e de "pertença" (atributiva, possessiva e demonstrativa)
- noções relacionais > ethnos [tribo, povo], héteros [outro, diferente]

☞ **O termo "ética" evoca na raiz etimológica**

- polaridade "eu-tu"
- reciprocidade entre "si mesmos" iguais e "si próprios" diferentes
- horizonte domiciliário = espaço vital simbiose
- ecossistema sustentável de relações

☞ **Metamorfose semântica do termo êthos**

- Aristóteles >> ideia de abrigo e refúgio cedeu lugar à de "carácter" = "estado de espírito" = "disposição" [> "interioridade humana" dos actos comportamentais] // homófono éthos = "marca" ou "característica" pela repetição sucessiva de actos >> padrão comportamental designado de "hábito" [> mais tarde o "agir habitual" ou "o que é costume fazer"]
- Cícero >> adaptação textos éticos Aristóteles às exigências tradição jurídica romana > dois sentidos originários êthos/disposição-éthos/hábito fundidos na tradução ciceroniana de *mos* [*mores* na forma plural] com o sentido único de "hábito", "costume", "preceito" [> significados conservados ainda hoje no termo moral = sistema indutor e regulador de comportamentos / condutas / procedimentos]

- No sentido moral de éthos [mores = costumes] insinua-se ainda de forma latente a significação ética de "estilo-de-vida"/"forma-de-agir" do termo original êthos [domicílio] que a tradução latina ciceroniana e a tradição jurídica romana eclipsou

☞ Após longo processo cultural de reconfiguração semântica > hoje em dia o termo "moral" designa

- padrões comportamentais induzidos por habituação
- instâncias prescritivas formuladas ou formalizadas em
  1. mandamentos religiosos
  2. preceitos sociais
  3. normas jurídico-morais [// códigos de conduta]

👁 Bipolarização histórica entre ética aristotélica e moral kantiana

☞ Tradição cultural Ocidente > esquecimento da diferença originária entre êthos/éthos é compensado na bipolarização de dois paradigmas

- filosofia da acção em Aristóteles

[Obra fundamental: «Ética a Nicómaco»]
1. inclinação fundamental para o bem
2. concepção teleológica do agir virtuoso
3. aquisição de bons hábitos a partir da formação de um bom carácter
4. vida feliz de acordo com a razão > bem comum

- racionalidade prática em Kant

[Obra fundamental: Fundamentação da Metafísica dos Costumes]
1. vocação necessária para a autonomia
2. fundamentação deontológica dos costumes
3. obrigações realizadas segundo imperativos categóricos
4. agir racionalmente por puro dever > conformidade prática entre vontade e liberdade

- desafio actual > simbiose 1. ética aristotélica (eudemónica = felicidade) e 2. moral kantiana (deontológica = dever) >> reconvocar a esquecida diferença originária entre êthos e éthos > modelo de acção que compatibiliza

- carácter (cf. A) / hábito (cf. K)

- virtude (cf. A) / dever (cf. K)

- felicidade (cf. A) / obrigação (cf. K)

>> acto de decisão = vinculação do princípio universal formal ao caso particular material

«Haverá necessidade de distinguir entre ética e moral? Verdade seja dita, nada na etimologia ou na história do uso das palavras o impõe: uma provém do grego, a outra do latim, e ambas remetem para a ideia de costumes (*ethos*, mores). Podemos, todavia, vislumbrar uma subtil diferença consoante se acentua o que é estimado como bom ou o que se impõe como obrigatório. É por convenção que reservarei o termo "ética" para o desígnio de uma vida consumada sob o signo das acções estimadas como boas, e o de "moral" para o aspecto obrigatório, marcado por normas, obrigações e interdições caracterizadas simultaneamente por uma exigência de universalidade e por um efeito de coerção. Na distinção entre o desígnio de uma vida boa e a obediência às normas, facilmente se reconhecerá a oposição entre duas heranças: a herança aristotélica, onde a ética é caracterizada pela sua perspectiva teleológica (de *telos*, que significa "fim"); e uma herança kantiana onde a moral é definida pelo carácter de obrigação da norma e, portanto, por um ponto de vista deontológico (deontológico significando precisamente "dever").»

[RICOEUR Paul, *Ética e Moral*, pp. 3-4]

Sistematização conceptual da moralidade e da eticidade

Significados de "moral" (substantivo)

Sentidos	Exemplos
1. Sistema de normas ou valores [= axiologia] vigentes numa dada sociedade	A moral da sociedade chinesa antiga
2. Conjunto de princípios e normas de conduta de uma pessoa ou comunidade	Uma moral aristocrática ou ascética
3. Conjunto de princípios ou normas morais válidas universal e incondicionalmente	A "verdadeira" moral
4. Doutrina moral baseada numa tradição ou cosmovisão (religiosa, filosófica, ideológica)	A moral judaico-cristã
5. Disposição emocional do ânimo; estado de alma ou de espírito	O moral da equipa
6. Esfera de orientação da existência	O moral não coincide inteiramente com o jurídico; o moral pode coincidir com o político; o religioso e o moral não são necessariamente coincidentes

Significados de "moral" (adjectivo)

Sentidos	Exemplos
X age de forma "moral" > realiza actos conformes ao código normativo e aos imperativos de consciência	X age rectamente segundo princípios e de acordo com a sua consciência > X é um indivíduo moral
Y age de maneira "imoral" > realiza actos desconformes ou contrários ao código normativo e aos imperativos de consciência	Y age incorrectamente contra princípios orientadores e a sua consciência > Y é um indivíduo imoral
Z age de modo "amoral" > realiza actos desprovidos de senso moral ou indiferentes à dimensão moral	Z age sem quaisquer princípios e de forma inconsciente > Z é um indivíduo amoral

Configurações éticas da moralidade

- Moral deontológica > agir por dever [risco de legalismo e perfeccionismo = arrogância moral] >> Ética da convicção
- Moral teleológica > agir em vista de um fim supremo [risco de idealismo = auto-satisfação moral] >> Ética da aspiração
- Moral intersubjectiva > agir com benevolência [desafio da interfacialidade] >> Ética da responsabilidade

☞ Eticizar a moral

- Discurso sobre a acção "moral" > dizer o que se faz (descrever, explicar, justificar, teorizar)
- Realização "moral" do discurso > fazer o que se diz (cumprir, efectivar, vincular)
- NARRATIVA ÉTICA DA ACÇÃO [= ACÇÃO DISCURSIVA] > ler a acção (decidir)

☞ Textura ética da decisão > 3 pressupostos

1) o primado da ética sobre a moral

2) a necessidade de o desígnio ético passar pelo crivo da norma

3) a possibilidade de um recurso da norma ao desígnio ético, dado que a norma conduz a impasses (conflituais ou dilemáticos) que só uma sabedoria prática atenta à singularidade das situações consegue superar

« <Dou um exemplo>: O médico consultado em contexto prisional não pode exercer em pleno uma vocação definida pelo dever de assistência e de cuidados a partir do momento em que a própria situação na qual é chamado a intervir constitui um atentado à liberdade e à saúde, requerido precisamente pela regras do sistema prisional. Para o médico individual, a escolha joga-se entre aplicar sem concessões os compromissos assumidos no Juramento Hipocrático, sob o risco de ser expulso do sistema prisional, e consentir aos constrangimentos constitutivos deste meio o mínimo de excepções compatíveis com o respeito por si, o respeito pelo outro e o respeito pela regra. Não existe mais nenhuma regra para decidir entre as regras, mas apenas, uma vez mais ainda, o recurso à sabedoria prática, próxima da que Aristóteles designava com o termo *phronesis* (= prudência) <no tratado> *Ética a Nicómaco*. É exactamente este o caso do juízo moral em situação.»

[RICOEUR Paul, *Ética e Moral*, pg. 17]

Tematização prospectiva da decisão clínica

Abordagem terapêutica > 3 níveis de juízo clínico

1) nível prudencial (grg. *phronesis* / lat. *prudentia* = avaliação crítica)

> faculdade de julgar em situações singulares

> médico e paciente individual são colocados em relação interpessoal (S-S)

> juízos assentam numa sabedoria prática (intuitiva e indutiva) resultante da aprendizagem e do exercício clínico

>> desafio: SABER EXPERIENCIADO DA ARTE MÉDICA

2) nível deontológico (grg. *deon* = necessário)

> faculdade de julgar em função de um contexto normativo

> enquadramento jurídico e procedimental do exercício clínico transcende a relação médico/paciente

> juízos baseiam-se em "códigos deontológicos" da Medicina

>> desafio: CODIFICAÇÃO NORMATIVA DA FUNÇÃO CLÍNICA

3) nível reflexivo (latim *reflectio* = retorno)
> faculdade de legitimar a conexão de juízos prudenciais e deontológicos evitando o impasse decisionário
> necessidade de julgar em contexto crítico ou situação-limite (campo da bioética)
> juízos enraízam-se numa tomada-de-decisão (// decision-making) que entrelaça
* a vinculação do médico à universalidade da norma (Juramento hipocrático, moldura legal vigente, imperativos morais de consciência, etc.)
* a adesão do paciente à singularidade de uma mundividência (// sentido da vida, da saúde, da felicidade, etc.)
>> desafio: COMPREENSÃO ANTROPOLÓGICA DA TAREFA TERAPÊUTICA

☞ Fundamentação filosófica dos três níveis de juízo clínico

1) pacto de confiança > nível prudencial

> erupção singular do sofrimento patológico

> pacto de fiducidariedade/fidelidade/confidencialidade Terapeuta - Paciente

> relação intersubjectiva não diametralmente oposta mas dissimétrica

> atenção à semântica da vulnerabilidade > narrativa do corpo/discurso

> circuito terapêutico: benevolência – dedicação – solicitude

2) contrato médico > nível deontológico

> juramento hipocrático = promessa performativa contrato existencial entre paciente (dever de dizer a verdade e direito de recusar tratamento) e médico (dever de informar e não causar dano e direito de objecção de consciência)

> universalização de preceitos relativos ao pacto de cuidados em vista de boas práticas [evitar limiar crítico do abuso de poder e da negligência por omissão]

> compromisso jurídico-moral bipolarizado entre consentimento informado (do paciente) e sigilo clínico (do médico)

3) entrelinhas e limites da normatividade > nível reflexivo

> legitimação da normatividade = o que fazer perante conflito de normas?

> enraizamento da noção de saúde (e correlativa noção de doença) na percepção do bem-estar e da felicidade

> prospecção interpretativa do significado de viver bem e do sentido último do sofrimento

«A fragilidade específica da ética médica (...) exprime-se em termos diferentes, mas convergentes, nos três níveis da ética médica. No plano prudencial, esta fragilidade é expressa pela dialéctica da confiança e da desconfiança que fragiliza o pacto de cuidados e o seu preceito de confidencialidade. (...) É a uma fragilidade de outra espécie que a ética médica está exposta no plano deontológico. Encontrámo-la expressa acima na dupla ameaça que pesa sobre a prática "humanista" do contrato médico, quer se trate da inevitável objectivação do corpo humano resultante da interferência entre o projecto terapêutico e o projecto epistémico associado à investigação biomédica, quer se trate de tensões entre a solicitude para com o doente enquanto pessoa e a protecção da saúde pública. (...) Mas, evidentemente,é no plano reflexivo do juízo moral que se revelam as modalidades mais intratáveis da fragilidade própria da ética médica. Que relação estabelecemos nós entre o desejo de saúde e o desejo de viver bem? Como é que integramos o sofrimento e a aceitação da mortalidade com a ideia que fazemos de felicidade? Como é que uma sociedade integra na sua concepção de bem comum os estratos heterogéneos depositados na cultura actual pela história sedimentada da solicitude?»

[RICOEUR Paul, *Os três níveis do juízo médico* , pp. 19-20]

UNIVERSIDADE BEIRA INTERIOR
Faculdade de Ciências da Saúde
Curso de Medicina

Módulo Arte da Medicina (1º Ano)

UP2 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DOS SABERES MÉDICOS
Tema: As Origens da Medicina na Antiguidade

António Campelo Amaral

TEXTO BASE:
[ficheiro disponível plataforma on -line]

CARRICK Paul, «The *status* of the physician», in *Medical Ethics in the ancient world* , Washington: Georgetown University Press, 2001, pp. 11-26

OBJECTIVOS

- Evidenciar até que ponto a medicina grega manteve características próprias em comparação com práticas clínicas absorvidas de outros contextos civilizacionais

- Definir o sentido originário das noções clínicas de naturalista (*physikos*), artífice (*tekhnites*), servidor público (*demiourgos*), curador (*iatros*), salvador (*soter*) e bem-estar (*eudaimonia*)

- Explicitar a legitimação da fiabilidade social do acto médico bem como o impacto epistémico da liberdade de acção de que gozava o físico clínico da Grécia antiga no desempenho do seu ofício

- Avaliar criticamente a relação entre médicos e filósofos no contexto da disputa social da formação humanista e cultural do cidadão grego

INTRODUÇÃO

Esclarecimento conceptual

- ***physikos*** **= físico = naturalista = perito na arte médica**
  - **>> termo provém da noção grega *physis***
    - **manifestação do visível >*phyein* = brotar = nascer = NATUREZA [do lat. *natus* = nascido]**
    - **irradiação luminosa > *phos*/*photos* = LUZ**

- ***teknites*** **= artífice = perito numa actividade produtiva**
  - **>> termo provém da noção grega *teknhe***
    - **exercício de uma arte ou ofício**
    - **saber habilitado decorrente dessa perícia**

☞ *Origem da medicina na antiguidade grega > vectores a ter em conta*

- janela espácio-temporal da origem e interacção da medicina grega na antiguidade
  - séc. V a.C. [Hipócrates / ilha de Cós] - séc. II d.C. [Galeno / cidade de Pérgamo
  - vários nichos civilizacionais: mesopotâmico, egípcio, judaico, grego, romano e árabe
- contexto histórico do surgimento e da consolidação da prática médica enquanto "arte"
- dinâmica social em que se enraíza o exercício da arte médica

DESENVOLVIMENTO

OS NATURALISTAS CLÍNICOS NA GRÉCIA ANTIGA

☞ Quem era o naturalista médico na Grécia antiga do séc. V a.C.? Que lugar ocupava na estrutura social?

- **executante ofício especializado > combina perícia 1. artesanal [*tekhne* = *arte* = *savoir faire* = *know how*] e 2. epistémica [*episteme* = observação empírica / explicação racional causalística]**
- **começa por ser considerado um "trabalhador público" // "servidor do bem comum" [*demiourgos*] >> perito especializado em "produzir" saúde**

☞ Perfil sociológico dos "servidores públicos" dedicados à medicina

- **são designados naturalistas [*physikoi* = *peritos estudo da natureza*], sem se confundir com os naturalistas filósofos [*philosophoi* = criadores de teorias explicativas do cosmos]**
- **ocupam o lugar intermédio entre o estatuto privado dos cidadãos particulares e o estatuto público dos cidadãos dedicados à vida política**
- **reconhecimentos social específico actividade clínica >> não se confunde com o plano mercantil dos negócios (transacção de bens), nem com o plano místico e religioso de actividades taumatúrgicas (realização de magia, alquimia, encantamento, exorcismo, etc., de impacto casuístico aleatório)**

☞ **Caracterização dos peritos/naturalistas clínicos [// também chamados *iatroi* para se distinguirem de outro tipo de teóricos/naturalistas, os *philosophoi*]**

- identificam-se simbolicamente com a figura tutelar de Asclépio [= naturalista médico mitificado, sacralizado e elevado ao estatuto de herói semidivino devido ao prestígio dos seus poderes curativos] >> a designação "asclepíada" corresponde a um titulo honorífico e não a uma credibilização religiosa da actividade clínica

- desenvolvem uma actividade autónoma e independente de forma individualou em associação (confrarias, corporações, etc.)

- adquirem formação no contexto existencial de um vínculo familiar (pai-filho) ou no âmbito associativo de um pacto relacional (mestre-discípulo)> tradição clínica hipocrática

INFLUÊNCIA DA MEDICINA EGÍPCIA NA MEDICINA GREGA

☞ **O estado da arte médica no Egipto encontrava-se bastante avançado para o tempo >> os gregos exprimiam admiração por ela em alguns aspectos**

- utilização de drogas medicinais [cuja prescrição se encontra atestada em papiros antigos ainda conservados]

- emprego e desenvolvimento de farmacopeia de incidência curativa [há registo de cópias gregas de fórmulas farmacológicas egípcias]

- recurso a técnicas clínicas de base pré-científica [procedimento indutivo em 3 etapas: 1. exame empírico do paciente baseado na repetição de processos; 2. memorização de observações directas até à obtenção de um padrão de referência; 3. utilização prospectiva do padrão em contexto de diagnóstico e prognóstico múltiplo e diferenciado]

☞ Até que ponto a medicina egípcia influenciou a grega?

- Similitudes evidentes

  * farmacopeia aplicada às terapias
  * reutilização e inclusão de novos dados empíricos na rotina farmacológica em vista de aproximações curativas cada vez mais fiáveis e eficazes
  * teoria causalística da doença baseada na putrefacção de substâncias ingeridas e assimiladas pelo corpo
  * desenvolvimento de purgativos contra infecções corporais internas
  * utilização de testes de gravidez e de confirmação esterilidade feminina
  * emprego de métodos indirectos de prognose pré-natal do sexo e grau de desenvolvimento uterino do feto

- Divergências acentuadas

  * as técnicas clínicas egípcias encontram-se, ao contrário das gregas, fortemente dependentes de ritualizações terapêuticas

  * a medicina egípcia, ao invés da grega, atribui a ocorrência das doenças à acção maléfica de divindades e/ou espíritos perturbadores e incapacitantes

  * diferindo da egípcia, a medicina grega caracteriza-se por demarcar e autonomizar a arte médica de práticas mágicas antecedentes e de explicações mítico-religiosas concorrentes, delimitando-a ao campo da racionalização da natureza

INFLUÊNCIA DA MEDICINA JUDAICA NA MEDICINA GREGA

O impacto da medicina judaica na medicina greco-romana foi diminuto, devido a vários factores

- **a consolidação social de uma actividade médica distinta só ocorreu em Israel a partir do séc. II a.C**
- **apenas numa fase muito tardia desse período foi produzida literatura médica judaica digna desse nome**
- **não existe na Sagrada Escritura hebraica qualquer alusão a uma actividade médica socialmente independente e reconhecida como tal**

A medicina judaica enraiza-se na experiência histórico-civilizacional de uma crença religiosa de tipo soteriológico

Esclarecimento conceptual

>> *soteriologia* = concepção unificadora da vida humana assente numa experiência radical de salvação (individual e/ou colectiva)

>> noção greco-judaico-cristã de *soter* > provém do verbo grego *sozein* = SALVAR = quatro sentidos
1. lançar a mão para defender de um perigo
2. proteger de uma ameaça mortal
3. libertar de um mal
4. curar uma doença

- Deus (= YAHWEH) é para o judeu crente
  - não apenas uma Divindade suprema única e absoluta (monoteísmo), dotada de poder criador e ordenador
  - mas também o supremo Salvador [com todos os atributos intrínsecos > Libertador / Defensor / Protector / Terapeuta >> doador de VIDA]

- A Sagrada Escritura hebraica
  - exorta o judeu piedoso a abster-se de recorrer a práticas de cura mágicas e pagãs (cf. Livro do Profeta Ezequiel 13, 17-23), mas não alude à medicina como arte ou perícia sistematizada
  - não condena as práticas curativas naturais ou artificiais, mas apresenta YAHWEH como único Ser capaz de curar verdadeiramente em sentido amplo (cf. Livro do Êxodo 15, 26)

- A Oração mística e a cura racional [= providenciada pelos recursos curativos naturais] não são incompatíveis, mas complementares na medicina judaica tardia >> três consequências

  - tanto o médico como o paciente devem reconhecer que a sua relação terapêutica está sob tutela de um único e mesmo Deus

  - a eficácia clínica da medicina é a expressão visível de uma bênção ou graça divina

  - o médico é um aliado qualificado de YAHWEH [que é quem cura e dá a vida, num plano soteriológico profundo]

O LICENCIAMENTO DA ARTE MÉDICA NA ANTIGUIDADE

Como se atesta a idoneidade e a fiabilidade do acto médico na antiguidade? Que instância garante e regula o exercício clínico dos naturalistas antigos? Quem sanciona a actividade clínica? >> uma característica comum às culturas egípcia e grega reside na ausência de um sistema de licenciamento da prática clínica

- no contexto egípcio, não são conhecidas práticas reguladoras do acto médico > todavia, ao nível do procedimento terapêutico existe um código rígido de conduta
  - em caso de morte do paciente os médicos não eram normalmente incriminados do ponto de vista penal
  - a condenação jurídica só se verificava quando a morte do paciente decorria de desvio e incúria face aos métodos e práticas tradicionais de tratamento [neste caso a era aplicada ao médico a pena de morte]

- já no caso grego, o exercício da arte médica goza de uma ampla liberdade de actuação
  - o naturalista clínico grego era completamente imune a qualquer sanção penal, em caso de morte do paciente sob o seu cuidado
  - a liberdade de acção clínica dava a possibilidade de exercer a arte sem constrangimentos externos (sociais, políticos, religiosos, etc.) permitindo ao médico grego actuar o melhor que sabia de acordo com o seu treino e aprendizagem

- A ausência de uma regulação oficial exógena da actividade médica >> autonomia do acto clínico

* suscitou a necessidade de criar na comunidade médica um conjunto de princípios de comportamento médico face aos mestres (durante a aprendizagem) e face aos pacientes (durante a relação terapêutica) > o perfil deontológico destas elementares regras de etiqueta relacional estará na base da futura sistematização de um código clínico de conduta formalizado no Juramento hipocrático

* promoveu uma janela de oportunidade individual de experimentação e descoberta científica, contribuindo para o avanço da arte médica

* possibilitou ao médico a introdução de ajustamentos terapêuticos constantes e adaptativos a cada paciente, em qualquer momento do acompanhamento terapêutico e durante o tempo julgado necessário, sem receio de qualquer penalização social ou sanção jurídica

* permitiu a construção da reputação clínica de cada médico de acordo com o grau de sucesso/fracasso da sua actividade terapêutica > a disseminação pública dessa reputação constituía a verdadeira creditação da actividade clínica na ausência de um sistema oficial de licenciamento

A RELAÇÃO ENTRE MÉDICOS E FILÓSOFOS NA GRÉCIA ANTIGA

☞ Não deve surpreender o facto de entre os sécs. V a.C. – II d.C. alguns conhecimentos elementares da arte médica se encontrarem amplamente difundidos na sociedade culta da Grécia antiga > de facto,

- a aprendizagem formal do cidadão grego comum propiciava um contacto com as questões de medicina > no contexto cultural greco-romano a medicina constituía o saber acerca do qual qualquer pessoa formada sabia qualquer coisa
- os naturalistas clínicos gregos redigiam frequentemente opúsculos e tratados de cariz exotérico, isto é destinados a uma ampla divulgação pública
- leigos em medicina envolviam-se frequentemente em discussões com os naturalistas clínicos na praça pública

☞ O ofício filosófico na Grécia antiga soube tirar partido da ampla disseminação pública do saber médico em face do interesse social que suscitava

- o campo clínico era utilizado pelos filósofos como base analógica 1. para clarificar nuances teóricas específicas da filosofia, 2 para ilustrar competências da própria aprendizagem filosófica
- o campo filosófico era utilizado pelos médicos como fundamento cosmológico de alguns modelos 1. de intervenção terapêutica e de 2. interpretação das interações entre o meio físico [ambiental e climático] e o corpo humano

☞ Comparando o nível de prestígio entre naturalistas clínicos e naturalistas filósofos à luz da percepção pública da relevância social das respectivas actividades, verifica-se que

- O filósofo é, em regra geral, mais admirado, devido ao impacto social da sua actividade em termos educativos e políticos [alguns filósofos pré-socráticos foram inclusive legisladores e estadistas]

- todavia, a admiração pública pela filosofia rivaliza com o elevado reconhecimento dispensado ao médico mercê 1. da eficácia prática da sua arte; 2. do facto de a saúde ser universalmente considerada como valor supremo da vida humana; 3. de um efectivo poder e autoridade sociais do médico grego, traduzidos na capacidade para atrair e interessar leigos na matéria por questões relacionadas com a arte médica

- Filósofos e médicos rivalizam socialmente na Grécia antiga para determinarem, em cada um dos seus campos respectivos, o critério de uma **vida boa**
  - enquanto os físicos prescrevem os melhores regimes para manter e promover uma vida saudável > procurando descrever no que consiste uma vida humana em forma
  - os filósofos, por seu turno, prescrevem regras de conduta para manter e aperfeiçoar uma vida recta > procurando definir no que consiste a forma de vida humana

- Apesar das tensões que habitam essa relação, ambas convergem para um ideal de vida humana, transversal a toda a cultura greco-romana: a busca da **felicidade** = ***eudaimonia*** >> cuja raiz etimológica também pode significar, entre outras acepções, bom génio = bom ar = bom aspecto = boa disposição = bem-estar = estar bem >> o que implica manter em perfeito equilíbrio a interacção entre as dimensões física e anímica do ser humano

CONCLUSÃO

Do exposto pode-se concluir sumariamente que

☑ O naturalista clínico grego era considerado, do ponto de vista social, um artífice. Como todos os artífices gregos, era livre de escolher o local, o momento e o modo de exercer a sua arte médica a quem o solicitasse. Normalmente assumia a condição de estrangeiro, percorrendo o território de cidade em cidade, para disponibilizar a sua arte, pela qual era pago. Enquanto dependeu das suas mãos, e enquanto a medicina não fez formalmente parte das ditas artes liberais, o seu estatuto era comparável ao dos restantes servidores públicos ou executantes de ofícios, um pouco abaixo do estrato ocupado pelos poetas, músicos, matemáticos e filósofos. Numa palavra: o físico grego era um trabalhador que dependia totalmente do serviço público que prestava, centrado na arte específica de restaurar a saúde a quem dela estivesse privado.

☑ Na ausência de um sistema oficial de licenciamento, a credibilidade da arte médica dependia em absoluto da reputação que cada médico adquiria pelo reconhecimento público da eficácia das técnicas de cura utilizadas em cada paciente; se tal não sucedesse, facilmente era considerado mais um dos abundantes charlatães de toda a espécie que inundavam os mercados e praças públicas da Grécia antiga. Comparado com os seus congéneres egípcios, o físico grego era livre de planificar autonomamente a sua prática clínica e de introduzir todos os ajustamentos terapêuticos considerados necessários para o completo restabelecimento da saúde do seu paciente. Mesmo mantendo intacta a sua crença religiosa nos deuses, o clínico grego não atribuía à doença qualquer fundamento mítico ou sobrenatural, nem fazia depender a eficácia operativa da sua actividade de práticas mágicas de encantamento, como sucedia com os sacerdotes-médicos egípcios (ligados na altura às hierocracias faraónicas).

☑ Apesar de socialmente equiparado a um artesão entre outros, o naturalista clínico grego foi-se tornando, através dos tempos, mais do que isso: o prestígio público adquirido em torno da sua capacidade para curar [no contexto axiológico de um dos valores supremos da cultura greco-romana: *mens sana in corpore sano*...], conferiu-lhe gradualmente um estatuto de "promotor da saúde" que demarcava e diferenciava a sua arte das restantes artes e ofícios artesanais. Propiciar saúde de forma eficaz com como quem produz um artefacto de forma eficiente, eis a zona de ambiguidade que fez da prática clínica grega uma arte equiparável às restantes artes, mas simultaneamente dotada de uma especificidade muito própria e não redutível a nenhuma delas. A reputação pública decorrente da eficácia desse desempenho foi decisiva para o sucesso social e económico que, desde logo, surgiu associado à arte médica.

☑ A relação entre médicos e filósofos na antiguidade grega é, na sua tensão social e histórica, simultaneamente antagónica e simbiótica. Se, por um lado, os filósofos beneficiaram da rica complexidade e da tangível clareza do linguajar médico e das analogias clínicas, colocando-as ao serviço da sua produção teórica, por outro lado, os físicos clínicos, quando legitimados pela eficácia e pelo prestígio público da sua arte, aproveitaram todo o potencial teórico dos modelos cosmológicos e éticos da filosofia para sugerir os regimes médicos mais válidos em vista de uma vida boa.

UNIVERSIDADE BEIRA INTERIOR
Faculdade de Ciências da Saúde
Curso de Medicina

Módulo Arte da Medicina (1º Ano)

UP3 A MEDICINA PERANTE A DOENÇA, O SOFRIMENTO E A MORTE
Tema *Dor e Sofrimento*

António Campelo Amaral

TEXTOS BASE
[ficheiros disponíveis plataforma on-line]

CANTISTA Pedro, «A dor e a clínica», in AA.VV. (2001), *Dor e Sofrimento. Uma perspectiva interdisciplinar,* Porto: Campo das Letras, 2001, pp. 285 -294

RUBINSTEIN Henri (1994), *La medicina del dolor,* Madrid: Ediciones del Prado, 1994

OBJECTIVOS

- Explicar a ambiguidade da dor enquanto vivência experienciada e enquanto fenómeno clinicamente experimentado
- Evidenciar o carácter aporético do fenómeno doloroso, no intuito científico de o objectivar, quantificar e mensurar, bem como a ambiguidade do fenómeno doloroso quer na sua vertente sintomática (dor aguda), quer na sua vertente patológica (dor crónica)
- Explicitar o impacto axiológico das atitudes valorativas face à dor e ao sofrimento
- Avaliar criticamente o alcance e as insuficiências da definição de dor proposta pela IASP [International Association for the Study of Pain]
- Enumerar e caracterizar sumariamente os componentes e as etapas que, do ponto de vista neuro-fisio-anatómico, determinam a algogénese (origem e manifestação da dor), bem como a panóplia de recursos terapêuticos disponíveis para fazer face às algopatias crónicas e extremas
- Argumentar sobre o direito do paciente a uma terapêutica supressiva ou paliativa da dor em situações-limite de enfermidade incapacitante e/ou irreversível

INTRODUÇÃO

Esclarecimento conceptual

- termo grego *pathos* = vulnerabilidade
  - * SOFRIMENTO
  - * adveniência
  - * afecção

>> experiência fundamental de exposição [clima, influências, acidentes, consequências >> doenças >> dor…]

- termo grego *algos* = incómodo
  - * DOR
  - * mágoa
  - * desconforto

>> experiência circunstancial de mal-estar

☞ **O sofrimento e a dor são dimensões constitutivas da vida** > interpelam o sentido da existência >> experiência **radical de intimidade e solidão**

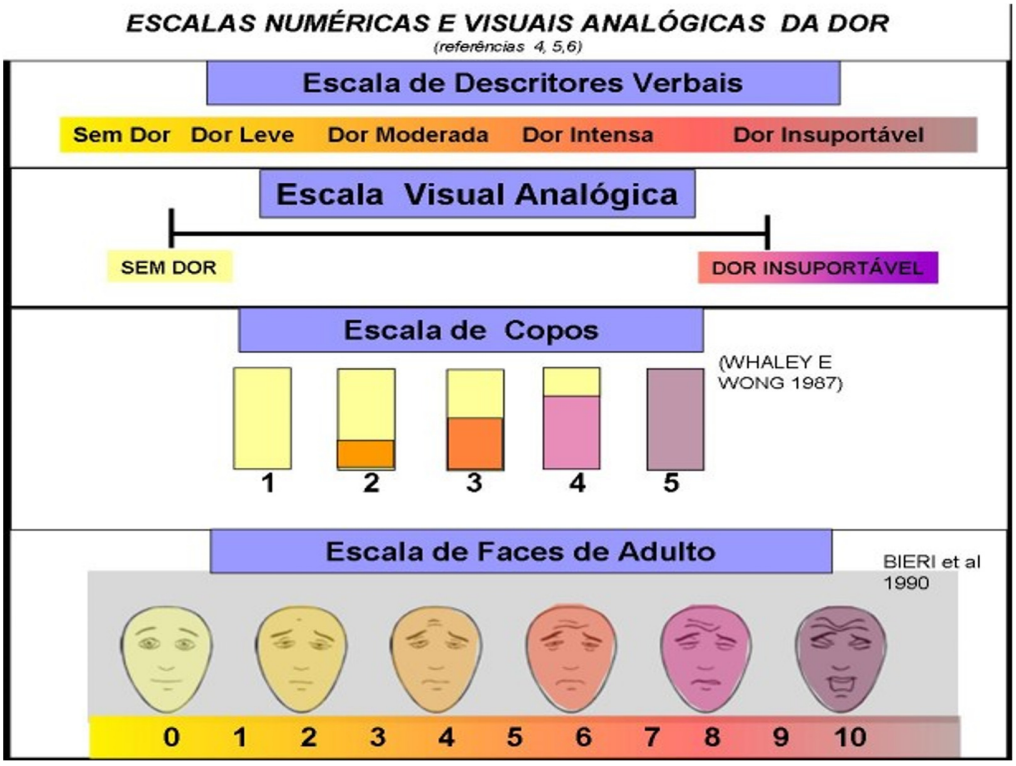
- **a reflexão sobre a dor possui um carácter aporético [= difícil] >>**
  1. por um lado, é enigmática, na sua consciencialização individual, naquilo que "eu digo sobre ela" > 2. por outro lado, não é necessariamente indecifrável na sua manifestação significativa, naquilo que "ela *diz* sobre mim"
- **antes de ser um fenómeno explicável/objectivável, a dor já se apresenta como um texto aberto a uma compreensão significativa e multifacetada cuja tematização envolve interdisciplinarmente os saberes neurobiológico, psicológico, sociológico, ético e religioso**

☞ O evento doloroso é **difícil de explicitar** pela sua **coloração subjectiva**, mas **não é** um fenómeno totalmente **inacessível** à reflexão filosófica e ao conhecimento científico >> as ciências biomédicas devem enfrentar o desafio de

- **operacionalizar instrumentos fiáveis de aferição algométrica [= mensuração da dor]**
- **explicar a génese e o processamento do fenómeno doloroso na sua descrição neurofisiológica e na sua transcrição psicossomática > em vista da constituição de uma algologia científica [= ciência da saúde que estuda a dor]**
- **implementar soluções terapêuticas não só analgésicas [= dissipação da dor sintomática = sinal-de-alarme] mas também antálgicas [= diluição ou atenuamento da dor sindromática = algopatia] > em vista da dignidade e qualidade de vida do paciente/padecente em situação-limite de sofrimento**

ESCALAS NUMÉRICAS E VISUAIS ANALÓGICAS DA DOR

(referências 4, 5,6)



ESCALA ASSOCIADA (EAV/ECA/EDF)

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Sem dor	Dor Leve			Dor Moderada			Dor forte ou incapacitante			Dor Insupor-tável
	Não atrapalha nas atividadas			Atrapalha , mas não impede as atividades			Impede as atividades			Impede atividade descon-trola

Escala Associada de 10cm , graduada , horizontal , em que o zero corresponde à ausência de dor e o dez, à dor máxima , insuportável e abaixo, a suposta área categórica e a desabilitação funcional
Zero é ausência de dor ; de 1 a 3 é dor leve que não atrapalha as atividades; de 4 a 6 é dor moderada que atrapalha as atividades , mas não as impede ; de 7 a 9 é dor forte incapacitante que impede que se realize qualquer atividade e 10 é dor muito forte e insuportável ou excruciante que além de impedir atividades , causa descontrole.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

a) Escala Analógica Visual Numérica de 0 a 10

(0) = Ausência de Dor; (1 a 3) = Dor de fraca intensidade; (4 a 6) = Dor de intensidade moderada ; (7 a 9) = Dor de forte intensidade ; (10) = Dor de intensidade insuportável

b) Escala Categórica de Avaliação (ECA) da Intensidade da Dor e, 10 pontos de 0 a 10

Atividades:Não atrapalha; Atrapalha mas não impede; Atrapalha e impede ; Impede e causa descontrole

c) Escala Desabilitante Funcional (EDF)

DESCRIÇÂO VERBAL DA DOR E SUA DIVERSIDADE (referência 7, 8 9)			
1-Tremulante Vibrante Pulsante Flagelante Fustigante Martelante	6- Estica Puxa Contorce	11- Cansativa Extenuante Esgota	16- Aborrecida Transtornante Penosa Intensa Insuportável
2-Pula de cá para lá Fulminante Como uma mola que dispara	7- Quente Queimante Ardente Incandescente	12- Nauseabunda Sufocante	17-Propaga-se Difunde-se em halos Penetrante
3-Fere com um estilete Espeta como uma agulha Machuca como um prego É como um punhalada É lancinante	8- Provoca formigamento Pica e irrita Viva Aguda	13- Alarmante Espantosa Aterrorizante	18-É como uma faixa Entorpecedora Torce Comprime Arranca
4-Cortante como uma lâmina de barbear Cortante como uma faca lacerante	9-Surda Entorpece Faz mal Causa Sofrimento Intolerável	14- Aflitiva Prostadora Cruel Feroz Mortal	19- Fresca Fria Congelante
5-É como um beliscão Aperta É como uma câimbra Rói Esmaga	10-Sensível ao toque Tensa Rasga Rompe	15- Grave Cegante	10-Fastidiosa Desgostosa Atormentante Terrível Torturante

DESENVOLVIMENTO

A DOR VIVENCIALMENTE EXPERIENCIADA

A situação dolorosa imprime uma marca **subjectiva e vivencial**, muito **difícil de definir/descrever**, mas apta a receber algumas **aclarações filosóficas**:

- **toda a dor é inefável > podemos "falar sobre" ela, mas não podemos "dizer o que" ela é >> é sentida como dimensão impartilhável e, para dá-la a conhecer, temos que nos referir a ela de forma indirecta e oblíqua (por analogias, imagens, escalas, cores, alusões, aproximações, evocação no outro, etc.)**

- **a dor instala uma oposição entre o indivíduo enquanto consciente "de si" e a "sua" experiência dolorosa >> o indivíduo afectado pela dor experimenta uma alienação paradoxal: por um lado a dor é o que há de mais radicalmente pessoal, mas por outro ela traz consigo uma dimensão de absoluta estranheza**

- a experiência negativa da dor é agravada por comparação directa com o prazer > enquanto o prazer centra o indivíduo na fruição de um bem-estar, a dor, por seu turno, pode ser indutora de alienação, desordem e entropia existencial pelo seu carácter "excêntrico" e eruptivo

- por vezes fala-se de um «sofrer em silêncio», como exemplo de um suposto estado heróico de resignação e conformismo a uma ocorrência dolorosa massiva e avassaladora > todavia, a vivência desse evento implica uma semântica dos estados corpóreos afectados/afectivos prévia a qualquer discurso sobre isso >> a explicitação sonora e gestual da dor através do queixume / grito / lamento sinalizam perante-o-outro a presença do sujeito ameaçado na sua vulnerabilidade ou lesado na sua integridade

☞ A percepção da dor encontra-se frequentemente enquadrada na **perspectiva axiológica** [grego *axios* = denso / estimável / dotado de valor] que cada experiência individual lhe confere

- Não se trata tanto de considerar a dor como um valor [= masoquismo], mas de dotá-la de significado, mesmo que para o padecente ela seja encarada como uma intrusão sem sentido

- A dor pode não fazer sentido na "minha narrativa" existencial, mas deve ter algum significado na "sua manifestação" presencial *[antes de perceber o que é que "ela faz comigo" ou "de mim", importa compreender porque é que "ela está aí" como algo que "me afecta", que "eu sinto", aquém e além dos sentimentos que exprimo "perante ou sobre ela"]*

A DOR CLINICAMENTE EXPERIMENTADA

☞ Do ponto de vista científico e clínico a dor é um fenómeno difícil de objectivar e de formalizar, mas isso não significa que o fenómeno doloroso não possa ser coerentemente enunciado >> a **IASP** [International Association for the Study of Pain] apresenta um **esboço de definição** referindo-se à dor como «**desagradável resposta sensorial e emocional a um estímulo associado, real ou potencialmente, a uma lesão tecidular, ou descrita em termos de tal lesão**»

☞ A enunciação da dor [proposta pela IASP] **não está errada** mas, pelo seu recorte "fisiologista", afigura-se **incompleta**

- **existem dores que não implicam necessariamente lesão localizada (por exemplo "dores psicogénicas"...) // a inversa também é verdadeira > há lesões que podem não produzir dor (por ex. certas neoplasias...)**

- **o estado doloroso é multivalente na forma como é vivenciado > nele convergem variáveis: 1. psicológicas (temperamento) 2. ambientais (clima) 3. comportamentais (hábitos alimentares, desportivos e de sono) 4. culturais (formação, tradições, convicções religiosas, ideológicas, etc.) 5. sócio-familiares (contexto relacional)**

- **a vivência dolorosa é multifactorial na forma como é percepcionada (sensação) e sentida (sentimento) > nela intervêm simultaneamente**
  - **aspectos físicos (por ex. ao nível da resposta neuro-fisiológica aos estímulos nóxicos = indutores de dor)**
  - **aspectos cognitivos (por ex. ao nível da consciência dos eventos dolorosos)**
  - **aspectos emocionais onde se entrelaçam 1. a interpretação individual da dor presente 2. a memória persistente de experiências dolorosas passadas 3. a expectativa de libertação de um estado doloroso num futuro próximo**

☞ **Interpretar** eficazmente o quadro clínico em que ocorre o **evento doloroso** constitui **um dos desafios mais complexos** da medicina contemporânea:

- **o comportamento do médico na sua actuação clínica interage decisivamente com a percepção da dimensão e da evolução do estado doloroso por parte do paciente**

- **o recorte intersubjectivo da relação terapêutica impõe ao clínico uma abordagem personalizada da dor > no acto médico cruzam-se comunicacionalmente dois sistemas de informação: o do paciente e o do clínico >> para se envolver no horizonte relacional de empatia [= sentir com…] o médico deve ter em conta que**

«a utilização inteligente da informação científica pressupõe também um profundo conhecimento do doente (…). É necessária uma extraordinária capacidade de ouvir, observar, entender e seleccionar as "informações" captadas no decurso das tradicionais etapas da metodologia médica: história clínica, exame objectivo, exames subsidiários de diagnóstico. (…) Do modo como se <consolidar> essa comunicação <entre médico e paciente> dependerá o diagnóstico estabelecido, a decisão terapêutica e os consequentes resultados.»

[CANTISTA Pedro, «A dor e a clínica», in AA.VV., *Dor e sofrimento, Uma perspectiva interdisciplinar*, pg. 286]

☞ A **algogénese** [= origem da dor] depende dos centros e vias do sistema nervoso >> toda a dor aguda/crónica/terminal ocorre num **processo neurofisiológico** que articula vários planos e etapas

- sensação/recepção do estímulo nóxico [> activador térmico, químico ou mecânico do processo doloroso] = fase da *transdução* >> captação e descodificação [= *transdução*] do estímulo nóxico por um noxioceptor de modo a poder ser "reconhecido" e "processado" no sistema neuronal como informação dolorosa

- transferência da informação dolorosa para os centros nervosos = fase da *transmissão* >> percurso ascendente da informação dolorosa pelas vias nervosas até aos centros nervosos superiores (*córtex, sistema límbico, hipotálamo…*) e percurso descendente [> sentido inverso após as duas etapas que se seguem…]

- leitura da informação dolorosa = fase da *modulação* >> enquanto o "sinal de dor" percorre as vias da rede neuronal, desencadeia-se uma série de fenómenos excitatórios/inibitórios que modelam a neuro-transmissão do sinal e a respectiva a reacção do organismo à leitura dolorosa

- processamento cognitivo [> memória, imaginação, representação] da leitura dolorosa = fase da *percepção* >> a informação dolorosa é "consciencializada" em contexto cerebral num quadro vivenciado de subjectividade [= individualidade/identidade] que compagina factores mnésicos [memória], afectivos [emoção], cognitivos [representação / imaginação] e circunstanciais [meio físico-sócio-ambiental envolvente]

- mecanismos reguladores simpáticos e parassimpáticos >> produzem reacções de defesa ou de adaptação fisiológica do organismo à dor

- substâncias bioquímicas e neuro-hormonais >> intervêm 1. no transporte e modulação do sinal doloroso e 2. no controlo fisiológico da resposta emocional ao impulso doloroso

☞ A dor possui um **carácter ambivalente** > com efeito

- **tanto pode revelar uma face positiva > "sinal de alarme" em presença de uma ameaça crítica [cumprida a sua missão "indiciária" de alerta sintomatológico, deve desaparecer (por ex. com recurso a meios analgésicos) durante/após o ciclo terapêutico estipulado]**

- **como também pode exibir uma face negativa > cumprida a função de alerta momentâneo perante uma ameaça patológica, o sinal continua a ser emitido de forma crónica [umas vezes de forma linear e persistente, outras vezes de forma intermitente e progressivamente mais intensa] até atingir um limiar de insuportabilidade >> neste caso a dor já não indicia uma doença, mas ela própria torna-se numa doença (= algopatia) cujo tratamento já não depende de expedientes analgésicos (= dissipação da dor aguda durante / após uma doença), mas de estratégias antálgicas (= supressão / paliação da dor crónica enquanto doença)**

☞ A medicina enfrenta hoje uma **desafiante assimetria**

- **se perante as dores agudas a medicina actua com clarividência e eficácia, na medida em que aquelas sinalizam uma vulnerabilidade traduzida em manifestações de mal-estar bem conhecidas e catalogáveis [> desde a dor constrictiva da angina de peito até à dor frenética da cólica renal, passando pela dor corrosiva da úlcera aftosa, etc. …]**

- **já perante as dores crónicas ou terminais [que parecem ganhar "vida própria" à custa da vida do próprio paciente] a medicina não possui resposta tão clara, imediata e cabal, na medida em que se tratam de etiologias dolorosas traduzidas em síndromes algopáticas (difusas, severas ou extremas) de difícil diagnóstico**

☞ O **tratamento** clínico da **síndrome algopática** [= dor enquanto doença] exige um conjunto de boas práticas clínicas

- **O recurso à terapêutica antálgica [= tratamento da dor enquanto doença] deve ser ministrada de acordo com o contexto vital do paciente**
- **As síndromes dolorosas crónicas impõem uma estratégia complexa de procedimentos clínicos cujo protocolo terapêutico depende não da acção unilateral de um médico, mas da intervenção de equipas multidisciplinares**

- **Uma abordagem multidisciplinar da dor deve ter em conta o "arsenal" terapêutico operativamente disponível e deontologicamente validado pelas boas práticas clínicas em curso > conjugando 4 técnicas [em conjunto ou em separado] consoante a etiologia dolorosa específica e o perfil de cada paciente :**

  ✻ **abordagem farmacológica > medicamentos antálgicos, alopáticos e outros...**

  ✻ **abordagem cirúrgica > cirurgia e neurocirurgia da dor...**

  ✻ **abordagem sistémico-funcional > tratamentos sensoriais, fisioterapia, acupunctura, neuroestimulação...**

  ✻ **abordagem psicológica > controlo psicológico da dor, relaxamento, reforço de técnicas de adaptação...**

- No actual estado de desenvolvimento da panóplia terapêutica disponível >> todos os pacientes em situação de dolência terminal extrema têm direito a saber que 1. podem ser aliviados em contexto paliativo em vista do princípio de um fim de vida digno, 2. gozam do direito de, pelo menos, exprimir recusa de tratamento encarniçado, torturante e fútil

- Os tratamentos de algopatias crónicas/extremas devem ser planificados e executados de forma adaptativa e personalizada a cada paciente >> em função 1. da sua história clínica, 2. do seu contexto sócio-cultural e 3. do horizonte espiritual em que se joga o sentido mais amplo e profundo da sua existência

CONCLUSÃO

Do exposto pode-se concluir sumariamente que

☑ A dor constitui uma experiência humana radical, vivida no horizonte pessoal e singular da percepção totalizante da existência, cujo mistério constitui mais um desafio do que uma ameaça fatal que se procura camuflar retoricamente com apelos (religiosos ou heróicos) à resignação;

☑ Sendo difícil comunicar a outrem a experiência dolorosa, o paciente conhece-a e sabe-a melhor do que ninguém, incluindo o próprio médico. Por isso, resulta aporético todo o esforço de objectivação para medi-la, catalogá-la e tipificá-la na sua eclosão individual, em vista do seu controlo teórico e operativo, o que não significa que não se possa compreender filosoficamente o seu impacto vivencial e descrever clinicamente o seu lastro neuro-fisio-anatómico;

☑ A afectação motivada por dor aguda sinaliza um alerta benéfico e, em condições normais, deve desaparecer completamente, uma vez cumprida a sua momentânea função de alarme perante uma agressão (motivada por lesão ou por estímulo nóxico)

☑ A dor crónica/extrema constitui mais do que um sinal de alerta de uma afectação agressiva, mas algo que persiste para além desta, contendo densidade patológica própria, cuja manifestação afecta a integridade existencial do indivíduo na sua totalidade (orgânica, psíquica, moral e espiritual);

☑ O quadro causal das dores crónicas autónomas é multifacetado: a tarefa do médico consiste em esforçar-se por demonstrar uma etiologia precisa das síndromes dolorosas crónicas (algopatias) por forma a propiciar uma terapêutica polivalente, multidisciplinar e personalizada;

☑ Toda a manifestação dolorosa entrelaça indissociavelmente um complexo de dimensões diferenciadas e interactuantes, a saber neuro-fisiológicas, psico-afectivas, cognitivo-representativas e simbólico-espirituais. Por conseguinte, as respostas clínicas no quadro de uma intervenção terapêutica não podem ser lineares, unívocas e automatizadas, mas multi e interdisciplinares;

☑ Os protocolos terapêuticos devem ter em conta que todos os tratamentos farmacológicos contra a dor (antálgicos) produzem efeitos colaterais e secundários, o que implica complementá-los com outros tratamentos em contexto decisionário de elevada complexidade (*hierarquização de prioridades, simulação de cenários alternativos, avaliação prospectiva de consequências, discriminação positiva de estratégias igualmente válidas, ponderação de alternativas dilemáticas em termos de "mal menor" ou de "mínimo dano possível"*, etc.);

☑ Todos os pacientes em situação de dolência terminal extrema têm direito a saber que as síndromes algopáticas podem ser aliviadas em contexto paliativo, em vista do princípio de um fim de vida com qualidade, gozando do direito de, pelo menos, exprimir a recusa de tratamento encarniçado, torturante e fútil;

☑ Os tratamentos de síndromes dolorosas crónicas/extremas devem ser planificados e executados de forma adaptativa e personalizada, em função da história clínica e do contexto social e cultural de cada paciente, bem como do horizonte em que se joga o sentido mais amplo e profundo da sua existência.

Filosofia & Bioética

Bioética & Filosofia

Licenciatura em Biotecnologia 2015-16 / 2019-20

UC Ética e Biotecnologia
Módulo 1: Origem e sentidos da ética
Módulo 2: Os desafios da bioética

UNIVERSIDADE BEIRA INTERIOR
FACULDADE DE CIÊNCIAS

CURSO 1° CICLO DE BIOTECNOLOGIA

UC ÉTICA E BIOTECNOLOGIA (1ª ANO)

MÓDULO ORIGEM E SENTIDOS DA ÉTICA

António Campelo Amaral

INTRODUÇÃO E TIPOLOGIA

Ética e moral: etimologia…

- termo "ética" grego **êthos** >> raiz indo-europeia [*sw]**edh-** = sentido originário >> "cavidade"/"toca" ecossistema vida animal = espaço abrigo / refúgio / protecção vulnerabilidade crias

- épica homérica **êthos** = morada humanos >> habitat = função vital defesa/guarda/cuidado >> "olhar por" // cooperação // simbiose

- filosofia acção Aristóteles 1. **êthos** metamorfose semântica >> a ideia de abrigo/morada dá lugar a "carácter" = "interioridade humana" actos comportamentais 2. junção **éthos** = repetição sucessiva de actos até à formação de um padrão comportamental designado de "hábito" >> mais tarde o "agir habitual" ou "o que é costume fazer"

(cont.)

(cont.)

- tradição jurídica romana > 2 sentidos aristotélicos [carácter/hábito] fusão única palavra latim *mores* = "hábito", "costume", "preceito" >> sentidos conservados ainda hoje termo **moral** conotação 1. padrões comportamentais induzidos por habituação 2. instâncias prescritivas [regras sociais / normas jurídico-morais]

- desafio actual "eticizar a moral" > reabilitar sentido "domiciliado" ética = "casa comum" = "habitat" / "ecossistema" / "nicho" >> sustentabilidade interacção relacional

TIPIFICAÇÃO DA(S) ÉTICA(S)

I. Éticas indicativas

1. Ética teleológica

Determinam a **orientação** das acções em vista de uma **finalidade** (greg. "*telos*") a atingir.

2. Ética deontológica

Determinam a **conformidade** das acções a um **dever** (greg. "*deon*") **imperativo** [e não em função de uma finalidade externa]

1. Ética teleológica

- A **Felicidade** (greg. *eudaimonia* = bem estar) como bem supremo: as escolhas/acções individuais dependem aperfeiçoamento da natureza racional e comunitária do homem
- As **Virtudes** são **meios** pelos quais se promove a **finalidade** das acções/escolhas humanas [i.e. bem = felicidade]
- A teoria das virtudes constitui-se como uma teoria qualificadora dos **tipos de *carácter*** que o **agente deve desenvolver** em vista do **bem-comum**

Prós e contras da ética das virtudes

- O principal "problema" da Teoria das Virtudes está no seu aspecto pouco sistemático:
  - Não se vê quantas seriam exactamente as virtudes morais, se seriam universais, se haveria algum tipo de hierarquia entre elas… Não se vê como evitar que cada um decida subjectivamente o seu conjunto de virtudes morais…
- O principal "mérito" da Teoria das Virtudes está na valorização das qualidades pessoais dos agentes
  - A motivação dos agentes resulta das suas qualidades pessoais (virtudes), e não da simples obediência a uma norma extrínseca (jurídica, social, ideológica, religiosa…)

Teoria do Utilitarismo

- O **Utilitarismo** decorre de uma perspectiva consequencialista, de acordo com a qual a correcção de uma acção/escolha está ligada à maximização da utilidade como fim/bem supremo a promover

  O maior bem-estar para o maior número *[S. Mill]*

  O fim/bem a promover consistirá exclusivamente no **bem-estar** dos indivíduos que poderão ser afectados pela conduta do agente.

Princípios do utilitarismo

- **Princípio do Bem-estar** identificado como satisfação de necessidades básicas > alimentação / habitação / saúde
- **Princípio da imparcialidade**segundo o qual a consideração do bem-estar não dependa do somatório dos egoísmos individuais
- **Dever da maximização da utilidade** segundo o qual o que é bom deve servir ao maior número (embora o que serve ao maior número pode não ser necessariamente bom…)
- **OBJECÇÕES DE FUNDO**

  Que critério permite definir o que é bem -estar?

  Quem define o que é útil?

  Como se sondam as preferências do maior número?

2. Ética deontológica

- Sentido original do termo deontologia > grego "*deon*" significa o que necessariamente tem de / deve ser feito = obrigação imperativa

- As éticas de tipo deontológico defendem que as acções são correctas ou incorrectas **por si mesmas** e não em função de uma finalidade externa às mesmas

- Uma teoria **ética** diz-se deontológjca sempre que o valor moral de uma acção/escolha **não dependa exclusivamente** dos fins visados ou das consequências resultantes, mas da **força dos princípios normativos** que a determinam

Deontologia *versus* Ética Deontológica

NB! Não confundir **Deontologia** e **Ética Deontológica**

- a primeira é uma ética referida a um campo profissional e vertida num código deontológico que regula as boas práticas de uma determinada profissão (médicos, jornalistas, advogados, professores, agentes financeiros, investigadores científicos, etc.)
- já a segunda remete para uma teoria normativa que pode contribuir, ou não, para a fundamentação de uma deontologia…

Ética deontológica

- Questão fundamental: o que é que existe nas acções elas mesmas que as torna boas ou más independentemente dos fins que elas visam (p. ex. ser feliz…) ou das consequências que delas resultam (p. ex. maximizar o bem-estar geral…)?

- **Kant** (principal promotor deste tipo de ética normativa) sustentou que existe um **critério de validação** que permite imputar um **valor imperativo** às acções, independentemente do agente que as realiza ou das circunstâncias em que ocorrem: o seu grau de **universalidade/necessidade**

Critério da Universalização

Vectores fundamentais da **universalização/obrigação moral**

- **legalidade**: forma normativa que a acção deve adoptar na sua conformidade

- **imperatividade**: força prescritiva com que a lei moral se impõe ao arbítrio da vontade

- **dever**: critério em vista do qual uma acção obedece à força imperativa da razão

Objecções ao deontologismo moral

- Há situações em que a pureza formal dos princípios normativos tem de ter em conta a singularidade concreta dos **casos excepcionais ou atípicos** [p.ex. matar em legítima defesa; expropriar em vista do interesse público; quebrar o sigilo para salvar terceiros…]

- A ética deontológica aparentemente não é capaz de responder a situações em que competem duas ordens de valores simetricamente universalizáveis – **dilemas morais/éticos** [p. ex. dicotomia público-privado; conflito intercultural/intergeracional]

II. Ética aplicável

Ética da responsabilidade

Compromete o **acto decisonário** na **avaliação crítica** de **situações-limite** (aporéticas/dilemáticas)

Ética da responsabilidade

«Age de tal maneira que os efeitos da tua acção sejam genuinamente compatíveis com a sustentabilidade da vida humana»

Hans Jonas, *O Princípio Responsabilidade*

Primado da prudencialidade > trinómio

- **Problematizar** (produção conjectural)
- **Antecipar** (prospecção probabilística)
- **Responder** (projecção ralacional)

AGENDA NOVOS PROBLEMAS ÉTICOS GLOBAIS

- **Inteligência artificial e "decisão" algorítmica**
- **Neuroconexão virtual e percepção relacional**
- ***Big data* e modelação identitária**

UNIVERSIDADE BEIRA INTERIOR

FACULDADE DE CIÊNCIAS

CURSO 1º CICLO DE BIOTECNOLOGIA

UC ÉTICA E BIOTECNOLOGIA (1ª ANO)

MÓDULO OS DESAFIOS DA BIOÉTICA

António Campelo Amaral

PLANO PROGRAMÁTICO

Sentido da Bioética: aproximação epistemológica

Modelos de Bioética: tipificação paradigmática

Horizonte da Bioética: focalização personalista

Contexto epistémico da Bioética

Bioética: duas tradições…

- Vertente prática (tradição anglo-saxónica > EUA e Reino Unido): consenso face a um conjunto de regras deontológicas e protocolares relativas à terapia e investigação biomédica

- Vertente reflexiva (tradição euro-continental > França e Alemanha): garantia de
  1. respeito pela dignidade humana
  2. preservação da identidade do ser humano face aos perigos de artificialização [robótica, hibridagem, transgenia, eugenia, etc.…]

Bioética: delimitação epistémica

- Não se trata **nem** de uma **disciplina científica nem** de uma **moral universal**

- Trata-se antes de um **saber**
  - **regulador-problematizador >** aplicado decisionariamente a situações críticas
  - **em aberto** > marcos teóricos devem ser repensados em função dos avanços da tecnociência

Bioética: esboço de definição

«A bioética designa um conjunto de **questões éticas,** que coloca em jogo **valores,** devido ao poder cada vez maior da **intervenção tecnocientífica no ser vivo** (especialmente, mas não exclusivamente, no homem). Bioética designa, também, um certo espírito de aproximação entre ética e problemas científicos. Este espírito manifesta-se em geral na **multidisciplinaridade, interdisciplinaridade** e **posições pluralistas.**»

G. Hottois, O *paradigma bioético*

Bioética: interacção disciplinar

A Bioética actua sobre os problemas levantados pela biologia e pela biomedicina; não é um "neo-moralismo", mas posiciona-se no limar do diálogo entre a criatividade filosófica e a inovação científica > tal implica que

1. a sua contribuição é ético-filosófica, uma vez que a tecnociência e a biomedicina suscitam questões que ultrapassam a sua competência e entram no campo da problematização reflexiva

2. a sua teorização abrange problemas ético-filosóficos e juízos práticos sobre as questões quotidianas apresentadas pela tecnociência e pela biomedicina

3. a sua influência exerce-se na pluridisciplinaridade e no confronto pluralista das ideias

Paradigmas da Bioética

1. Paradigma principialista

- Modelo análise bioética mais difundido
- 4 vectores orientadores da acção > beneficência / não-maleficência / justiça / autonomia
- Os princípios não têm hierarquia entre si e são válidos por si mesmos
- Pressuposto protocolar > respeito dignidade pessoa humana
- Aspecto controverso > "a priorismo" intransigente…

2. Paradigma libertário

- Inspira-se tradição político-filosófica liberalismo norte-americano > doutrina baseada defesa direitos expressão/segurança individual
- Pressuposto protocolar > expressão vontade livre indivíduos (pacientes, sujeitos de investigação)
- Posições controversas > corpo propriedade individual // embriões e indivíduos c/ disfunções cognitivas não são pessoas [= incapazes de uso razão/vontade tomada de decisão autónoma]

3. Paradigma eupraxista [eu-praxis = boa acção]

- Vector orientador da acção > sucesso da decisão decorre das qualidades virtuosas do decisor que conhece o que é melhor para o visado na decisão
- Pressuposto protocolar > bem do paciente = fundamento teleológico
- Dificuldade de fundo > tendência paternalismo / dificuldade estabelecer critério de "virtude" para motivar profissionais [médicos / investigadores] agir bem

4. Paradigma casuístico

- Vector orientador da acção > cada caso é um caso a lidar na sua singularidade
- Inspira-se procedimento analógico > comparar casos diferentes entre si com base em semelhanças entre si
- Dificuldade de fundo > dificuldade em recorrer a padrões de similitude [= visto que cada caso envolve situação irrepetível na sua singularidade]

5. Paradigma hermenêutico [hermeneia = interpretação]

- Vector orientador da acção > toda a acção enraiza-se na experiência > toda a experiência sujeita interpretação
- Pressuposto protocolar >> ler cada caso na sua situação
- Objecção de fundo > capacidade interpretativa não pode ser transmitida [ensino] pq. depende longa experiência acumulada

6. Paradigma personalista

- Vector orientador da acção > interagir com o outro = pessoa mantendo intocável universal dignidade
- Pressuposto protocolar > todo o ser humano é uma pessoa cuja essência deve ser uma tarefa a defender e a promover

A primazia da pessoa

Ética da responsabilidade

Princípio **decisionário** da Autonomia > A pessoa é um fim em si mesma e não um meio > tem direito a ser informada e a decidir por si mesma sobre todos os procedimentosterapêuticos/investigativos

Princípio **deontológico** da Beneficência > Ordena que qualquer intervenção biomédica/pesquisa biotecnológica seja em benefício da dignidade e da qualidade de vida

Princípio **teleológico** da Justiça > Todos os indivíduos devem ser tratados equitativamente e os avanços tecnocientíficos acessíveis ao maior número possível

Actuais desafios para a Ética

18

1) neurociência > cognopatias degenerativas [desafio ético: modelação comportamental prédeterminada]

2) biotecnologia > engenharia reprodutiva [desafio ético: manipulação genética curativa / correctiva / preditiva / melhorativa]

3) inteligência artificial > decisão algorítmica [desafio ético: não determinação voluntária escolhas ecossistemas reticulares complexos = condução autónoma // crise actividades baseadas "mediação" informacional/conhecimento gestão "big data": jornalismo, marketing, docência, advocacia, banca, assessoria, consultoria, monitorização, pilotagem …]

4) assédio > grupal / sexual / laboral [bullying , mobbing , stalking …]

5) eutanásia

6) corrupção >> informativa (fake news) / política (enriquecimento ilícito) / económica (fraude evasão fiscal especulação financeira) / académica (plágio direitos autorais criatividade inovação)

7) cibercriminalidade (reputacional , dados, tráfico)

III – Verbetes de pedagogos da filosofia portuguesa contemporânea

Joaquim CASSIANO dos Santos ABRANCHES

Verbete in *Dicionário de Educadores Portugueses*, coord. António S. NÓVOA, Asa: Porto, 2003, pp. 18-19

Cassiano Abranches inicia a sua preparação secundária no Colégio de S. Fiel, em Castelo Branco, terminando o curso no Colégio de S. Pedro, em Coimbra. Em 1914 chega a frequentar os estudos preparatórios para o Curso de Medicina na Universidade de Coimbra. Contudo, no ano seguinte, decide ingressar na Companhia de Jesus em Loyola (Espanha), empreendendo um percurso universitário que se iniciará com o estudo da Filosofia em La Guardia (Galiza) e culminará, entre 1926 e 1930, já em Lovaina, com a obtenção do grau de licenciatura em Teologia. Neste período contacta com ilustres representantes do pensamento filosófico, que lhe incutirão uma vocação filosófica que nunca mais deixará de cultivar. De entre essas figuras, é justo destacar a influência que exerceram no seu pensamento Pierre Charles, Pierre Scheuer e Joseph Maréchal. Como desenlace desse convívio humano e académico em Lovaina, Cassiano Abranches habilitar-se-á em Roma, no ano de 1934, com o título doutoral em Filosofia, apresentando uma tese sobre *A Metafisica de Pedro da Fonseca*. Nesse mesmo ano, é nomeado professor do Instituto de Filosofia de Braga, escola onde pautará o seu múnus académico por uma investigação filosófica aturada e por um esforço de redefinição pedagógica do ensino superior da Filosofia. Este último desafio marcará, de resto, o rumo do Instituto de Filosofia de Braga quando, em 1935, o filósofo jesuíta toma posse do cargo de Prefeito de Estudos, defendendo desde logo uma concepção inovadora para o Ensino da Filosofia em três vertentes: actualização curricular das disciplinas; aperfeiçoamento didáctico das metodologas de Ensino; e novas

perspectivas para missão cultural e social do saber filosófico. Da necessidade de coadunar estras três linhas de orientação pedagógica – curricular, didáctica e cultural – com as exigências académicas de uma investigação filosófica rigorosa nascerá, em 1945, aquela que ainda hoje se assume como uma das principais publicações periódicas de Filosofia no espaço cultural português: a *Revista Portuguesa de Filosofia*. Juntamente com Domingos Maurício, Severiano Tavares e Diamantino Martins, Cassiano Abranches assume a direcção da Revista, na qual iniciará uma colaboração científica que perdurará por mais de vinte anos. Dois anos depois, em 1947, Cassiano Abranches assiste à transformação do Instituto de Filosofia de Braga em Faculdade Pontifícia de Filosofia, com índole privativa e como primeira Faculdade da Universidade Católica Portuguesa (juridicamente erigida em 1967). Essa alteração canónica dar-lhe-á ainda mais força para sedimentar um magistério académico que procura combinar pedagogicamente as virtualidades do rigor formal da lição na sala de aula com as potencialidades criativas das orientações e diálogos mantidos com os alunos nos mais diversos espaços informais da instituição universitária. Presença viva no espírito da maior parte dos alunos que o tiveram como Mestre, é sobretudo na década de quarenta que Cassiano Abranches revela o lastro da sua pujança intelectual e da sua fina sensibilidade pedagógica, em áreas que vão desde a Ontologia e a Metafísica até à Teologia, passando pela História da Filosofia, Lógica, Epistemologia, Hermenêutica e Antropologia. Dotado de um espírito mais ecuménico do que enciclopédico, Cassiano Abranches não deixa obra explicitamente dedicada à pedagogia; no entanto, o seu magistério filosófico, assim como o seu envolvimento editorial, relevam de uma concepção pedagógica preocupada em preparar a mente para a experiência interior do pensar, na íntima convicção de que a descoberta da

verdade não obsta nem anula a verdade de cada descoberta. Muito longe, contudo, de uma pedagogia relativista ou intimista, tal valorização da verdade interior do aprendiz de Filosofia traduz o eco personalista de uma arte de ensinar que se exercia, segundo Júlio Fragata – seu discípulo, vulto igualmente marcante da Faculdade de Filosofia de Braga – com natural fecundidade e particular mestria "não só nas aulas, mas nas conversas e orientações que, sem constrangimentos e com notável abertura de espírito, formaram a nossa mente para pensar" (cf. *Revista Portuguesa de Filosofia*, vol. 31, 1975, p. 2). Tal orientação e timbre pedagógicos da Faculdade de Filosofia de Braga surgirão expostos, aliás, num número especial da *Revista Portuguesa de Filosofia* (tomo X, fasc. 4, 1954) inteiramente dedicado às "Perspectivas do Curso Bracarense". Cassiano Abranches colabora nesse número com um sugestivo artigo intitulado "Metafísica e o seu Método", onde deixa transpirar o seu enraizamento aristotélico-tomista, influenciado, como vimos, pelos professores de Lovaina, e uma postura dialogante em relação a outras linhagens filosóficas. Tal abertura constituiu sempre timbre na sua relação com o corpo discente: exigindo embora rigor conceptual e clareza de pensamento e expressão aos seus alunos, nunca deixou de estimular neles o diálogo generoso e sereno com as novas filosofias emergentes, a par de uma abertura de horizontes e interesses aos problemas que a cultura ia colocando à Filosofia do seu tempo. Uma passagem de um artigo sobre Pedro da Fonseca ilustra e espelha bem a abertura crítica que preconizava para o método pedagógico: "omnímoda liberdade em frente das várias escolas, sem se filiar em nenhuma, nem seguir nenhum autor, mas procurando simplesmente a verdade, merecendo-lhe atenção todas as opiniões mas mantendo intacta a sua liberdade de julgar sem subserviências nem respeitos" (1960, p. 121). Professor jubilado desde 1976, Cassiano Abranches morre em Braga

com 86 anos de idade, depois de 45 anos dedicados a um magistério que combina, em síntese fecunda, o rigor didáctico da forma de ensinar com uma pedagogia aberta ao diálogo ecuménico com todas as correntes culturais e ao exercício do espírito crítico. À excepção de *Metafísica* (Braga, 1956) - volume resultante de uma compilação de artigos publicados na Revista Portuguesa de Filosofia, que, segundo o próprio autor, traduz apenas a urgência em repensar os problemas metafísicos à revelia de "noções demasiado livrescas e sem a profundidade de uma reflexão construtiva e unificadora" (p. 10) -, o pensamento filosófico de Cassiano Abranches encontra-se disseminado em várias dezenas de artigos editados na *Revista Portuguesa de Filosofia*. Abrangendo diversas esferas disciplinares do saber filosófico, as suas reflexões representam um importante esforço para pensar as questões da Ontologia e da Metafísica, da História da Filosofia, da Lógica, da Hermenêutica, da Teologia e da Antropologia.

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

Metafisica, Braga, 1956.

Revista Portuguesa de Filosofia

TRABALHOS SOBRE O AUTOR

"Perspectivas do Curso Bracarense", *Revista Portuguesa de Filosofia*, tomo 10, fasc. 4, 1954, pp. 337-524

"Homenagem ao Prof. Cassiano Abranches", *Revista Portuguesa de Filosofia*, tomo 34, fasc. 1, 1978, pp. 3-132

FRAGATA Júlio, "Crónica. Doutor Cassiano Abranches, S. J.", *Revista Portuguesa de Filosofia*, tomo 39, fasc. 3, 1983, p. 336.

SILVA Lúcio Craveiro da, "Abranches, Cassiano dos Santos", in *LOGOS - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, Lisboa-São Paulo, vol. I, 1989, pp. 18-19.

João FERREIRA

Verbete in *Dicionário Crítico de Filosofia Portuguesa*, coord. Maria L. S. GANHO, Temas e Debates / Círculo de Leitores: Lisboa, 2016, pp. 169-172

Professor universitário. Após o Ensino primário na terra natal, realiza os estudos secundários no Colégio de Montariol, em Braga, entre 1938 e 1943, com o propósito de ingressar na Ordem Franciscana, o que acontecerá entre 1944 e 1950, período em que cursa Filosofia em Braga e Teologia em Lisboa, no Seminário Franciscano da Luz. De 1950 a 1953 frequentou o Pontifício Ateneu Antoniano de Roma, instituição da Ordem Franciscana, onde obteve bacharelato, licenciatura e láurea em Filosofia. Durante esse período, em 1952, encontra-se em Lyon onde, após pesquisa documental na Bibliothèque de la Ville, elabora o ensaio *As Súmulas Logicais de Pedro Hispano e Seus Comentadores*, facto que marcará o primeiro afloramento da sua atividade científica junto dos estudiosos da Filosofia Portuguesa. Na etapa final da elaboração da tese doutoral, correndo o ano de 1953, estagia no Centro de investigação e preparação de edições críticas de textos medievais em Quaracchi, nas imediações de Florença. No seguimento da defesa pública da tese de doutoramento *Petrus Hispanus eiusque relatio psychologica relate ad Avicennam*, de que será publicada parte, em 1953, com o título *O Augustinismo Avicenizante e a Teoria dos Intelectos em Pedro Hispano*, regressa a Portugal para lecionar no Seminário Franciscano de Leiria disciplinas de Ontologia, Lógica, Teodiceia, Pedagogia, Introdução à Filosofia, História da Filosofia Medieval e História da Filosofia Portuguesa, exercendo também a função de diretor da revista de cultura *Itinerarium*, relativamente à qual procura incutir uma orientação de índole filosófica, histórica e cultural e abri-la à colaboração internacional. Entre 1963 e 1965, supervisiona, na

Guiné-Bissau, à data Guiné Portuguesa), mais ole 500 estabelecimentos de ensino da Prefeitura Apostólica, rede que abrangia escolas primárias, escolas de formação de professores, e escolas de artes e ofícios, após o que, regressado a Lisboa, assume a lecionação de Ética no Instituto Superior de Línguas e Administração. Entre 1966 e 1967 dirige-se para Roma como docente de Filosofia Antiga, no Ateneu Pontifício Antoniano. Em 1968, a convite de Agostinho da Silva, ruma para o Brasil para lecionar no Centro Universitário de Brasília (mais tarde Universidade de Brasília), onde realizará carreira académica até ao nível de Professor Titular. Foi, até ao momento da sua jubilação, docente e investigador do Departamento de Literatura da Universidade de Brasília, exercendo diversos outros cargos culturais e administrativos, quer académicos, quer públicos e ministeriais, além da lecionação no ensino superior particular, continuando no presente a exercer a sua atividade no Centro Universitário de Brasília-Uniceub. Inconformável aos rígidos moldes de uma cartilha, escola ou corrente, mas sem o estigma do pensador solitário, resulta difícil a definição e a classificação do pensamento de João Ferreira. «Cosmopolita», por um lado, «luso-brasileiro», por outro, estes rótulos exprimem peculiares sintomas de um pensamento que, no essencial, encarna o sentido de uma vivida síntese de continuidades e descontinuidades, simultaneamente una e diferenciada, onde o Atlântico não mede o intervalo da longitudinal distância entre duas mundividências, mas se consagra como rica mediação da arte de ser universal-concretamente lusófono. Nessa pluralidade, o pensamento de João Ferreira desenvolve-se em cinco vetores fundamentais. No primeiro, versando a problemática da pertinência de uma filosofia nacional portuguesa, colhida nos textos dos seus representantes nacionais. No segundo, materializando essa preocupação no estudo de Pedro Hispano, para João o Ferreiro o primeiro grande

representante do pensamento filosófico português, e de quem se tornará em Portugal um dos mais versados especialistas. No terceiro, equacionando o sentido do saudosismo português na história literária, sobretudo no encalço da pena de Pascoaes. No quarto, explorando índices existenciais e essenciais nas obras de Kierkegaard, Marcel, Camus, Sartre, Heidegger e Zubiri. No quinto, equacionando a relação entre literatura e filosofia, e nesse sentido sondando o fundamento da hermenêutica e crítica literária (investigação que originará a criação de uma cadeira de Filosofia e Literatura na Universidade de Brasília). Tais vetores adensam-se em trilho próprio numa itinerância existencial e intelectual que se iniciará, entre 1950 e 1968, em Roma, onde há de cultivar e acalentar a ideia de uma filosofia de fisionomia e alma portuguesas. Como corolário dessa opção intelectual, organizará, a título experimental, uma resenha de títulos da produção filosófica que então se realizava em Portugal, e que originará a primeira tentativa para o estabelecimento de uma *Bibliografia Filosófica Portuguesa,* referente aos anos de 1955 a 1959, publicada na revista *Itinerarium*, em vários números, de 1957 a 1960. Em 1960, publica na *RPF* o primeiro esboço de um *Roteiro Histórico da Filosofia Portuguesa*. A João Ferreira, coadjuvado pelos contributos da lavra textual de Delfim Santos e Lúcio Craveiro, se fica a dever também o que pode ser considerado como o primeiro projeto de um Curso de História da Filosofia Portuguesa (adiante CHFP), redigido e policopiado em 1960, com carácter provisório, para restrito uso dos estudantes do Curso de Filosofia ministrado no Convento da Portela (Leiria). Esse curso surgirá publicado sob a coordenação de António de Sousa Araújo, em versão integral, *ipsis verbis*, na separata da revista *Itinerarium* (Ano XLVI, 168, 2000, pp. 389-480), com a marca de contributo decisivo para a dilucidação histórica do problema da especificidade e desenvolvimento de uma «filosofia portuguesa»

como alternativa às teses mais apologistas de uma Filosofia «em» Portugal (Ibid. 393). A saída a lume de *Existência e Fundamentação Geral do Problema da Filosofia Portuguesa*, em 1965, constituirá no essencial o que embrionariamente já se esboçava no CHFP. Aí João Ferreira colige estudos já não com o intuito histórico de elencar e caracterizar fases evolutivas de escolas, correntes e vultos, mas de sondar o alcance e a legitimidade de uma Filosofia portuguesa. Num determinado sentido, filia-se de direito próprio nessa estirpe que Elísio Gala designa por «primeira geração« de estudiosos da Filosofia portuguesa (cf. *A Filosofia Política de Álvaro Ribeiro*, 1999, p. 222), inscrevendo com voz própria o diagnóstico do problema na agenda aberta pela controvérsia mais ou menos inflamada entre «publicistas», segundo os quais a filosofia pulsa no génio e no património espirituais de cada povo (cuja arte de iniciação só os círculos informais de «boca a ouvido» providenciariam como antídoto dos rígidos padrões académicos), e «universitários», para quem as expressões culturais de um povo se encontram subsumidas no dispositivo universal do conceito e no aparato formal e sistémico da lógica que o expressa (cuja técnica de ensino só a instituição escolar poderia garantir para evitar a desorganizaçao do seu nicho epistémico). O conhecimento das regras de jogo da vida académica, por um lado, e, por outro, uma incursão na tertulia "Filosofia Portuguesa" que juntava no Café Palladium em Lisboa personalidades como Alvaro Ribeiro, José Marinho, António Quadros, Sant'Anna Dionísio, Orlando Vitorino, António Telmo e outras, facultou-lhe uma visão integrada e crítica da amplitude do problema: «[…] A verdade perseguida pela intenção filosófica, é, [...] a-espacial e intemporal exigência natural do espírito humano, que tende a formular sínteses de orientação e método para dominar, de posse de categorias universais, o mundo. [...] Se, efetivamente, a verdade filosófica,

de direito e de natureza, é [...] apátrida, de facto, porém, enquanto pesquisa a formulação humana, ela situa-se, temporaliza-se e espacializa-se. Situando-se, participa da circunstância em que o homem, ao exprimi-la, vive. Temporalizando-se, é tocada pelas condições da terra em que o seu teorizador geograficamente vive [...] como obra do homem todo [...] que não é puro espírito [...] mas é um ser imerso no mundo, feito alma e corpo, e unitariamente realizado. [...]» (JF, CHFP, ob. cit., 402-403). Para João Ferreira são múltiplos e entrelaçados os níveis onde essa epifania filosófica efetivamente se enraíza e desenvolve: matriciais condições linguísticas e idiomáticas, individuais índoles psicológicas e temperamentais, dialéticas condições históricas e sociais, epocais espíritos da cultura (religião, arte e ciência) e imponderáveis metamorfoses da tradição. Na conjugada operatividade destes níveis se desenha o firmamento e afirmamento de «[…] uma alma portuguesa manifestada na filosofia e dum génio apolíneo humanista e espiritualista, característico da alma lusíada» (JF, CHFP, ob. cit., 417), dotada de atributos específicos e diferenciadores, que João Ferreira regista e consensa nos seguintes *topica* e respetivos defensores: 1. não há fundamento para o pressuposto de uma radical incapacidade filosófica portuguesa (Sant ' Anna Dionfsio, Vieira de Almeida, loel Serrão, Álvaro Ribeiro, Délio Santos); 2. existe um peculiar pensamento filosófico português (Álvaro Ribeiro, Rui Galvão, Vieira de Almeida); 3. a indigência especulativa do pensamento português é um falso mito (Délio Santos); 4. enfim, o pensamento português configura-se no essencial como descontínuo, aristotélico, espiritualista, humanista, saudosista, antipositivista, escolástico até Pombal, teológico, a-racionalista e ambivalente (Deltim Santos, José Marinho, Álvaro Ribeiro, A. Andrade, Délio Santos, Antonio Quadros). Já em solo brasileiro, por decisivo impulso de Agostinho da Silva (período compreendido

desde 1968 até ao presente), o porte hermenêutico da obra de João Ferreira distingue-se pelo labor criterioso com que empreende uma reflexão sobre os contornos filosóficos das teorias estéticas e literárias, designadamente o sentido de existência trágica na literatura lusófona, os contextos do pré-modernismo literário português e o nexo entre literatura e política, a presença e a influência de mitos, lendas e romances populares nas literaturas de Língua Portuguesa, continuando ainda fiel à diligente pesquisa tanto de temáticas que constituíram persistente preocupação teórica desde os primeiros tempos, tais a ideia e existência de Deus no contexto da filosofia portuguesa, as implicações etimológicas da exegese saudosista, assim como de pensadores que constantemente revisita, como Pedro Hispano, Jerónimo Osório, Sampaio Bruno, Teixeira de Pascoaes, Leonardo Coimbra, Álvaro Ribeiro, José Marinho, entre outros.

BIBLIOGRAFIA

Obras do autor:

Presença do Augustinismo Avicenizante na Teoria dos Intelectos de Pedro Hispano, Braga, Ed. Franciscana, 1959

Curso de História da Filosofia Portuguesa (1960)

Existência e Fundamentação Geral do Problema da Filosofia Portuguesa, Braga (1965)

João Ferreira apresenta ainda vasta produção e colaboração escrita, disseminada em diversas publicações, de que, de entre as mais recentes, cumpre destacar sumariamente: *A condição artesanal da obra literária* (1974), *A aplicação dos métodos audio-visuais ao ensino da literatura* (1976), *A teoria estética em Fernando Pessoa* (1985), *Formulação histórico-crítica da estética não aristotélica segundo Álvaro de Campos* (1995);

A questão do pré-modernismo na literatura portuguesa (1996); *A Contribuição da Filosofia para o entendimento do texto literário* (1996).

Possui cerca de 200 trabalhos publicados, a maioria dos quais disseminados em periódicos portugueses de filosofia e cultura, como *Revista Portuguesa de Filosofia*, *Revista Filosófica*, *Filosofia*, *Itinerarium*, *Lumen*, entre outras, além de colaboração em antologias e enciclopédias, nomeadamente na *New Catholic Encyclopedia* (Nova Iorque), e sobretudo na *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, aqui integrando o corpo diretivo na qualidade de responsável pela vertente filosófica. A sua atividade estende-se ao universo jornalístico, das traduções (o *Dicionário de Política*, de Norberto Bobbio, é disso prova exemplar), encontrando-se, por ora, envolvido no projeto de um Dicionário de Termos Literários.

Lúcio CRAVEIRO DA SILVA

Verbete in *Dicionário Crítico de Filosofia Portuguesa*, coord. Maria L. S. GANHO, Temas e Debates / Círculo de Leitores: Lisboa, 2016, pp. 502-507

I. Nótula biográfica. Nascido em Tortosendo, Covilhã, a 27 de novembro de 1914, Lúcio Craveiro da Silva obtém a licenciatura em Filosofia na Faculdade de Filosofia de Oña (Burgos), depois de ter cursado a mesma área disciplinar no Instituto de Filosofia de Braga, entre 1934 e 1938. Convidado, em 1944, pela Faculdade de Filosofia de Braga para assumir docência académica no âmbito da Ética Económica, Social e Política, dirige-se para Bilbau, onde se licencia, na Universidade Comercial de Deusto, em Ciências Económicas, deslocando-se de seguida para a Bélgica para concluir, em 1949, na Universidade Católica de Lovaina, nova licenciatura em Ciências Políticas e Sociais. Assente em sólida base filosófica, económica e político-social, o seu percurso académico atinge na Faculdade de Filosofia de Braga público reconhecimento com a obtenção, em 1951, de doutoramento em Filosofia Social com a tese *A Idade do Social. Ensaio sobre a evolução da sociedade contemporânea*, sendo desde logo convidado pela mesma Faculdade a lecionar Ética e Filosofia Social na qualidade de professor ordinário. Entretanto, a sua docência trilhará outros domínios epistemológicos, designadamente a Filosofia do Direito e a História da Filosofia em Portugal, e chegará a outras latitudes, como o Centro de Estudos Humanísticos, adstrito à Universidade do Porto, aí para lecionar História da Filosofia Antiga e Medieval. Da Faculdade de Filosofia de Braga haverá de tornar-se diretor entre 1952 e 1958, de novo entre 1971 e 1976, reassumindo a mesma função de 1986 a 1994. De permeio, entre 1964 e 1971, exerce funções de diretor do

Instituto Superior Económico e Social de Évora. Em 1974 abre-se novo ciclo na sua carreira académica com a tomada de posse da Comissão Instaladora da Universidade do Minho, a cujo projeto o seu nome permanecerá doravante ligado, tendo nesta não só integrado a primeira geração de docentes, como ainda orientado várias comissões que instituíram os cursos de Letras, História e Ciências Sociais e os cursos de Relações Internacionais e de Economia e Gestão de Empresas, bem como desempenhado relevantes funções de presidência e direção em múltiplas instâncias orgânicas da Instituição. Nomeado professor catedrático a título definitivo em 1976 e, nesse mesmo ano, vice-reitor, é convidado, por diligência governamental, em 1981, a ocupar o lugar de reitor da Universidade do Minho: acolhe o desafio com a condição de ver o convite sufragado pelos membros do corpo académico da Instituição, tornando-se desta feita, com a tomada de posse em 1982, o primeiro reitor eleito das universidades portuguesas, cargo que ocupou até 1984, data da sua jubilação. Tendo exercido, ao serviço do país, cargos de relevo político e sido publicamente agraciado pelo seu reconhecido mérito académico, integrou algumas reputadas academias científicas e culturais, como sócio correspondente, para além de presidente do Conselho Cultural, na Universidade do Minho.

II. Aspetos do pensamento. Uma integral auscultação epistemológica e ética da praxis social, política e económica, aliada a uma matizada aclaração histórica da urdidura civilizacional, existencial e cultural da vida humana, tornam muito arriscada qualquer tentativa para obter uma fisionomia estática do pensamento multifacetado de Lúcio Craveiro da Silva, ou para traçar uma rota única na diversificada paisagem da sua reflexão filosófica. Seja como for, o seu pensamento

parece acolher três orientações distintas, embora interdependentes: 1. uma conceção de Filosofia Social, na qual diagnostica, e por vezes antecipa, problemas e perspetivas hoje circulantes em muitas das atuais tendências da história das ideias, da ciência e filosofia políticas, da sociologia do trabalho, das teorias da sociedade civil e das doutrinas do direito internacional; 2. uma intuição do nexo entre Filosofia e Literatura, mediante a qual percorre e examina a confluência desses dois domínios, a partir do estudo de alguns dos vultos e correntes maiores da cultura portuguesa; 3. e, finalmente, uma visão de Universidade, relativamente à qual destaca virtualidades, acautela desvirtuações, escalona prioridades e aponta caminhos de promissor desenvolvimento em prol da sociedade. A culminar, como síntese unificadora, esta tríplice vertente reflexiva, ergue-se o que sumariamente se poderia apodar de uma axiologia personalista e humanista.

1. A Filosofia Social. A noção de Filosofia Social adquire em Lúcio Craveiro da Silva uma tonalidade crítica e multipolar, bem longe de quaisquer reduções monológicas e positivistas da sociologia que procurou cultivar. É pelo menos nessa perspetiva que os seus intentos teóricos mais peculiares e significativos se constituem e estabilizam na 2.ª edição de *A Idade do Social,* de 1959. Nela, com efeito, expõe os aspetos mais característicos da sua teorização social, procurando congraçar em síntese crítica e especulativa os resultados epistemológicos alcançados: não se trata tanto, como seria de supor, de sociologia filosófica — Lúcio Craveiro da Silva prefere antes a designação «Filosofia Social» para tipificar a natural interdisciplinaridade entre filosofia e sociologia (cf. *A Idade do Social...*, *in* «Prólogo à 2.ª Edição», pp. 12-13). À luz de urna compreensão holística das comunidades humanas, aí apresenta uma

noção de sociedade, entendida como espaço crítico, que tanto absorve e amplifica, como distende e agudiza as experiências de desassossego, de inquietação e de conflito do psiquismo humano quando empenhado, individual ou coletivamente, na conquista económica de melhores condições de vida, na expressão política dos mais variados interesses, ou na prossecução espiritual de finalidades supremas. É, pois, no interior desta correlação de forças e tensões que Lúcio Craveiro da Silva objetiva a noção angular de "homem colectivo" (cf. *Ibidem*, pp. 26 segs.), operando uma dissecação histórico-crítica dos factos que não só configuraram as lutas ideológicas entre liberalismo e socialismo, ambas plasmadas no mesmo útero da democracia clássico-formal, depois totalitário-marxista e, finalmente, económico-social (cf. *Ibidem*, pp. 35ss), como também moldaram a ascensão sociológica do operariado a caminho de uma nova ordem laboral, juridicamente insuflada por um novo Direito do Trabalho, ao arrepio das concepções ultra-liberais e hiper-colectivistas de propriedade (cf. *Ibidem*, pp. 77 segs.). Lúcio Craveiro da Silva não traça apenas diagnósticos, também procede a uma avaliação doutrinal (não doutrinária) de pressupostos e modelos que determinam a influência do social já no domínio do difícil e precário equilíbrio entre produção, propriedade e redistribuição da riqueza (analisando o papel da natureza e dos limites da intervenção do Estado no campo económico-social perante o desafio do livre exercício do estímulo individual e do livre jogo das leis do mercado concorrencial), já no plano da estrutura do universo laboral (analisando a relevância da retribuição salarial, da segurança social e do direito ao trabalho), já, enfim, no terreno do associativismo cívico, entendido como alavanca privilegiada da sociedade civil (analisando os influxos do princípio do direito associativo e do princípio orgânico corporativo da sociedade na sua dinâmica

colectiva): cf. *Ibid*. pp. 127 segs. Em vista do que deve ser o lugar do Homem numa "nova ordem social", o autor sugere dois desenlaces possíveis: no plano material, adverte para a necessidade de uma reforma social e económica da empresa em vista já não da lógica bifurcada de um conflito insanável entre patronato e trabalhadores, mas em vista da lógica relacional da interacção co-responsável das forças vivas da empresa em ordem à formação de uma comunidade laboral; no plano formal, propõe uma descontaminação ideológica das visões "proletarizantes" do trabalho (cf. *Ibid*. pp. 223 segs.). Para circunscrever um horizonte de análise tão vasto e ramificado, importará ter em conta, por um lado, as referências recorrentes de Lúcio Craveiro da Silva à praxiologia clássica (Aristóteles, São Tomás, Kant...), à antropologia personalista e evolutiva (Teilhard de Chardin...), à dialética marxista (K. Marx, F. Engels, Lenine...), à fenomenologia existencial (Ortega y Gasset...) e à ética utilitarista (J. S. Mill...); por outro lado, importará não negligenciar as consistentes incursões pela história das ideias sociais e económicas (M. Crouzet, J. B. Weiss, R. Gonnard, G. d'Avenel, G. Renard, H. Pirenne...), pela tratadística e pela ensaística sociológicas (F. Tõnnies, M. Reinhard, A. Menger, H. Noyelle, I. Lepp, O. Spann, M. Ventenat, G. Braga da Cruz, J. de Castro, J. Folliet, E. Fromm...), pela economia política e social (A. Smith, Ch. Antoine, F. Baudhuin, V. Fallon, G. Cassei, L. Alvin, Y. Mainguy, L. Baudin, J. Serve, J. Baby...) e pelo direito laboral, constitucional e internacional (L. Duguit, M. Marquez, A. Valensin...); não menos incontornáveis revelam-se ainda o influxo de teólogos e eruditos de tendência católica (De Lubac, Henri Guitton...), bem como a instrução do magistério eclesial, sobretudo a que se filia na irrefragável doutrina social da Igreja, preconizada por Leão XIII na encíclica *Rerum novarum* (1891). Esta constelação de temáticas encontrará ulterior levedação reflexiva em textos que

Lúcio Craveiro da Silva difundirá por inúmeras publicações monográficas, ensaísticas e periódicas (realçando-se aqui a notável e assídua colaboração com a *Brotéria* e com a *Revista Portuguesa de Filosofia*): nelas não apenas enfatizará os problemas éticos reportados à consciência, à fundamentação da moral, à filosofia dos valores, à estruturação moral da cultura popular e do senso comum, aos desafios éticos da técnica, como dedicará atenção a problemas de alcance social, político e económico, tais como o princípio de subsidiariedade, o direito de associação, a relevância da sociedade civil, a ideia de desenvolvimento integral e sustentado, a crise das soberanias nacionais e a noção emergente de comunidade internacional.

2. Filosofia e Cultura. Se a Filosofia social ostenta um cunho vincadamente personalista, o sentido de Cultura em Lúcio Craveiro da Silva torna-se, por seu turno, impenetrável sem o vetor axiológico do humanismo, através do qual trilhará «os caminhos da investigação no campo, que me desafia e estimula, dos valores e figuras históricas da cultura portuguesa; é aí sobretudo que agora surge o meu diálogo interior vivo e sincero com a riqueza dos valores humanos pois sem esse diálogo interior perde sentido a nossa respiração cultural» (*Estudos de Cultura Portuguesa*, Braga, 2002, p. 7). Nessa profusa cornucópia de correntes, escolas e vultos da cultura literária e filosófica adquirem espessura interpretativa um Santo Agostinho (em cujas *Confissões* encontra um verdadeiro «roteiro interior [...] do homem que todos somos»: *Ibidem*, p. 48), um Paulo Orósio (nele destacando uma conceção teomórfica de ecumenismo histórico: cf. *Ensaios de Filosofia e Cultura Portuguesa*, Braga, 1994, pp. 20-26), um S. Martinho de Dume (no qual assinala uma concepção ética prudencial onde «a sua visão do homem se impõe pelo respeito da

liberdade e o sentido da responsabilidade»: *Estudos*…, p. 55), um Pedro Hispano (no qual vislumbra uma síntese em cujo arrimo se sustentou «a simbiose (…) da filosofia e da teologia com a ciência médica»: *Ensaios*…, p. 46), um Francisco Sanches (a quem atribuí a proeza de ter pretendido «sacudir a frágil e gasta ciência antiga, quebrar os exageros do despotismo dialético, pôr ao vivo o abuso que se fez do silogismo e do raciocínio na ciência positiva, desafrontar as ciências do exagerado magisterdixitismo dos antigos, persuadir o homem renascentista da humildade das suas possibilidades»: *Estudos*..., pp. 89-90), uma Escola Conimbricense (à qual concede o mérito de ter estruturado uma inovadora conceção de ensino da filosofia capaz de conjugar a exposição incisiva, simplificada e clarividente das matérias com o acesso direto às fontes no original grego ou latino e de ter assegurado uma atualização constante do saber através da discussão permanente dos resultados da investigação, da experiência e da reflexão pessoais: cf. *Ensaios*..., p. 115), um Luís de Molina (para o qual remete a fundação de uma ética jurídico-económica que incorpora não apenas uma inédita conceção de direito internacional, na linha da doutrina peninsular do direito dos povos de Vitória e Suárez, mas também uma reflexão em torno de problemas monetários e cambiais que anteciparam, em parte, a vindoura economia científica: cf. *Estudos*..., p. 115), um Inácio Monteiro (de cuja *Philosophia Libera* extrai aspetos determinantes para o apuramento de um certo ecletismo crítico mediante o qual este "último Conimbricense" reagiu contra o dogmatismo e o unilateralismo do saber: cf. *Ibid*., pp. 115-136), um Antero de Quental («poeta-filósofo: de quem se tornará autoridade versada já pela clarividente exposição da obra escrita, já pela vigorosa interpretação das influências predominantes no seu pensamento, das etapas marcantes da sua «revolução interior», da influência do cristianismo na sua

cosmovisão metafísica, intuicionista e antipositivista e, enfim, dos ritmos ternários da sua filosofia ontológica, epistemológica e evolucionária: cf. *Ibidem*., pp. 9-41), um Teixeira de Pascoaes (em cuja lavra plumitiva vislumbra «o poeta mais rico e coerente da nossa história literária» pela sua visão criacionista do real, mediante a qual celebrou a expressão poética como forma superior de visar a essência da vida e da verdade: cf. *Ensaios*..., pp. 221-228) e um Leonardo Coimbra (que considera «uma figura de exceção na nossa tradição filosófica (...), porque foi um filósofo original que criou um sistema próprio, [...] um espírito rico de preocupações metafísicas, [...] o principal antagonista do positivismo e da sua decadente filosofia e que, por isso, […] muito contribuiu para criar entre nós ambiente favorável à especulação e à renovação universitária do ensino da filosofia [...] cuja irradiação germinou viva primeiramente nos seus discípulos»: *Filosofia e Ciência na Obra de Leonardo Coimbra*, Porto, 1994, p. 11). Mais recentemente Lúcio Craveiro da Silva dedicou páginas de aprumado recorte analítico ao pensamento de personalidades com quem cruzou ou partilhou itinerários reflexivos, como Cassiano Abranches, de quem destaca a peculiar envergadura metafísica da obra, Júlio Fragata, em cuja memória enraíza a difusão e o cultivo da fenomenologia em Portugal, António Magalhães, no qual vê emergir uma metafísica da saudade, e Bacelar e Oliveira, a quem atribui uma original onto-gnoseologia crítica (cf. *Estudos*…, pp. 157-174).

Uma visão de Universidade. Intimamente ligado à fundação da Universidade do Minho, Lúcio Craveiro da Silva não revelou apenas dotes de coordenação e liderança dos projetos académicos (muitos deles inovadores ao tempo) em que se envolveu. Também acalentou e promoveu uma certa ideia de Universidade: entendeu-a em fidelidade ao presente como lugar de crise fecunda, de luta construti-

va, de permanente busca de inovação, de criação incessante de saber; perspetivou-a em demanda do futuro como núcleo vital e vivificante da Cultura, em anelo constante pelos valores da dignidade pessoal, da liberdade de investigação e de ensino e da discussão crítica da investigação produzida. Dessa ideação universitária aflora um agudíssimo sentido de missão académica: «ser Universitário não é propriamente um simples emprego nem equivale, no rigor do termo, a uma profissão. Ser Universitário é, acima de tudo, um serviço e uma vocação. [...] O ideal universitário é a pesquisa constante e rigorosa do mistério do Homem e da Natureza, [...] que nos enche de justa satisfação pois surge de profunda exigência da natureza humana que quer saber em que Terra e Universo está, como e para quê; mas é, por outro, difícil e por vezes esgotante, porque tem de evitar miragens especiosas que podem enganar, armadilhas e ideologias que seduzem, brilhos superficiais que nos oferecem respostas cómodas que não são soluções e certezas aparentes que ali não existem» ("O Universitário e a Universidade", in *Estudos*..., p. 215).

BIBLIOGRAFIA

Obras do autor:

A Idade do Social. Ensaio sobre a Evolução da Sociedade Contemporânea, Braga, Livr. Cruz & Ca, 1952; 2.' ed.: 1959

Cursus Philosophiae Moralis, Braga, Pontificia Facultas Philosophica, 1954

O Movimento Operário, Braga, Livr. Cruz, 1957

Antero de Quental - Evolução do Seu Pensamento Filosófico, Braga, Faculdade de Filosofia da UCP, 1959; 2.ª ed.: 1992

Cultura, Participação e Desenvolvimento, Braga, Univ. do Minho, 1979

Ensaios de Filosofia e Cultura Portuguesa, Braga, Faculdade de Filosofia, 1994

Novas Cartas Inéditas de Antero de Quental, Braga, Faculdade de Filosofia, 1996

Padre António Vieira e Antero de Quental, Braga, Universidade do Minho. Centro de Estudos Humanísticos, 1998

Ser Português - Ensaios de Cultura Portuguesa, Braga, Universidade do Minho. Centro de Estudos Humanísticos, 2000

Estudos de Cultura Portuguesa, Braga, Universidade do Minho. Centro de Estudos Humanísticos, 2002

Para além da fecunda produção ensaística e monográfica, Lúcio Craveiro da Silva comunicou os resultados da sua investigação em inúmeros congressos e em vasta colaboração escrita dispersa por periódicos, coletâneas, obras conjuntas, dicionários, histórias e enciclopédias, tanto em Portugal como no estrangeiro. No plano internacional, adquiriu notoriedade com contributos de grande valia científica em revistas e coletâneas de que cumpre destacar *Boletín de Estúdios Económicos* (Bilbau), *Les Grands Courants de la Pensée Mondiale Contemporaine, Panoramas Nationaux*, Milão, 1958; *Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte*, Münster Westfalen, 1960; e *Actes du XXI Colloque International d'Études Humanistes*, Tours, 1978. No contexto nacional, avulta a sua voz autorizada nas já aludidas *Brotéria* e *Revista Portuguesa de Filosofia*, bem como nas revistas *Lumen*, *Theologica*, *Scientia Juridica*, *Colóquio. Revista de Artes e Letras*, entre outras.

Relevantes afiguram-se também os seus contributos para a *Enciclopédia Verbo*, para a *Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia* e, mais recentemente, para a *História do Pensamento Filosófico Português* e para o *Dicionário Crítico da Filosofia Portuguesa*.

IV – Pintura & Filosofia

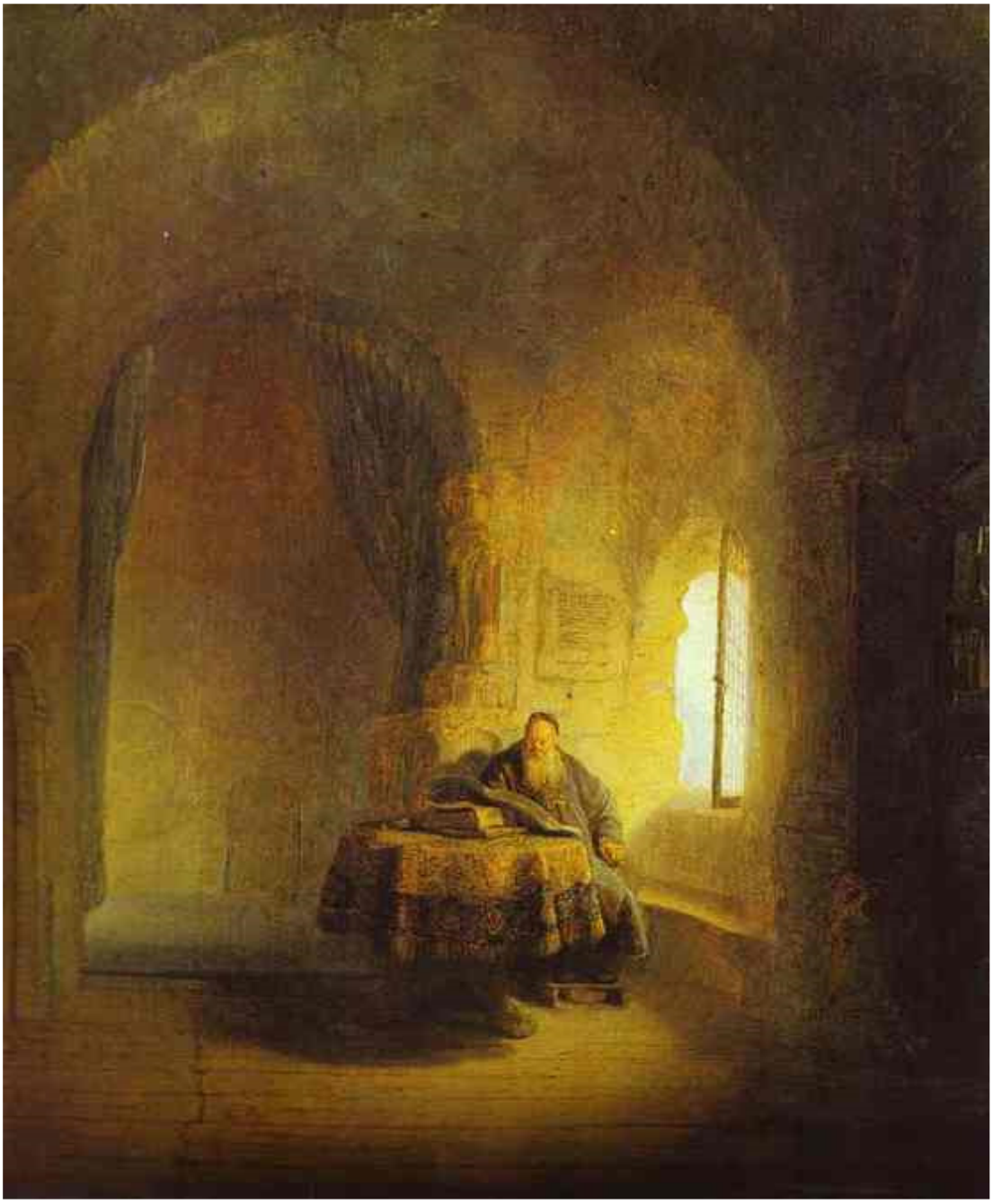
Aristóteles perante o busto de Homero…

Rembrandt Harmenszoon van Rijn, *Aristotle Before the Bust of Homer*
[Oil on canvas (1653)]: New York, The Metropolitan Museum of Art

Se existem pinturas de Rembrandt que pictoricamente melhor materializam o ofício filosófico transfigurado em obra viva, o *Retrato de Aristóteles perante o busto de Homero* é, sem sombra dúvida, uma delas. Desafiando com mestria as leis impostas à arte pela *cor local* e pelo *ar do tempo*, o pintor do século de ouro holandês apresenta-nos um Aristóteles

trajado de acordo com as convenções artísticas do barroco. Pouco importa deteremo-nos nas razões que motivam essa transposição anacrónica, muito embora seja legítimo pensar que nela se insinua uma subliminar aspiração do artista em situar-se no horizonte das suas referências culturais através da mediação transfiguradora da literatura e da filosofia clássicas. Importa sim, mais que tudo, fixar a nossa atenção no efeito apelativo – tão real e quase tangível – da pose meditativa do filósofo grego. Completamente absorto numa espécie de demanda reflexiva, a mão direita repousa sobre o busto de Homero, como que abrindo o limiar mediacional de uma odisseia cuja travessia procura anular a distância entre a palavra mítica do aedo e a palavra *logóica* do filósofo. A mensagem pictórica aflora simples e directa: a filosofia não se inicia *ex nihilo*, mas enraíza-se no subsolo originário e radical da *linguagem po(i)ética*. Curioso é verificar que, apesar do vínculo táctil entre a mão do filósofo e a cabeça do poeta, o olhar do Estagirita não se direcciona focalmente para este – em bom rigor nem sequer parece olhar para ele; todavia, quem ousaria negar que nesse desencontro visual sobrevive ainda um *olhar-por-ele* que constitui paradoxalmente a forma mais fiel e genuína de *olhar-para-além-dele*, muito possivelmente para a crepuscular verdade do ser? Por outro lado, a mão esquerda, tranquilamente amparada na cintura, toca noutro artefacto, desta feita um cordão no qual pende um medalhão com a efígie do seu pupilo Alexandre Magno, por coincidência (ou talvez não…) fervoroso leitor da *Ilíada* de Homero. Nesta tríplice representação da inteligibilidade poética, da racionalidade filosófica e da discursividade política uma nova mediação se desvela: num plano histórico, a que envolve o aristotelismo no desígnio de entrelaçar dois classicismos, o helénico e o helenístico; num plano hermenêutico, a que investe a filosofia da tarefa de coadunar a responsabilidade poética pelo *discurso-em-acção* com a responsabilidade política pela *acção-do-discurso*. O cenário envolvente reflecte uma atmosfera quase intimista e acolhedora, é certo, mas também algo ambivalente na sua discreta ironia: quase imperceptíveis, por detrás de uma cortina, empilham-se uma série de volumes num espesso mutismo e anonimato, contrastando de imediato com a tranquila afabilidade de uma presença viva que nos parece cativar mais pelo charme de uma sabedoria vivida do que pela prosápia de uma erudição acumulada. Como, porventura, toda a Filosofia deveria ser…

Filósofo lendo…



Rembrandt [Harmenszoon van Rijn] ***Philosopher Reading***

[Oil on canvas: 1638 (*later copy of a lost original?*)], Stockholm Nationalmuseum

A produção artística de Rembrandt é vastíssima. Ainda assim, muitas das criações pictóricas que sabemos executadas por mão própria, encontram-se, por irremediável infortúnio, condenadas a um extravio muito difícil de reverter. Dessas obras perdidas, conhecemos algumas delas, poucas em todo o caso, graças a cópias de alguns aprendizes umbilicalmente envolvidos e identificados com o programa pictórico do seu mestre. Muito provavelmente será o caso desta, onde um ancião (convencionalmente retratado como "filósofo") comparece exposto em acto de distendida e compenetrada leitura. Uma subtil claridade desagua sem quaisquer entraves no interior do habitáculo através de uma janela aberta, banhando com discreta luminosidade a mesa onde o provecto leitor fixa o olhar num livro ligeiramente soerguido, também ele aberto. Seja ele da autoria do próprio Rembrandt ou por ele esteticamente tutelado (para o caso, pouco importa), o quadro parece obedecer a um desígnio meticulosamente plasmado na cena nele materializada, e não por acaso: trata-se, na verdade, de recriar pictoricamente o limiar onde opera uma dupla mediação entre, por um lado, a externalidade (não visível) e a internalidade (observável) do espaço figurado, e por outro, entre a interioridade silenciosa do livro aberto e a interioridade aberta do leitor silencioso, numa reduplicação articulada de planos que o mesmo acto de leitura parece iluminar. Por outro lado, o complexo jogo arquitectural de arcos que sustentam e abrigam o enredo do espaço (em) que o leitor (se) lê e é lido, propicia uma outra e não menos inevitável interacção de planos, justamente aquela em que se verticaliza a tensão bipolar entre "alto" e "baixo", "superior" e "inferior", desafiando o olhar da mente para as infinitas possibilidades que se abrem às itinerâncias ascendentes e descendentes da condição humana. Eis, portanto, a transfiguração dos infinitos e possíveis mundos num Mundo infinito e possível, desta feita já sem "dentro" nem "fora", cujo sentido se dilata e adensa no entrelaçamento crepuscular de luz, penumbra e sombra. Dir-se-ia que todos os elementos pictóricos se conjugam e conspiram para propiciar uma subtil atmosfera platónica. Por sua vez, o leitor retratado na tela encontra-se sentado, com os braços distendidos ao longo do corpo, numa pose completamente imperturbável, quase diletante, despojado de adereços inúteis e poupado a distracções intrusivas, a fazer lembrar aquela tão afamada e não menos contundente sentença de Heraclito de Éfeso pela qual somos advertidos de que "a muita

erudição não ensina a inteligência". Parecendo multiplicar os seus ecos em todos os recantos da tela rembrandtiana, somos por ela constantemente recordados que a verdadeira cultura deve basear-se mais na qualidade vivida da leitura e não na quantidade acumulada de informação. Quer da autoria de Rembrandt, quer de uma versão discipular nele ou por ele imediatamente inspirada, o *Filósofo lendo* espelha em pleno uma ideia a reter na sua paradoxal assimetria: «o amor aos livros manifesta-se pela resposta a estes com outros livros, não para escutar, em eco, os primeiros, mas para lhes dar a voz, de que eles necessitam para intensificarem o seu sentido, para dizerem o sentido novo.